

ROGÉRIO PÁDUA CAVALCANTI

**DA NOTÍCIA AO FATO: INFORMAÇÃO, DISCURSOS E  
MENTALIDADES SOBRE A INFÂNCIA POBRE NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a aquisição do título de mestre junto ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Área de concentração, Informação e Sociedade

Belo Horizonte  
ECI – UFMG  
2001

ROGÉRIO PÁDUA CAVALCANTI

**DA NOTÍCIA AO FATO: INFORMAÇÃO, DISCURSOS E  
MENTALIDADES SOBRE A INFÂNCIA POBRE NO BRASIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a aquisição do título de mestre junto ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG. Linha de pesquisa, Informação e Sociedade

**Orientadora:**

**Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Lígia Maria Moreira Dumont**

Belo Horizonte  
ECI – UFMG  
2001

Dissertação defendida e aprovada, em \_\_\_ de agosto de 2001, pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Lígia Maria Moreira Dumont – Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Isis Paim

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Vera Regina França Veiga

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos que, direta e indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa, especialmente minha mãe, meu pai, Cíntia Rosana Ramaldes, Prof<sup>a</sup>. Isis Paim, Prof<sup>a</sup>. Lígia Dumont, André Felipe Duarte, Eduardo e Cristina, Dayan e Juliana, Dimas e Dilma (pela sessão das nove, das dez, das onze...), os poetas do Maletta e os meninos e meninas de rua da extinta Casa de Apoio da Rua Varginha, no Bairro Floresta – *“aquele abraço”*.

“Os teus ouvidos estão enganados.  
E os teus olhos.  
E as tuas mãos.  
E a tua boca anda mentindo.  
Enganada pelos teus sentidos.  
Faze silêncio no teu corpo.  
E escuta-te.  
Há uma verdade silenciosa dentro de ti.  
A verdade sem palavras.  
Que procuras inutilmente,  
Há tanto tempo,  
Pelo teu corpo, que enlouqueceu.”

Cecília Meireles – *Cânticos*

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1. *Relação quantidade de notícias X editoria X expressão de busca no CD-ROM Folha 99, do jornal Folha de São Paulo (1994 – 1998)* \_\_\_\_\_ p.69

QUADRO 1. *Classificação das mentalidades acerca da questão das crianças e adolescentes pobres no Brasil veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo (1994 – 1998)* \_\_\_\_\_ p.71

QUADRO 2. *Relação mentalidades X quantidade de notícias divulgadas pelo jornal Folha de São Paulo sobre a questão das crianças e adolescentes pobres no Brasil (1994 – 1998)* \_\_\_\_\_ p.72

QUADRO 3. *Mentalidades e representações sociais sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo (1994 – 1998).* \_\_\_\_\_ p.111

QUADRO 4. *Resumo da relação informação X mentalidades a partir das notícias veiculadas pelo jornal Folha de São Paulo (1994 – 1998)* \_\_\_\_\_ p.114

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>1 INFORMAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE</b>	<b>14</b>
1.1 Informação / conhecimento	16
1.2 As mentalidades	27
<b>2 A INSTITUIÇÃO JORNALÍSTICA</b>	<b>31</b>
2.1 Os jornais enquanto instituições de informação	33
<b>3 A PREOCUPAÇÃO COM A INFÂNCIA</b>	<b>39</b>
3.1 Breve histórico das práticas de atendimento à infância pobre no Brasil	46
3.2 Infância pobre, Estado e sociedade no Brasil moderno	55
<b>4 INDO À FONTE DOS FATOS: pesquisa qualitativa em jornais</b>	<b>60</b>
4.1 Método de pesquisa: análise do discurso	61
4.2 Coleta e organização dos dados	65
<b>5 APRESENTANDO OS FATOS: crianças e adolescentes pobres nas páginas do jornal Folha de São Paulo</b>	<b>73</b>
5.1 A mentalidade correcional-repressiva	73
5.2 A mentalidade assistencial	83
5.3 A mentalidade paternalista	96
<b>6 INFORMAÇÃO, MENTALIDADES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE</b>	<b>99</b>
6.1 Informação e mentalidades: imagens da infância pobre nas notícias do jornal Folha de São Paulo	109
6.2 Resultados da pesquisa	110
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>125</b>

## RESUMO

Esta pesquisa trata da relação entre informação, cultura e mentalidades, tendo como base de estudo a geração de informações a respeito da infância pobre no Brasil, divulgadas pelo jornal **Folha de São Paulo** entre os anos de 1994 e 1998. A informação é apreendida enquanto produto cultural (artefato) que coloca o homem em relação direta com a realidade, representando uma prática social na qual os sistemas de valores, as crenças e o imaginário científico e popular surgem como processo de comunicação humana. Dentro da linha de pesquisa **Informação e Sociedade**, por meio das técnicas de análise do discurso, a pesquisa demonstrou que nas notícias/informações/conhecimentos sobre o tema infância pobre, que foram veiculados pelo jornal citado, desenvolve-se um processo de transmissão de imagens, valores e expectativas, presentes nos discursos dos diversos agentes sociais que falaram a respeito do tema. Essas notícias representam diferentes mentalidades que envolvem a produção, organização, transferência e o uso social das informações sobre a questão das crianças e adolescentes marginalizados no país.

## INTRODUÇÃO

---

“Em todo comportamento humano existe uma lógica, isto é, uma maneira particular de raciocinar sobre sua verdade...”

Hammed – *Renovando atitudes*

Ao analisarem os fenômenos informacionais, vários estudiosos têm optado pela abordagem transdisciplinar, geralmente expressa em suas mais sutis convicções metodológicas. Historicamente, o campo da ciência da informação tem-se articulado com outras áreas do conhecimento, superando antigos modelos de construção do saber e configurando novas tendências e perspectivas de estudo. Com isso, a análise de jornais, não apenas enquanto meios de comunicação de massa, mas mais especificamente enquanto fontes sociais de informação, não deve manter-se à parte desse processo.

Os grandes jornais que circulam todos os dias pelo país podem ser vistos não apenas como meios de comunicação de massa – MCM. São, antes de tudo, formas do saber e do fazer social. São meios específicos de representação da vida social e cultural de um país ou região:

“São, de fato, máquinas integradoras de um formidável circuito de simulações necessárias à formação do consenso em torno da ordem tecno-burocrática dominante. Para além da difusão de mensagens em escala industrial, os *mass media* elaboram modos de pensar que ativam incessantemente os fluxos do imaginário.” (MORAES, 1994:22)

Dito isso, as mensagens jornalísticas podem tomar a forma de experimentações sócio-históricas específicas, que dissimulam as tensões e contradições presentes no mundo real – cotidiano –, impondo-se à maioria dos sujeitos enquanto “verdades inquestionáveis”, num processo generalizante e até mesmo ideológico.

Dessa forma, a atividade jornalística está repleta de representações simbólicas que oferecem à sociedade uma gama restrita de explicações sobre a dinâmica da cultura em nosso tempo. Transmitem, dentre outras coisas importantes, imagens, valores, aspirações e medos. O jornal possui, de forma latente e efetiva, a pretensão quase incontida de falar em nome do outro, da

sociedade e da história. Representa, em síntese, a tentativa de homogeneizar o tempo e o espaço de uma organização social essencialmente complexa e segmentada.

A forma massificada de transmissão de informações acaba por criar um campo de representações de certas práticas sociais, intervindo na realidade e reinterpretando-a de forma localizada e nem sempre condizente com a realidade percebida por outros grupos de pessoas, especialmente os que se apresentam como objeto das matérias jornalísticas (isto é, o “objeto percebido” ou o objeto da informação):

“Os *media* são elemento de certeza que reforça a eficácia do sistema em diversos campos. Ao reivindicar o respeito às normas, introjetam a moral pública como paradigma da verdade. A construção do consenso tem por base o fluxo informativo, na medida em que, encenando a realidade, os meios de comunicação mesclam as relações de forças presentes nos discursos sociais.” (MORAES, 1994:31)

A mídia tornou-se um mecanismo tecnológico que simula o mundo a cada novo dia, para melhor ordená-lo. Ela atua através da sobreposição de textos e imagens fantásticas que buscam persuadir o público e, com isso, convencê-lo de sua “retórica ideológica”. Nessa perspectiva, Moraes afirma que “A meta é conquistar redes de consenso em torno das significações que brotam dos enunciados” (p.31). Em suma, a mídia atua como mediadora de desejos e utiliza para isso elementos da própria cultura – sentimentos e aspirações populares. Sem isso, provavelmente, a mídia não seria eficaz enquanto representante das idéias de progresso e de “boa” sociedade que permeiam o imaginário coletivo.

Nas atividades informacionais podem estar refletidas as mentalidades e os sistemas simbólicos que conferem sentido às ações e às relações entre as pessoas no grupo social. As diversas realidades sociais, fragmentadas e transpostas, comunicam e são comunicadas através das práticas de produção, organização e distribuição de informação/conhecimento – jornais, televisão, livros, revistas, Internet, universidades, organismos de classe, sistema jurídico – enfim, pela indústria cultural.

Diante disso, a notícia, componente essencial do jornal, oferece pistas e sinais “... que indicam outras interpretações que não sejam a verificação de um

fato ou a postura política que representa. Indica um certo contexto social, ou melhor, a um consenso social anterior e já compartilhado” (SCHWARCZ, 1987:13). A imprensa, ao relatar algo, seja de maneira inconsciente, acaba por criar um fato social, ao mesmo tempo em que, de certa forma, duvida dele. Portanto, as notícias – os fatos jornalísticos – podem ser entendidos e recuperados não exatamente enquanto situações que realmente ocorreram e cuja veracidade se pode comprovar. São, na opinião de Schwarcz:

“... situações plenas de significação, sendo nesse sentido mais relevante apreender como se produziram, difundiram e repercutiram às vezes diversas interpretações de um mesmo fato do que buscar uma concepção única, onde se operaria uma síntese empobrecedora das diferentes visões.” (p.15-16)

No campo da história social, mais especificamente da história das mentalidades, por exemplo, é possível entender os diversos enunciados dos jornais não enquanto meros relatos jornalísticos, extremamente pragmáticos. Busca-se, nesses campos do saber, a sobrecarga de sentido que está presente nos textos, onde a linguagem utilizada “... seria a tradução de algum sentido, mas também como ‘linguagem de silêncio’, onde a linguagem diz por si mesma, ainda que se renuncie a fazê-lo” (p.17), complementa Schwarcz.

Símbolos da sociedade atual, os meios de comunicação de massa, através das propagandas, dos programas e dos noticiários, tendem a intensificar a padronização da vida coletiva, seja através do consumo, da estereotipia, da competição, em que o sucesso de cada um é medido pela capacidade de consumir os bens cuidadosamente manipulados para agradar a cada grupo social propositadamente motivado.

Nesse processo de massificação da informação, entendida como sendo “... um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual” (LE COADIC, 1996:05), que comporta elementos de sentido, isto é, significados transmitidos ao ser consciente, são inevitáveis os choques de valores, os conflitos individuais em que a família, instituição fundamental das sociedades modernas, torna-se bastante atingida. Dentro desse contexto, que de certa forma constitui a regra geral, nota-se, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, como é o caso do

Brasil, o intrigante fenômeno de massa da marginalização de crianças e adolescentes pobres, que atinge ampla parcela da população desses países.

Para os propósitos desta pesquisa – o texto jornalístico e a produção de informação/conhecimento sobre a infância pobre no Brasil recente –, o jornal **Folha de São Paulo**, notório representante da imprensa nacional e de onde os dados foram coletados, não será apreendido enquanto propagador das verdades de nossa época, nem enquanto veículo imparcial de simples transmissão de informações. Aqui ele será considerado uma das várias maneiras utilizadas, por localizados e relevantes segmentos da sociedade brasileira, para produzir, refletir e representar suas percepções e valores. Trata-se, portanto, da análise de representações de um fenômeno social objetivado e não a tentativa pura e simples de contar a história de tal fenômeno.

Com efeito, este trabalho pretende corroborar o paradigma das doutrinas da informação, uma vez que, segundo BULIK (1990:11), “... para melhor situar as doutrinas da informação, torna-se necessário primeiro inseri-las no contexto das ideologias que as produz”. Ou seja, este trabalho pautou-se, de forma geral, na compreensão dos sistemas simbólicos e das mentalidades que formam os contextos aos quais se encontram submetidos os MCM no Brasil.

Em vista disso, o fenômeno da informação é apreendido enquanto produto sociocultural, através da verificação das circunstâncias em que esse mesmo fenômeno compreende ou não um campo de lutas, de escolhas, enfim, como as informações/representações decorrentes da sociedade civil e do Estado são assimiladas (ou não) pelos MCM nos países democráticos e quais as conseqüências dessa relação na conjuntura política e cultural dos mesmos.

Para tanto, ficou estabelecido que as representações sociais das crianças e adolescentes pobres no Brasil fossem retiradas menos das linhas e mais das entrelinhas dos artigos jornalísticos, onde os destaques foram dados às classificações e caracterizações dessa infância que o jornal **Folha de São Paulo** trouxe em seu contexto e não à objetividade de suas matérias. Com isso, torna-se possível compreender os mitos, os sentimentos, as mentalidades e os desejos de partes da sociedade brasileira acerca das crianças e adolescentes em situação de risco e suas relações com o fenômeno

informacional, destacando-se, como elemento fundamental de análise, a mídia impressa, de circulação diária no território nacional.

A opção pelo jornal **Folha de São Paulo** não ocorreu por acaso. Representante da grande imprensa nacional, esse diário vem sendo utilizado sistematicamente como fonte periódica de informações não apenas pelos milhares de leitores comuns, que o adquirem diretamente nas bancas ou através de assinaturas, mas também por organizações sociais de variados matizes, desde empresas particulares e instituições de ensino e pesquisa, até órgãos do governo e sindicatos classistas.

Além disso, a **Folha de São Paulo** constitui-se enquanto um dos jornais mais “modernos” quanto às técnicas de edição e impressão de notícias do país, utilizando-se intensivamente de poderosas tecnologias da informação, seja para a produção ou para o arquivamento de suas matérias. É o único jornal brasileiro a produzir, até a data de apresentação desta pesquisa, base de dados eletrônica contendo textos integrais de suas edições, desde o ano de 1994. Essa base é disponibilizada comercialmente em formato de CD-ROM, podendo ser encontrada em bancas de jornal e livrarias de diversas cidades espalhadas pelo país. O **CD-ROM Folha de São Paulo – Edição 99**, contendo textos das notícias publicadas no jornal entre os anos de 1994 e 1998, foi a fonte de dados primária utilizada nesta pesquisa.

Portanto, este trabalho pretende captar as significações simbólicas recorrentes nos textos das notícias veiculadas sobre a infância pobre nas páginas do jornal **Folha de São Paulo**. A informação, enquanto “artefato cultural”, que coloca o homem em relação direta com sua realidade mais imediata, é entendida aqui como prática social na qual os sistemas de valores, as crenças e o imaginário científico e popular surgem como processo de comunicação humana, no sentido de revelar a identidade coletiva e apontar o caminho para a sociedade ideal.

O termo “menor”, como exemplo, remete-nos a mentalidades passadas, conflitantes com outras mentalidades, as quais estão baseadas em outros tipos de conhecimentos e experiências. Traduz ainda, de forma consciente ou não, uma atitude diante de um legítimo outro antropológico que vivencia uma situação de exclusão social. Com isso, o jornal **Folha de São Paulo**, enquanto instituição/fonte de informação/conhecimento, traz à tona desejos e

sentimentos a respeito da infância pobre no país. De forma geral, o processo de informação/comunicação acaba por intervir na descoberta e na construção do outro – especialmente através da linguagem, do uso do discurso, das falas – , porém, uma descoberta muitas vezes seguida do antagonismo e do desafio, e não propriamente um processo pacífico e integrador.

Cabe frisar, por último, que esta pesquisa não pretende fazer julgamento da produção jornalística da **Folha de São Paulo** e da imprensa em geral. Trata-se apenas de captar, nas notícias/informações veiculadas pelo jornal sobre o tema infância pobre, as imagens, as expectativas, os valores e os sentimentos pelos quais as crianças e adolescentes são apresentados através dos diversos agentes que falaram a respeito, representando, assim, diferentes mentalidades que envolvem a produção, a organização, a transferência e o uso social das informações sobre o tema.

A discussão central da pesquisa gira em torno da problemática informação – cultura – conhecimento, isto é, a partir de que momento a informação produzida sobre determinado objeto pode ser considerado conhecimento público de fato e que tipos de ação social essa informação/conhecimento pode engendrar nos diversos agentes e cenários da sociedade brasileira atual.

“O que significinca isso?  
O que swingnifica isso?  
O que signifixa isso?  
O que swingnifica isso?”

Arnaldo Antunes – *O que swingnifica isso?*

As atividades de informação situam-se em contexto de rápidas e grandes transformações na sociedade, propiciadas, sobretudo, pelo incessante desenvolvimento tecnológico que a humanidade tem testemunhado. Mesmo que questões referentes às práticas informacionais provavelmente sempre tenham existido ao longo do tempo, somente em pouco mais de meio século sua importância mudou e, desse modo, verificou-se a emergência e o desenvolvimento da ciência da informação e de outras áreas correlatas.

De modo geral, os diversos conceitos de informação e as terminologias à eles associadas, juntamente com a questão da produção, organização, transferência, consolidação, assimilação e uso da informação, de forma particular, encontram-se atualmente em estado de discussão caracterizado, apesar dos esforços constantes, pela falta de consenso sobre o fenômeno informacional geral e definições ainda bastante “informais” a respeito do tema. Dessa forma, os pesquisadores da ciência da informação encontram-se frente a frente com um objeto volátil, permeado por diferentes conotações, sentidos e implicações.

Devido à ambigüidade do termo, na tentativa de sistematizar seu uso, BUCKLAND (1991) destacou três principais eixos no estudo da informação:

- (1) *A informação processo* – quando alguém é informado sobre algo, o que esse alguém já sabe é transformado (processo de geração de conhecimento). Neste sentido, informação é o ato de informar, comunicação de conhecimento ou notícia/novidade de algum fato ou ocorrência. É a ação de falar ou o fato de se ter falado de alguma coisa.

(2) A *informação conhecimento* – informação é também usada para o que é percebido na informação processo. A noção de informação a qual reduz a incerteza pode ser tida como caso especial da informação conhecimento. Mas, algumas vezes, a informação pode aumentar a dúvida - “Sometimes information increases uncertainty.” (p.351)

(3) A *informação coisa* – o termo informação é também atribuído a objetos (dados e documentos) que são considerados informativos; isto é, como coisas que têm a qualidade de comunicar o conhecimento, comunicar a informação de forma instrutiva.

Cabe frisar que alguns “objetos informativos” – informação coisa –, como pessoas e monumentos históricos simplesmente não podem ser coletados, arquivados ou recuperados. Mas a recolocação/inserção dentro de uma coleção não é sempre necessária para um acesso continuado. Existe a possibilidade de se construir uma coleção virtual, através da referência ao objeto em seu local de origem. Alguém também sempre cria uma descrição ou representação para os objetos, coisas: filme, fotografia, estatísticas, diretório ou descrição textual, dentre outras. Essa descrição constitui-se, via de regra, num modo particular de transmissão da informação.

Com efeito, antes e depois de Buckland, diversos autores têm procurado definir e classificar conceitos envolvidos com a ciência da informação, objetivando a construção de terminologia clara, que possa ser constantemente ampliada e mutuamente entendida. Busca-se, portanto – o pesquisador da ciência da informação – uma estrutura básica, um campo comum de entendimento, enfim, um solo seguro por onde possa caminhar.

Em vista disso, conforme assinalou MARTELETO (1995b:21), no âmbito da ciência da informação, geralmente encontram-se três conotações mais comuns para o fenômeno da informação, onde “... a informação é considerada como redutor de incertezas, ora como recurso para a tomada de decisão, ou ainda como modificadora da estrutura cognitiva do receptor [processo de construção do conhecimento]”. Nesses enfoques costumam ser privilegiadas questões como os fluxos, os sistemas e os processos de transferência das

informações produzidas na sociedade e, em menor escala, os problemas relacionados aos atos receptivos e as conseqüências sociais do uso da informação.

Com relação ao primeiro enfoque citado, representando um dos grandes estudiosos do campo da comunicação humana, SHANNON (1949) definiu informação como a seleção de um grupo de mensagens avaliadas, uma seleção que reduz a incerteza. Informação é aquilo que alivia e diminui algum tipo de incerteza para alguém (pessoas, grupos, instituições). A atividade informacional, nessa lógica, ocorre sempre em situação de comunicação.

No segundo enfoque, a informação é apreendida num contexto de tomada de decisões, onde significa basicamente um dado de valor presente num processo decisório qualquer. Pode ser valor estético, moral, ético, econômico e social. Através desses tipos de informação, os homens tomam decisões sobre qualquer coisa. Esse dado é de enorme relevância, uma vez que os homens tomam decisões sobre coisas e também sobre outros homens. Basta perguntar que informações estão sendo produzidas sobre os diferentes grupos humanos (objetos da informação) e que decisões e ações elas têm corroborado.

O terceiro enfoque, a relação informação/conhecimento, representa, no âmbito da ciência da informação, a área de interesse específico deste trabalho.

## **1.1 Informação / conhecimento**

Historicamente, de maneira particular, a ciência da informação tem-se deparado com a problemática da definição das relações entre informação e conhecimento que, por sua vez, tem proporcionado diversos estudos empreendidos pelos pesquisadores da área. Segundo Wersig e Neveling<sup>1</sup>, citados por SARACEVIC (1996), tem-se que:

“Atualmente, transmitir o conhecimento para aqueles que dele necessitam é uma responsabilidade social, e esta

---

<sup>1</sup> WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **Information Scientists**, v.9, p.127-140, 1975.

responsabilidade social parece ser o verdadeiro antecedente da ciência da informação” (p.03)

Portanto, verifica-se um importante aspecto da ciência da informação, qual seja, a natureza essencialmente social de seu objeto de estudo: o processo de geração, organização e distribuição do conhecimento gerado na sociedade. Dessa forma, analisando a estrutura da relação entre o fluxo de informação e o público para qual é direcionada, BARRETO (1998:122) afirma que o cerne da ciência da informação deve ser a “... geração de conhecimento no indivíduo e no seu espaço de convivência”. Segundo o autor:

“O propósito da ciência da informação é o de conhecer e fazer acontecer o sutil fenômeno de percepção da informação que direciona ao conhecimento do objeto percebido. A essência do fenômeno da informação é a sua intencionalidade. Uma mensagem de informação deve ser intencional, arbitrária e contingente ao atingir o seu destino: criar conhecimento no indivíduo e em sua realidade.” (p.122)

Também relacionada à geração/transmissão de conhecimento, CHRISTÓVÃO e BRAGA (1997:02) definem informação como “... a interface, o evento entre um estímulo externo (mensagem) e um cognóscio, que tal mensagem ou estímulo altera”. Nesse sentido, a informação é o produto de uma interação social que, configurada enquanto conhecimento, armazena-se no cérebro das pessoas.

Dentro dessa perspectiva conceitual específica, informação relaciona-se com conhecimento e, conseqüentemente, com o desenvolvimento da humanidade em vários aspectos. A informação é tida enquanto instrumento capaz de modificar a consciência do indivíduo e de seu grupo social a partir de sua assimilação e uso. Assim, BARRETO (1997), introduz no âmbito da ciência da informação o conceito de “assimilação da informação”, definida como:

“... um processo de interação entre o indivíduo e uma determinada estrutura de informação, que vem a gerar uma modificação em seu estado cognitivo, produzindo conhecimento, que se relaciona corretamente com a informação recebida [...]. Se nenhuma alteração ocorrer, não aconteceu a assimilação da informação e, portanto, não se efetivou a relação informação/conhecimento.” (p.02-03)

Com relação à questão do conhecimento que se relaciona “corretamente” com a informação recebida, destaca-se uma problemática de caráter sociológico que, em termos gerais, entende que o que pode ser ou não tratado como informação depende de uma concordância, ou pelo menos algum consenso social/cultural. Dessa forma, se as informações estiverem baseadas em diferentes combinações de julgamentos, não é raro que elas possam representar desavença ou desacordo político-social. Daí a necessidade premente de se estudar as influências que a informação – coisa / conhecimento / processo – em sentido mais amplo, como construção e distribuição da cultura, exerce sobre os processos de emancipação, progresso social e cidadania ou, nas palavras de LIMA (1998:157):

“... a influência exercida pelos padrões informacionais na construção das estruturas sociais, por serem eles que, direta ou indiretamente, gestam as práticas sociais que constroem, conservam ou transformam os modelos de sociedade.”

É certo que as tecnologias da informação têm permitido, na atualidade, maior fluxo e acesso à informação. Este fato coloca e valoriza a informação como importante fator de produção e desenvolvimento social e permite que, através dos processos de armazenamento e transferência, provoquem alterações substantivas no comportamento das pessoas e das instituições.

Com isso, a informação, que pode ser todo o conhecimento de natureza técnica, econômica, mercadológica, gerencial, social, dentre outras, passa a ser considerada um bem de consumo, de relevante valor político, cultural e econômico:

“... essa é uma mudança que se deve ao fato de ser a informação fonte de geração de conhecimento e estes, quando acumulados, possibilitam a produção científica e tecnológica que, em última instância, condicionam a produção de bens e serviços.” (LIMA, 1998:158)

O papel inovador da informação surge como questão estratégica que chega a influenciar todos os níveis e setores da sociedade. De acordo com Rosetto <sup>2</sup>, citado por LIMA (1998):

“Organizações e países que sofrem supressão ou distorção de informação não são capazes de produzir inovação bastante para manter os seus níveis culturais e econômicos de desenvolvimento.” (p.277)

A informação, ao ser acumulada, disseminada e absorvida pelo homem pode favorecer a solução de algum problema imediato, de ordem técnica, como pode também contribuir para a construção de discurso/imagem acerca do objeto informativo que favorece mudanças e progressos, ou reproduzem determinadas práticas conservadoras com relação a esse mesmo objeto.

Mesmo levando-se em conta o caráter social da informação, grande parte dos estudos em ciência da informação primam pela utilização de métodos quantitativos e análises funcionalistas da realidade objetivada. Não se pode negar a importância de tais estudos, assim como as conquistas de ordem técnica por eles estabelecidas, contribuindo para o desenvolvimento humano e social em várias dimensões. No entanto, estudos de natureza qualitativa têm sido verificados no âmbito dessa ciência, principalmente através da percepção de que a sociedade humana não representa de fato um todo orgânico, mas sim uma rede de relações sociais, de ordem conjuntural, que ergue em seu interior as mais diversas instituições e organizações, todas elas produtoras e reprodutoras de representações sociais (discursos, imagens), derivadas de seus diferentes contextos sócio-históricos.

Dessa maneira, de acordo com SARACEVIC (1996:20), por exemplo, para o qual a ciência da informação se dedica a resolver problemas da “... efetiva comunicação do conhecimento e seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual”, ao formatar sua noção de “ecologia informacional”, o autor, por algum motivo, deixa de considerar em seu sistema o objeto informativo (ou o “objeto percebido”), o qual é muitas vezes parte do contexto social do conhecimento (isto é, sobre o que ou quem se produz informação/conhecimento e para quem). Para ele:

---

<sup>2</sup> ROSETTO, M. Da função da informação à disponibilidade em catálogo on line de biblioteca. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2, BELO

“Ecologia informacional envolve: os produtores de conhecimento (autores, inventores, pesquisadores, coletores ...) e as instituições onde trabalham e residem; os financiadores destas instituições e trabalhos; os editores (em qualquer media), incluindo seus mecanismos de seleção, editoração, referência, avaliação, publicação...; os canais de divulgação; os ‘reelaboradores’ (repackagers) – (por exemplo, produtores de bases de dados, em qualquer media também) incluindo seus mecanismos próprios de seleção, tratamento, disseminação...; as bibliotecas e serviços de informação, também com seus mecanismos; os usuários e suas instituições fechando a cadeia ecológica.” (p.21)

Assim, pode-se argumentar que, caso o “objeto percebido” não seja levado em conta enquanto componente da “ecologia informacional” geral, corre-se o risco de que a geração de conhecimento nos indivíduos – um dos cerne da ciência da informação – possa ser questionada. Que conhecimento “efetivo” está sendo gerado e comunicado? Quais os seus propósitos e fundamentos?

Além disso, a questão do “objeto percebido” em processo de comunicação de informação/conhecimento consiste em mais do que um problema técnico, como a presença de ruídos atrapalhando a exata comunicação dos símbolos aos receptores da informação. É mais também do que um problema semântico, que depende da precisão de como os símbolos transmitidos preservam o significado original da informação transportada. O significado entendido é o mesmo entre o emissor e o receptor da mensagem? Como e quando esse significado pode variar?

Todos os dias são produzidas, disseminadas, assimiladas e rejeitadas informações, apresentadas nos mais diversos suportes e variedades de formas e conteúdos. Para cumprir sua função, a informação deve estar representada de alguma forma e transmitida por algum veículo. MaCGARRY (1999:12-13) distingue três classes de veículos para transmissão de informação: sinais, símbolos e signos:

“O sinal é uma forma de signo que enfatiza a necessidade de que será seguido por algum tipo de ação, e que requer algum tipo de reação do receptor [...]. Em termos gerais um sinal é comunicado de uma pessoa a outra para indicar que o momento de agir está próximo.

O signo é um indício físico da presença imediata da coisa ou evento que representa.

Os símbolos são um tipo especial de signo: representam um objeto, idéia ou evento; mas a intenção é causar o mesmo tipo de reação emocional, como que se o que representam estivesse presente.”

Diferentemente do signo, o símbolo traz em si um significado duradouro, histórico e culturalmente constituído. Possui também, o símbolo, caráter transcendente, religioso. Ele representa a vida de um povo, seus valores, idéias e aspirações. Além disso, o símbolo mantém relação arbitrária com seu referente, isto é, “... ele pode não ter qualquer semelhança com o que representa” (p.13), argumenta o autor.

Nessa perspectiva, a música e as artes em geral, por exemplo, são consideradas formas essencialmente simbólicas da informação – expressão, registro e transmissão de experiências. Já a cultura e a comunicação oferecem as bases para a conexão e criação de símbolos pelos quais a informação é apresentada. MacGarry lista, ainda, as principais características do símbolo e suas funções no processo de comunicação humana:

- São propriedades de um grupo e não propriedade exclusiva de um indivíduo;
  - São utilizados na transmissão, intercâmbio e registro de significados e compreensão humanas;
  - Os símbolos funcionam como repositórios de significados dentro de uma cultura;
  - As formas simbólicas funcionam como forças unificadoras dentro e através de grupos sociais e culturais;
  - Os símbolos permitem aos indivíduos e grupos lidarem com mundos que estejam além de suas experiências sensoriais imediatas e a construir meios que permitem dar sentido a essas experiências;
  - Os símbolos nos permitem construir sistemas de comunicação mediante os quais a ação social existe, continua e se transforma ao longo do tempo.
- (p.14)

Considera-se, portanto, que a transmissão de informação ocorre através da criação e articulação de signos, sinais e símbolos, sendo estes últimos culturalmente carregados. A transmissão de informação assume sua forma mais poderosa na linguagem, uma vez que a história universal dos homens concretizou-se pelas palavras, pela articulação da língua. Como um dos maiores representantes da moderna antropologia social e corroborando esta idéia, LÉVI-STRAUSS (1987:19) assinala que:

“Os homens se comunicam por meio de símbolos e signos; para a antropologia, que é uma conversa do homem com o homem, tudo é símbolo e signo que se coloca como intermediários entre dois sujeitos.”

Novamente de acordo com McAGARRY (1999), são apontadas as principais características da linguagem humana:

- Ela reflete a personalidade do indivíduo e também dos valores culturais de uma sociedade;
- Possibilita a criação, o desenvolvimento e a transmissão da cultura humana, a continuidade das sociedades, e o controle e a coesão dos grupos sociais;
- Influencia a percepção humana e as formas como encaramos a realidade;
- Funciona como sistema de ordenação ao armazenar a memória coletiva de seu próprio grupo lingüístico e outros. (p.17)

A linguagem representa uma rede de relações simbólicas compartilhadas e utilizadas pelos membros de uma sociedade, para o entendimento comum. Existe a linguagem jurídica, científica, literária, artística, jornalística, dentre outras formas. Essas formas de linguagem ordenam as experiências coletivas, classificando-as e manipulando-as através, principalmente, da análise técnica e da observação.

Assim, MacGarry considera a linguagem em dois planos: sua “representação física” e seu “sentido subjacente”. A representação física é imediata, refere-se ao aspectos físicos, ao suporte, à estrutura superficial sensível aos nossos olhos e ouvidos. O sentido subjacente denota a estrutura

latente da linguagem e, por isso, é mais difícil de ser decodificada e interpretada.

“Há um velho ditado que diz que só começamos realmente a ler quando podemos ‘ler entre linhas’, quando podemos não somente decodificar as linhas de um texto manuscrito ou impresso (os signos gráficos), mas também compreender os significados mais profundos que estão além da superfície gramatical do texto.” (p.21)

Portanto, a manipulação de símbolos e signos é fator essencial para se levar adiante o processo de envio/recebimento de mensagens, enfim, comunicação da informação/conhecimento. Esse processo de comunicação humana acontece por via de regras convencionalizadas, para que seja possível a transmissão de significados. Essas regras são apreendidas, em última análise, da cultura humana. Cultura enquanto sistema de crenças, valores, artes, habilidades em geral, costumes, visão de mundo e as mais diversas instituições sociais construídas pela sociedade ao longo de sua história. E, segundo MacGarry:

“O estudo de sistemas de informação e comunicação impõe que se admita hipóteses de natureza cultural devido aos seguintes motivos:

- A cultura é criada por seres humanos; depende de sistemas de signos e símbolos; precisa ser transmitida de uma geração à outra pelo meio que for necessário.
- A cultura fornece a matriz das regras pelas quais utilizamos a linguagem, signos e símbolos não verbais, ou qualquer outro meio que possamos criar para representar informação.
- A cultura pode ser categorizada no sentido não material como possuidora de sistemas éticos, morais ou artísticos que lhe são próprios e padrões de organização social.
- A cultura pode ser categorizada no sentido material de modo a incluir artefatos como armas, ferramentas, construções, qualquer coisa feita pelo ser humano para qualquer fim.” (p.63)

Tendo em vista que a permanência e a conservação são fatores essenciais para a sobrevivência de um povo e de sua cultura, é que os homens criaram e continuam a criar formas cada vez mais eficazes de transmissão da

informação/conhecimento que, por último, significa transmissão da cultura. Esse fato faz com que os homens organizem de forma seletiva a informação/conhecimento que desejam transmitir a seus semelhantes e aos outros homens, em detrimento de outras formas e modos de viver e conhecer a realidade.

Nessa lógica, todo conhecimento produzido e disseminado, por mais objetivo que possa ser, o seu processo de consolidação na sociedade torna-se problemático, uma vez que depende de uma série de variáveis históricas e sociais, as quais, segundo PACHECO (1995:21), servem para caracterizar a informação enquanto “artefato”:

“Se a informação é um artefato, ela foi criada num tempo, espaço e forma específicos, que formam um dos contextos pelo qual deve ser interpretada – o contexto de sua geração. Sendo artefato, ela pode ser utilizada num contexto distinto daquele para o qual e no qual foi produzida, sendo portanto passível de recontextualização.”

Ao transmitir informação, uma fonte emissora representa o que está querendo dizer, utilizando-se de códigos selecionados a partir de sua necessidade. Esses códigos podem ser sons, palavras ou imagens, os quais são impressos em algum suporte – fita cassete ou de vídeo, folhas de papel, barro, dentre outros – o que caracteriza a confecção de um artefato. Esse artefato, por seu turno, traz cristalizados em sua forma os aspectos temporais e espaciais de sua confecção.

Tendo em vista que, segundo a autora acima citada, a característica marcante da informação enquanto artefato é que ela é concebida para ser utilizada em contextos sociais diferentes daquele de sua geração, compreende-se que:

“O distanciamento espacial e temporal (especialmente o distanciamento espacial quando se trata do estudo de informações contemporâneas) entre o emissor e o receptor pode alargar incrivelmente a dificuldade de compreensão. Isso porque à essa informação se interpõe uma série de barreiras culturais.” (PACHECO, 1995:21)

A cultura, quando apreendida no seu sentido antropológico mais geral, pode ser entendida como o modo pelo qual os seres humanos se relacionam

com a realidade, ou ainda, segundo MARTELETO (1995a:89), como “... o conjunto dos artefatos construídos pelos sujeitos em sociedade (palavras, conceitos, técnicas, regras, linguagens) pelos quais dão sentido, produzem e reproduzem a sua vida material e simbólica.”

Ou seja, entendido sob sua forma mais genérica, o conceito de cultura eqüivale a toda ação humana sobre a natureza e, conseqüentemente, ao resultado dessa ação. Tanto a ação, que é trabalho, quanto seu resultado – produtos culturais – são definidos por padrões, normas e valores, provenientes de relações sociais em contextos e tempos específicos.

Clássicos da antropologia social e cultural procederam à análise da cultura enquanto sistema simbólico: o indivíduo, ao viver em sociedade, possui repertório comum ao grupo a que pertence, a fim de que possa ter algum conteúdo de comunicação. Esse repertório é ordenado de maneira simbólica, através de sistemas de códigos que produzem a tradução das representações em processo de comunicação. “A noção de cultura parte do estabelecimento de uma unidade fundamental entre ação e representação, unidade esta que está dada em todo comportamento social.” (DURHAM, 1980:13)

Assim, a cultura expressa sempre lógicas singulares. Os grupos sociais precisam ser pensados a partir de seus próprios referenciais, resultado dos processos cada vez mais complexos de interação e negociação simbólicas. A harmonia e a coerência de uma sociedade, de suas tradições, de suas práticas e hábitos culturais, devem ser pensadas, portanto, a partir do sistema a que pertencem. O mesmo acontece com o fenômeno informacional, se entendido enquanto artefato cultural ou simbólico.

Ao gerar e disseminar informações sobre a questão dos meninos e meninas de rua ou da infância pobre, a grande imprensa diária pode trazer, em seus diversos contextos e formatos, visões de mundo que representam as crianças de acordo com um modelo ideal de sociedade, seja um modelo científico, religioso ou econômico. Essas representações acerca das crianças pobres podem corresponder ou não às outras mentalidades em torno da questão, inclusive a dos próprios “meninos” e das pessoas e profissionais à eles relacionados. O “objeto percebido” pode ser apreendido tão profundamente a ponto de se criar um conhecimento público de fato, algo que

possa ser convencionalizado e generalizado de modo a se impor na sociedade de forma inquestionável?

O **Estatuto da Criança e do Adolescente**, como será visto adiante, surgiu da manifestação pública de pessoas direta e indiretamente ligadas à problemática da infância e da adolescência em geral, e da infância pobre em particular (educadores, religiosos, voluntários, cientistas e instituições). Essas pessoas e instituições, obviamente, também são produtos e produtoras socioculturais. Elas próprias trazem para a discussão seus sistemas de valores, seus códigos de conduta, enfim, suas mentalidades, que orientam as suas ações e pensamentos. Esses sistemas simbólicos, por sua vez, acabam-se manifestando na linguagem, através dos textos, dos discursos, do material informacional por eles construídos. O mesmo ocorre com os jornais que, enquanto instituições sociais e de informação, também trazem para suas práticas cotidianas, mentalidades e concepções culturalmente constituídas a partir da *praxis* mais ampla, que é a própria instituição e instituinte social.

Com efeito, a informação pode ser apreendida como fenômeno sociocultural, o qual coloca os sujeitos em relação com a realidade e com os artefatos culturais (simbólicos) surgidos das relações e práticas sociais. “Fenômeno de complexa configuração ou previsão, seja ela entendida como processo ou produto, é sempre uma probabilidade de sentido.” (MARTELETO, 1995a:89)

Ainda a respeito da informação enquanto prática e produção socioculturais, especificamente falando a respeito da “informação social”, CARDOSO (1994:107-108) adverte:

“... a qualificação ‘social’ longe de determinar um campo de estudo, acaba por ampliá-lo, na medida em que podemos considerar como ‘social’ qualquer processo de produção/organização/consumo de informação, uma vez que ele acontece entre grupos, segmentos, classes – ou seja, a geração e a apropriação de informação só ocorre no âmbito da sociedade, das relações sociais.”

A autora aponta ainda três referenciais para o estudo da informação enquanto processo/produto social:

- a) a *historicidade* dos sujeitos e seus objetos de estudo, privilegiando a relação entre atores, social e culturalmente definida, a partir de uma determinada “interação de produção de sentidos”;
- b) a *totalidade* dos fenômenos sociais, não sendo possível analisar aspectos particulares de um grupo, segmento ou uma instituição social sem levar em consideração a estrutura orgânica que lhes confere um sentido maior;
- c) a *tensionalidade* enquanto uma constante presente no tecido social e que influencia de modo significativo a produção de sentidos nas diversas formas de relações sociais estabelecidas entre os vários grupos humanos que constituem a sociedade. (p.107-108)

Desse modo, cultura e informação encontram-se intimamente relacionados, sendo que a cultura representa a memória coletiva, transmitida através de gerações de indivíduos, na qual se encontram cristalizados e reproduzíveis os artefatos materiais e simbólicos responsáveis pela manutenção e reprodução das instituições sociais. Já a informação/conhecimento, tida como processo ou produto social, representa a relação sujeito/realidade, ou seja, a mediação entre os artefatos culturais (simbólicos) e as relações e práticas sociais cotidianas.

Para estudar a relação informação/cultura, com referência à produção e à distribuição de informações no âmbito jornalístico sobre a questão das crianças e adolescentes pobres no Brasil, torna-se necessária a utilização de algumas ferramentas teóricas ou conceitos explicativos que permitam entender os fenômenos sociais de forma não tradicionalmente objetiva, abordando os aspectos da estrutura simbólica que, de certa maneira, se relacionam com as estruturas materiais da vida social.

São conceitos e técnicas que possibilitam falar de uma dimensão não material da vida em sociedade, mas que interferem, em maior ou menor escala, na manutenção e na reprodução da própria vida cotidiana. Para tanto, a história das mentalidades fornece-nos os subsídios necessários.

## 1.2 As mentalidades

No decorrer do século XX, os pesquisadores em geral depararam-se com um evento especial no interior das academias e universidades, principalmente no que tange à questão da interdisciplinaridade, celebrada como transformação radical no enfoque teórico-metodológico em praticamente todas as áreas das ciências modernas ou tradicionais do ocidente.

Podem-se, de acordo com MAROTTA (1991), listar algumas das causas aparentes dessa transformação. O Iluminismo no século XVIII, que teria apressado as contradições e os acontecimentos científicos, na ânsia de solucionar os problemas materiais e morais do homem através da razão; e o grande avanço tecnológico (mecânico/industrial) do século XIX. Porém, de acordo com a autora citada, a maior causa das transformações metodológicas ocorridas nas ciências modernas teria sido algumas mudanças radicais na metodologia de ciências exatas positivistas, as quais teriam influenciado disciplinas das ciências sociais e humanas, dentre elas a história.

“A história também sente as influências de seu tempo e, assim como as ciências em geral do século XX, ela também irá renovar conceitos, abrir-se para outras ciências e buscar novos objetos de análise. De um positivismo dominante que limitava a visão do processo histórico, dirige-se para a elaboração de uma História Nova.” (p.10)

Portanto, a chamada história nova, também desempenhando papel ideológico em seu tempo, apresenta um conjunto de características e diretrizes que buscam renovar as anteriores, pautando-se por focar novos objetos de análise, abrir-se para outras ciências, além de utilizar métodos quantitativos e documentação serial, como por exemplo, os jornais diários de um país ou de uma região.

A história tradicional interessa-se basicamente pelos acontecimentos e fatos oficiais, tais como guerras e revoluções; por instituições como o Estado e a Igreja; ou ainda por personagens famosos como reis, rainhas e intelectuais importantes os quais, por fazerem parte da elite ou de pequena parcela da sociedade, não podem ser tidos como representativos da maioria da

população. Além disso, essa história só considera os documentos oficiais, como os tratados diplomáticos, por exemplo, como os únicos e legítimos documentos históricos, passíveis de serem analisados pelo historiador.

Rompendo com essa visão tradicional, a história nova vem propor que os pesquisadores estudem temas e fatos relativos à grande maioria da população, ampliando assim o leque e os pontos de observação histórica. Para isso, a história nova teve que desenvolver outros métodos de abordagem que possibilitassem a operacionalização de suas propostas. Com efeito, essa renovada disciplina viu-se obrigada a entrar em terrenos vizinhos, a fazer sondagens em diversas direções, a procurar o auxílio de outras disciplinas afins que pudessem ajudá-la na elaboração de seus objetos, configurando a tendência interdisciplinar de se produzir conhecimento. Complementa Marotta:

“... sem tirar a autoridade de outras áreas e sem perder a sua especificidade científica, a História Nova começa a andar de mãos dadas com a psicologia, a antropologia, a sexologia, a literatura, etc.” (p.15)

Do contexto da história nova, surge a história das mentalidades, propondo novas abordagens metodológicas como a demografia histórica, a antropologia histórica, a etnopsiquiatria, a história da cultura material <sup>3</sup>, a história imediata, evidenciando que, por trás da grande história ou da história geral, existe muito mais, existe história ainda maior que representa todo um processo histórico que independe de reis, ideologias dominantes, ciências oficiais e que se sustenta pelos acontecimentos verdadeiros, cotidianos, e por suas realidades subjacentes.

Desse modo, tem-se que o objetivo maior da história das mentalidades é, segundo Marotta, possibilitar uma “... percepção mais aproximada de uma sociedade em sua época, que, muitas vezes, se apresenta à parte da História geral que nos é contada.” (p.17)

Portanto, a história das mentalidades tem como objeto de pesquisa aquilo que é popular, o silêncio, o literário, a cultura e os sentimentos dos sujeitos. Ela interessa-se particularmente pelo cotidiano, e pode-se dizer que o

---

<sup>3</sup> “Cultura material - baseada na arqueologia, ela destaca a leitura de documentos não-escritos, aumentando a visão histórica do cotidiano. São exemplos de cultura material: a história das doenças, da terra, do vestuário, etc.” (MAROTTA, 1991:51)

cotidiano esteja contido nela. Interessa-se por aquilo que escapa inconscientemente dos indivíduos, tenta entender o que está subentendido, escondido, por trás aos bastidores e que, muitas vezes, o próprio sujeito desconhece.

No entanto, a história das mentalidades não pode estar desvincilhada da história dos sistemas culturais, dos sistemas de valores e de crenças, pois, para cada sociedade, em determinada época, existe uma mentalidade e também várias mentalidades, ou seja, mentalidades arcaicas, modernas, científicas e tradicionais. Ainda de acordo com Marotta:

“O objeto de pesquisa dessa história é a questão por trás dos fatos históricos, quando a mentalidade se sobrepõe às doutrinas, à política; quando a crença comum prevalece sobre a ideologia dominante.” (p.20)

O historiador das mentalidades deve estudar as perdas, as rupturas, as tradições e, principalmente, as defasagens entre os indivíduos e as mudanças sociais que ocorrem muito rapidamente. A história das mentalidades estuda as “inércias” da sociedade, as atitudes, os comportamentos e o inconsciente coletivo<sup>4</sup> de certa população.

É importante notar também que, mesmo estando em estado de defasagem sociocultural, mesmo sendo resistentes a mudanças, as mentalidades estão profundamente enraizadas nas estruturas materiais e sociais que compõem a sociedade, fazendo com que a história das mentalidades se interesse tanto pelos fenômenos individuais como pelos coletivos; tanto pelo geral como pelo marginal; tanto por uma história da cultura material como por uma história espiritual. Além disso, busca integrar estes dois lados a fim de ampliar a realidade estudada e não reduzi-la numa visão unilateral da história.

“Mentalidades evidenciam as discontinuidades do processo histórico, eliminando a noção de superioridade de cultura, de

---

<sup>4</sup> “Inconsciente coletivo – ignorando os termos apropriados da psicologia, pode-se dizer que inconsciente coletivo se refere ao subjetivo (que inclui pensamentos inconscientes, religião, código de moral, sentimentos, idéias e ideais) de uma determinada sociedade em determinado momento.” (MAROTTA, 1991:51-52)

civilização, examinando outros povos, retirando-lhes o nome pejorativo de bárbaros.” (MAROTTA, 1991:29)

Nesse sentido, a história das mentalidades oferece métodos e técnicas suficientemente válidas para se investigar a relação entre o processo de produção de informação/conhecimento sobre a infância pobre no Brasil e a cultura desta nação; isto é, em suma, as mentalidades e os imaginários coletivos que estão permeando esse processo e interferindo num aspecto ou noutro.

## 2 A INSTITUIÇÃO JORNALÍSTICA

---

“Ele tinha querido que a palavra virasse coisa...”

Graciliano Ramos – *Vidas secas*

Na ciência da informação é possível pensar que, genericamente, a transmissão do conhecimento gerado, através da comunicação da informação, representa a transmissão de valores e padrões culturais, configurando um processo de socialização ou de aprendizagem social. Com efeito, a informação em geral, e a jornalística em particular, tornam-se poderosas forças de transformação humana, dinamizando a cultura e contribuindo para moldar e reificar práticas e instituições, principalmente através de sua assimilação e de seu uso pelos mais diversos agentes sociais.

Desse modo, tanto fatores individuais como sociais podem influenciar na necessidade e na assimilação da informação que ocorrem no interior de um grupo de usuários/leitores de jornal. Nesse sentido, CABRAL (1998:237) argumenta que:

“As matrizes discursivas constituem os diversos modos de abordar a realidade e atribuir significados, e sua produção e reprodução é considerada pela posição do sujeito na estrutura da organização, dependendo pois, dos lugares e das práticas materiais de onde são emitidas as falas.”

Cabe frisar que, entendendo o estudo da cultura enquanto uma “...espécie de banco de dados da memória universal”, LIMA (1998:160) reforça a idéia de que a informação – insumo ou produto da cultura – tenda a atuar como elemento de transmissão de valores, práticas e comportamentos de caráter sócio-históricos:

“... esse conhecimento sociocultural que é adquirido através do processo de socialização, mediante linguagem oral, escrita e gestual, constitui-se num acervo homogêneo posto à disposição do homem. Porém, como a experiência biográfica não é homogênea, parece normal vislumbrarem-se formas diferentes de uso desse acervo. Por isso, no dia-a-dia, esses processos acabam sendo marcados por lutas em torno da afirmação de saberes que tentam definir o social, o econômico, o político e o cultural de um modo muito particular.” (p.163)

Os jornais, sejam eles da época e do local que forem, podem ser considerados enquanto produtos sociais; isto é, “... como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, constituindo-se como um objeto de expectativas, posições e representações específicas”. (SCHWARCZ, 1987: 15)

Nos campos da antropologia e da sociologia, e falando a respeito da pesquisa em jornais, Schwarcz chama a atenção para certa “eficácia simbólica” presente nos mesmos. No caso dos jornais, a autora citada encontrou a situação de reconhecimento social do jornal, como espaço de criação de verdades e de conceitos que se pretendem universais. Aí consistiria a eficácia da prática do jornalismo:

“O jornal é eficaz [...] porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetição e reiteração tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis. Dessas verdades ninguém duvida, assim como não se questiona ou se busca explicar a cura feita pelo xamã. Portanto o jornal cria e recria consensos que a cada repetição necessitam de menos explicação. São verdades, verdades de um espaço inquestionável, páginas e páginas com um poder talvez igualável ao de um xamã <sup>5</sup>.” (SCHWARCZ, 1987: 248)

---

<sup>5</sup> *Xamã*: “O emprego mais geral do termo xamã designa um especialista em curar, adivinhar e outras funções sociais afins, presumivelmente por meio de técnicas de possessão e controle de espíritos”. SILVA, B., NETTO, A., et. al. **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: FGV, 1987. p.1305)

Mesmo que não sejam tão “eficazes” a ponto de criarem consensos, como afirmou a autora acima, os jornais, com seus inúmeros fatos, conceitos e personagens, podem se transformar, aos poucos, de mera sugestão e amontoado de imagens isoladas, em pressupostos quase intocáveis de uma época, ao menos para certos grupos específicos da sociedade.

Analisando a relação entre a realidade apresentada pelos jornais diários e a realidade social que teria servido de base aos jornalistas que redigiram e editaram suas notícias, SIMÕES (1997) argumenta que a sociedade em geral atribui ao jornal objetividade que ele não tem. Segundo a autora:

“Ao informar sobre o mundo, o jornal o faz através de um recorte que passa por diversas escolhas. Essas escolhas acabam por determinar a representação social da imprensa sobre os mais diversos assuntos” (p.10)

Dessa forma, torna-se possível analisar o tipo de informação que está sendo levada ao leitor de jornal, tendo em vista que o conhecimento é socialmente construído a partir de diferentes perspectivas a respeito de determinado fato ou fenômeno social. Do ponto de vista da sociologia do conhecimento, enfatizando o processo de construção social da realidade, BERGER e LUCKMANN (1993) assinalam que a vida cotidiana configura-se como realidade social e culturalmente construída, cujo sentido é dado pelos homens por intermédio de atributos de ordem subjetiva, referente aos seus sentidos e maneiras específicas de ver e atuar no mundo. Seguindo esse raciocínio, SIMÕES (1997:11) ainda complementa:

“Desta forma, o conhecimento é sempre um aspecto seletivo de determinado objeto. Além disso, o conhecimento decorre de uma prática que se dá em um determinado contexto sócio-histórico; logo, é preciso compreender cada conhecimento a partir da realidade sócio-histórica no qual ele foi construído.”

Assim, um dos fatores mais importantes dos jornais, enquanto instituições sociais e de informação, é que eles podem atuar como disseminadores de padrões informacionais e culturais, tornando-se co-responsáveis pela gerência das práticas que constroem; conservam e transformam cotidianamente as mais diversas estruturas sociais e históricas da humanidade.

## 2.1 Os jornais enquanto instituições de informação

É fascinante perceber a história através dos jornais: em cada página, artigo, coluna ou fotografia o leitor depara-se com aspectos significativos de sua vida e de seus antepassados. Nos jornais, mais do que palavras, estão impressas (e expressas) lutas, ideais, compromissos e interesses diversos. “A imprensa registra, comenta e participa da história” (CAPELATO, 1994:13). Através dos jornais (e da imprensa em geral) trava-se, na expressão de ROSSI (1986), constante batalha pela conquista de corações e mentes<sup>6</sup>.

Desde o seu surgimento, a imprensa se afirmou enquanto considerável força política e econômica. Governos e grupos sociais poderosos sempre a utilizaram ou temeram. Em certos momentos, a imprensa teve que ser adulada, vigiada, controlada ou punida:

“Os que manejam a arma-jornal tem uma variada gama de opções entre o domínio das consciências e a liberdade; os alvos que procuram atingir são definidos antes da luta, mas o próprio movimento da história os leva, muitas vezes, a mudar de rumo.” (CAPELATO, 1994: 13)

Acompanhar a trajetória da instituição jornalística é algo bastante complexo. Para tanto, é de fundamental importância sabermos quem são seus proprietários, a quem se dirigem, com que objetivos e quais os recursos que os jornais podem ou devem utilizar para cumprir sua missão institucional.

Atualmente, os grandes jornais diários podem ser vistos sob quatro pontos de vista diferenciados, de acordo com a classificação de Teixeira: a) como fontes de informação noticiosa; b) como vetores narrativos ideológicos; c) como documentos históricos e d) como fontes de informação para demandas específicas. (p.289-290)

Mas, sobretudo, os jornais podem ser considerados como típicas instituições de informação, uma vez que produzem, organizam e disseminam informações sobre os mais diversos assuntos, sejam locais ou internacionais,

---

<sup>6</sup> “O jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores e ouvintes.” (ROSSI, 1986: 07).

esportivos, policiais, políticos, econômicos e culturais. De certa forma, os jornais informam à população sobre coisas que ela, certamente e de forma múltipla e variada, procura saber, no intuito de conferir alguma orientação às atividades de sua vida diária. Não se trata, no entanto, de avaliar aqui a relevância dessas informações, e sim analisar a instituição jornalística e suas principais características enquanto instituição de informação tradicionalmente centrada no usuário/leitor de jornais e a influência que exerce no processo de construção do conhecimento e suas atribuições na sociedade.

A empresa jornalística coloca no mercado produto bastante específico, que é a mercadoria política, remetendo a relações dicotômicas entre o público e o privado no contexto social. Enquanto que a informação é tida como direito público, relacionado à dimensão política da vida social, o jornalismo geralmente é exercido no setor privado. Na grande imprensa diária, onde se mesclam interesses políticos (públicos) e de lucro (privados), vários recursos são utilizados para atrair o público leitor. A concorrência de mercado faz com que cada jornal enfrente seus adversários com as armas mais apropriadas para atingir sua clientela específica:

“O periódico que se destina a um público de elite caracteriza-se, geralmente, pela apresentação sóbria, como é o caso de O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil. Os que se dirigem a outras faixas de mercado apelam, em maior ou menor grau, para ilustrações, títulos espetaculares, crime, sexo, humor, esporte, folhetins, etc.” (CAPELATO, 1994:15)

Desse modo, podemos dizer que existem duas grandes divisões (morais) da imprensa: a “boa” e a “má”. À boa imprensa estão associados os grandes jornais, tidos como sérios, pretensamente imparciais e bastante preocupados com questões de cidadania, política, economia, cultura. Geralmente possuem roupagem e discurso que passam a impressão de honestidade, ética e profissionalismo, além de longa tradição de serviços. Já a má imprensa, acusada de sensacionalismo e taxada de “imprensa marrom”, preocupa-se com altos índices de espetaculosidade, com matérias chamativas e escandalosas, principalmente envolvendo questões de sexo e violência.

Há também outras divisões possíveis do mercado jornalístico, entre elas os jornais especializados em determinado assunto, de associações ou

empresas, jornais puramente esportivos, literários, religiosos, de saúde, comércio e economia, cultura e artes em geral. Há também publicações periódicas para negros, homens, mulheres, crianças, jovens e adolescentes de várias tendências urbanas, jornais de turismo e viagens. Porém, a despeito de todas essas especialidades possíveis de um jornal, deve-se sempre ter em mente a seguinte afirmação de Capelato:

“Os empresários-jornalistas atuam na esfera privada, orientados pela lógica do lucro. Enfrentam os concorrentes com todas as armas de que dispõem: notícias, opiniões e atrativos diversos para atender a todos os gostos. No entanto, a imprensa tem outra face: é veiculadora de informações, direito público, e nesse papel norteia-se pelo princípio de publicidade, colocando-se como intermediária entre os cidadãos e o governo.” (p.18)

No que diz respeito aos jornais, mais especificamente à chamada grande imprensa, esses estão sempre procurando adequar suas “falas” às necessidades informacionais de seus usuários. Para isso, as redações desses jornais geralmente são equipados com pesadas tecnologias da informação que constituem seus sistemas e serviços, nos quais são armazenadas e processadas informações provenientes de várias fontes. Mas, além dos recursos tecnológicos utilizados, outros atributos da notícia devem ser considerados como características presentes também nas necessidades de informação de leitores de jornais: o imediatismo, o interesse e a importância da “novidade”.

A necessidade de informação dos usuários de jornais é imediata porque a notícia deve relatar o que está acontecendo no mundo hoje:

“É a informação factual a principal matéria-prima do jornal. O leitor diário do jornal não quer a notícia de ontem ou aquela que outros meios de comunicação [...] já noticiaram” (SIMÕES, 1997: 39).

O leitor de jornal deseja saber o que acabou de acontecer e se aprofundar nos relatos e informações complementares oferecidos por essa mídia. O jornalista precisa estar atento para que possa descobrir o que é de interesse e de importância para a comunidade. Toda notícia veiculada,

portanto, possui imprescindível significado social. A sociedade (local ou externa) é, potencialmente, fonte produtora e consumidora das notícias de jornal. Isto equivale a dizer que quanto mais preocupante for um assunto para determinado segmento da população de um país, cidade ou região, mais atraente esse assunto será para a mídia.

Qualquer pessoa que saiba ler e possua rendimento mínimo pode ser considerado consumidor/leitor em potencial de jornais. Fatores como escolaridade, classe social, idade, dentre outros podem influenciar na leitura de jornais. Um emprego estável, por exemplo, oferece recursos financeiros para que o usuário possa pagar anual ou semestralmente pelas informações jornalísticas que deseja receber, ao passo que uma pessoa desempregada comprará jornal na medida de sua necessidade mais imediata. Geralmente, os jornais direcionados para as camadas mais populares da sociedade trabalham com notícias de cunho mais “escandaloso” ou “sensacionalista”, as quais, para outros setores sociais, podem não ser as informações mais interessantes do dia.

Da mesma forma que existem os jornais mais caros e os mais baratos, assim como os que exigem mais ou menos capacidade de discernimento ou conhecimento da situação da notícia, os jornais, por serem produtos da sociedade e para ela, disseminadores de informações sociais, exigem de seus leitores variados recursos devido à enorme gama de assuntos e demandas a que procuram atender ao mesmo tempo.

Atualmente chega a ser espantoso perceber como, em pouco mais de um século, o poder de circulação de informações conseguiu alcançar a velocidade da luz, através dos cabos e satélites interconectados, mesclando texto, som e imagem em diversas partes do mundo globalizado. A própria imprensa não conseguiu escapar (se é que tentou) das grandes alterações causadas pelo modo de produção industrial, organizando-se, a partir de então, em empresas jornalísticas, o que traz à tona instigante desafio:

“Ser objetivo e independente num jornal que precisa de anunciantes para manter sua estrutura operacional é um desafio que vem sendo respondido com seriedade por algumas empresas jornalísticas e, especialmente, por alguns jornalistas.” (TEIXEIRA, 1998: 89)

Por fim, é necessário chamar a atenção novamente para as questões relativas ao público e ao privado na sociedade. O acesso à informação é direito social adquirido, portanto, deve ser público. A liberdade de imprensa e de expressão idem. Um jornal visto como instituição de informação centrada no usuário deve conciliar, portanto, estes dois objetivos principais: satisfazer necessidades de informação cotidianas sobre vários aspectos da vida social de uma coletividade, mas, ao mesmo tempo, cobrar taxas por esse serviço, tendo em vista que existem vários profissionais, preparados e comprometidos, trabalhando com a informação. Como frisou Teixeira:

“... diante da vasta oferta de informação disponível, inclusive através dos jornais, cabe aos profissionais da informação, como jornalistas e bibliotecários, a necessidade de se construir uma fonte que contribua para o livre trânsito entre os mais diversos campos do saber e o acesso àquelas pessoas que ainda não possuem. Sem se esquecer do compromisso ético e da responsabilidade que o público exige desse serviço de filtragem, organização, apresentação e, principalmente, esclarecimento.” (p.312)

### 3 A PREOCUPAÇÃO COM A INFÂNCIA

---

“Um homem é, primeiro, o pranto, o sal,  
o mal, o fel, o sol, o mar – o homem.  
Só depois surge a sua infância-texto,  
explicação das aves que o comem.  
Só depois antes aparece ao homem.”

Paulo Mendes Campos – *Infância*

No Brasil, a questão dos meninos e meninas de rua e da infância pobre decorre, simultaneamente, do desenvolvimento e do subdesenvolvimento econômico e social do país. Aqui há variáveis típicas de países desenvolvidos e também de países em desenvolvimento como industrialização, urbanização, crescimento demográfico acelerado, êxodo rural, deficiências médico-sanitárias, analfabetismo, desqualificação de mão de obra, pobreza. De modo direto e indireto, todos esses fatores, conjugados e isoladamente, refletem sobre a família e, conseqüentemente, sobre a criança e o adolescente. No entanto, como frisou VARGAS (1990:07):

“... a infância pobre não é um fenômeno recente. Ao contrário, ela é um fenômeno recorrente em praticamente todos os contextos de rápida industrialização e crescimento urbano acelerado. Ela é uma questão que remete ao próprio contexto de emergência do capitalismo na medida em que este arrastou para as cidades um expressivo contingente de despossuídos, miseráveis e vagabundos, que vieram a configurar o que ficou conhecido como sendo o ‘lumpensinato’.”

A expressão infância pobre é utilizada para identificar a criança e o adolescente vítimas da estrutura social competitiva, os quais, por não disporem de renda suficiente, têm insatisfatória participação na produção e consumo de bens materiais e simbólicos, e não usufruem dos serviços de saúde, educação, habitação, recreação e outros benefícios do desenvolvimento econômico e social da nação.

Historicamente, o tema da conservação e da proteção da infância no Ocidente refere-se a práticas e técnicas de recolhimento e segregação das crianças e adolescentes, ocorridas inicialmente na Europa a partir do século XVIII, e posteriormente estendida a países de outros continentes, como é o caso do Brasil:

“A partir de meados do século XVIII, floresce uma abundante literatura sobre o tema da conservação das crianças. Inicialmente é produzida por médicos [...]. A esse cortejo médico juntam-se os administradores [...]. Aí se encontram também militares [...]. Todos colocam em questão os costumes educativos de seu século, visando três alvos privilegiados: a prática dos hospícios de menores abandonados, o da criação dos filhos por amas de leite, a educação ‘artificial’ das crianças ricas”. (DONZELOT, 1980:15)

Portanto, o termo conservação da infância refere-se à guarda, à proteção, à vigilância e à preservação física e moral das crianças e adolescentes em geral, e das crianças pobres em particular.

Com efeito, podemos dizer que a infância, ou mais precisamente, o sentimento da infância, nem sempre esteve presente nos diferentes contextos históricos das sociedades ocidentais modernas, isto é, conforme demonstrou ARIÉS (1978), o sentimento com relação à criança e à adolescência varia histórica e socialmente. Varia no tempo e no espaço. Varia na prática e na percepção das pessoas. De acordo com o autor, a história social da infância começa na Europa da Idade Média, onde “... o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas.” (p.157)

O que ocorria é que não se tinha a mesma opinião sobre as crianças como temos hoje. Ou seja, naquela época, as pessoas não tinham a consciência da particularidade infantil, particularidade que distingue de forma essencial a criança do adulto. Segundo Ariés, a criança medieval estava ligada

à idéia de dependência material e “... assim que a criança tivesse condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes” (p.157). Essa indeterminação era, então, estendida a todas as atividades sociais, desde jogos e brincadeiras, até às profissões e às armas.

Um dos fatores que corroboravam essa situação e esvaziamento de qualquer sentimento com relação à infância, na Europa medieval, era o alto índice de mortalidade infantil. O autor segue afirmando que:

“A [criança] pequena não contava porque podia desaparecer [...]. Assim que a criança superava esse alto índice de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela se confundia com os adultos.” (p.157)

Essa concepção antiga de infância começava a mudar e, a partir do século XVI, surgia no seio da sociedade européia um novo sentimento da infância: a “papação”. Esse sentimento teria surgido no meio familiar, especialmente por causa da graça, da ingenuidade e da gentileza características da infância, tornando-se a criança fonte de distração e relaxamento para o adulto.

A partir do século XVII, proveniente de fonte exterior à família, mais especificamente dos eclesiásticos, dos homens da lei e, principalmente, dos moralistas, bastante preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes da época, começava a surgir outro sentimento da infância: a “inocência”. Tais moralistas viam nas crianças “... frágeis criaturas de Deus que era preciso ao mesmo tempo preservar e disciplinar. Esse sentimento, por sua vez, passou para a vida familiar” (p.164), assinala Ariés.

No século XVIII esses dois sentimentos antigos encontram-se associados a um novo: a “preocupação com a higiene e a saúde”. Essa preocupação dos educadores do século XVIII significava certo interesse pelos corpos que gozavam de boa saúde, o que não acontecia nos séculos anteriores. Tal interesse tinha forte objetivo moral: combater a moleza, a preguiça, os vícios, enfim, as não inclinações para o trabalho industrial. A partir do século XVIII, então, ainda na visão de Ariés:

“... tudo o que se referia às crianças e à família tornava-se um assunto sério e digno de atenção. Não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência eram dignas de preocupação – a criança havia assumido o lugar central dentro da família.” (p.164)

É, portanto, em torno da “paparicação”, da inocência e da higiene que se constitui o moderno sentimento da infância. Sentimento esse acolhido e fomentado por uma nova instituição que, paralelamente à emergência da infância, começava a se edificar na sociedade ocidental: a escola moderna.

Com a escola moderna, os educadores e moralistas do século XVII conseguiam impor a idéia de uma infância longa, que era preciso ser disciplinada. Fato que não acontecia na Idade Média, onde a educação ocorria através da aprendizagem na vida prática e cotidiana da comunidade e, nas escolas medievais, não havia separação entre adultos e crianças, sendo que as palestras dadas pelos primeiros educadores eram assistidas segundo o interesse das pessoas, independentemente de suas idades.

É a disciplina o elemento diferenciador das escolas medieval e moderna, onde o aluno, controlado em seus desejos e liberdades pessoais, indicava a emergência de uma educação séria e sistemática. O autor argumenta que:

“Chegou-se a aumentar os efetivos outrora excepcionais dos internos, e a instituição ideal do século XIX seria o internato, quer fosse ele um liceu, um pequeno seminário, um colégio religioso ou uma escola normal.” (p.210)

Com o advento da escola moderna e da família nuclear, a infância passou a ser prolongada até quase toda duração do ciclo escolar. A escola tornava-se, paulatinamente, o lugar ideal da infância.

Concomitantemente às transformações ocorridas com relação ao sentimento social da infância, começavam a se esboçar também mudanças profundas no sentimento da família. O sentimento da família não se separa do sentimento da infância. “O interesse pela infância [...] não é senão uma forma, uma expressão particular desse sentimento mais geral, o sentimento da família” (p.210), continua afirmando.

Além da preocupação moral rigorosa por parte dos educadores do século XVII, uma preocupação em isolar a criança do mundo dos adultos, mantendo-a na sua “inocência primitiva”, o novo sentimento da infância fazia

com que os pais passassem a vigiar seus filhos mais de perto, principalmente através da escola.

Assim, pode-se perceber como a criança transformou-se de ser “pequeno adulto”, na Idade Média, para uma preocupação constante na vida de pais, educadores, administradores do mundo ocidental moderno. A criança, outrora despercebida em sua singularidade, ia, aos poucos, conquistando lugar privilegiado na vida familiar e social. A presença da criança passava a representar o futuro. Futuro limpo, higiênico, saudável, afastado e protegido das imoralidades e imperfeições do mundo dos adultos. Futuro promissor, ancorado no trabalho produtivo e honesto, formador de riquezas e de caráter.

Toda essa nova preocupação com a conservação da infância pura e saudável surge, historicamente, com a emergência e o ulterior desenvolvimento do capitalismo comercial e industrial:

“O sentimento moderno de família [e de infância] teria surgido nas camadas burguesas e nobres do Antigo Regime estendendo-se, através de círculos concêntricos, para todas as classes sociais, inclusive o proletariado do fim do século XIX.” (DONZELOT, 1980:11)

A partir do século XVIII, a preocupação com a proteção infantil torna-se mais presente na sociedade e esse tema, inicialmente tratado por médicos, passava a ser também fonte de preocupação para administradores públicos e militares. A instauração das modernas práticas de recolhimento e segregação da infância visavam a combater a ameaça do desregramento moral e social da vida familiar, “... produtor de ilegalismos mais ou menos tolerados, gerador também de incessantes conflitos e de desperdício de forças ‘úteis’ ” (p.28-29), complementa Donzelot.

Esse desregramento familiar ameaçava a paz dos lares através da sedução, do desvio moral que ele corroborava. Na visão do Estado moderno, tal desnível e desajuste familiar passava a constituir fontes de perigo social por incitar à vagabundagem, à miséria e também à perda de forças produtivas. Para o autor citado:

“O que perturba a família [moderna] são os filhos adulterinos, os menores rebeldes, as moças de má reputação, enfim, tudo o que pode prejudicar a honra familiar, sua reputação e sua posição. Em compensação, o que inquieta o Estado é o

desperdício de forças vivas, são os indivíduos inutilizados ou inúteis. Então, entre esses dois tipos de objetivos há uma convergência momentânea sobre o princípio da concentração dos indesejáveis da família.” (p.29-30)

Para a família, essa “concentração” – o processo de internação das crianças em instituições específicas – era encarada como exclusão ou como alívio para seus tormentos e, para o Estado, ela funcionava como tentativa de interrupção de práticas familiares degenerativas, além de boa justificativa para a conservação e a utilização de indivíduos. Com isto, o Estado moderno poderia fazer certas intervenções no interior das famílias populares, apreendidas como desniveladas, e controlar de maneira mais efetiva a dinâmica interna destas, em função de imperativos econômicos e sociais.

Donzelot considera tal prática de internação e confinamento como estratégia de “familiarização” das camadas populares na segunda metade do século XIX. Para ele, o advento da família, moldada a partir de princípios educacionais instituídos, não correspondia apenas à propagação e ao desenvolvimento do mesmo modelo familiar burguês, o qual teria sido imposto às camadas populares. Tanto numa classe social como na outra, observa-se o recentramento da família sobre si mesma, porém esse processo não tinha o mesmo significado para a família burguesa e para a família proletária:

“A família burguesa constitui-se a partir de um retraimento tático de seus membros com o objetivo de recalcar ou controlar um inimigo do interior: os serviçais. Através dessa coesão ela se atribui um excesso de poder que a eleva socialmente, permitindo-lhe retornar ao campo social com mais força para aí exercer diversos controles e patrocínios [...]. Ao passo que a família popular se amolda a partir de uma redução de cada um de seus membros aos outros, numa relação circular de vigilância contra as tentações do exterior, o cabaré, a rua.” (p.16-17)

Isolada e cerceada, a família proletária tendia a ser exposta, a partir do século XIX, à vigilância quase constante de seus desvios e ao rigoroso controle social e estatal, enquanto que a família burguesa aplicava seus poderes e ditava as regras do comportamento social e moral, que eram absorvidas (e não) pelo restante da sociedade europeia da época.

Nesse contexto, tanto a criança pobre como a criança burguesa também tornavam-se alvos do controle social rigoroso, visando, sobretudo, à proteção e à conservação de determinado estado da infância. A estratégia de conservação da criança burguesa pautava-se na forma de “liberação protegida” ou “vigilância discreta”, na qual, em torno da criança, a família burguesa traçava um cordão sanitário que delimitava seu campo de desenvolvimento.

No caso da infância pobre, o modelo pedagógico adotado era o da “liberdade vigiada”. Nesse caso, o perigo social consistia no excesso de liberdade das crianças pobres, no abandono das ruas, enfim, no contato (e no contágio) com práticas familiares consideradas degenerativas do espírito humano. Essa era, sem dúvida, uma questão essencialmente econômica e moral.

A criança pobre tinha sua liberdade bastante limitada e, por isso, ela era encaminhada para espaços de maior vigilância como as escolas e as habitações familiares. O que se pretendia era exercer influência moral legítima sobre a criança e a família. E é justamente essa influência moral que vai distinguir a velha caridade religiosa da moderna filantropia burguesa. Os objetivos sociais da filantropia eram outros, pautados principalmente pelo pragmatismo de suas ações:

“Já que se trata de fornecer conselhos e de só fornecer socorros na medida em que permita a penetração desses conselhos, o essencial do deslocamento da antiga caridade para a beneficência filantrópica consistirá, portanto, numa atualização de novas modalidades de atribuição de socorros, na busca de um procedimento que permita, ao mesmo tempo, discriminar o ‘indigente factício’ da ‘verdadeira pobreza’ e introduzir, na assistência, a exigência de sua necessária supressão no futuro.” (DONZELOT, 1980:66)

O socorro à pobreza deveria agora servir para algo mais do que a simples caridade cristã. Tornava-se necessário ao Estado moderno promover a auto sustentação da família pobre, descobrindo e evidenciando, nos pedidos de auxílio, a “falta moral” que os determinavam em parte. Essa “falta moral” não era mais do que a irresponsabilidade social, a preguiça, a devassidão presentes em todo tipo de miséria, segundo ainda o autor anteriormente citado.

Esse fato promoveu conexão sistemática entre a moral e a economia, que se desenvolveria na vigilância contínua da família e na penetração quase integral em todos os detalhes da sua vida cotidiana.

Nessa perspectiva, com relação à escola moderna, é também considerado mais um meio ideal e estrategicamente eficaz para o Estado controlar a ordem política e social a partir do século XIX. A missão do professor não seria apenas a de transmitir conhecimentos objetivos, mas também a de contrapor a criança pobre à autoridade dos próprios pais. Tal missão não tinha como objetivo desorganizar a família da criança, mas sim o de fazer penetrar a civilização em seu lar, através de sua aprendizagem (moral) na escola. A escola moderna teria, então, esta natureza sanitária e política: corrigir a situação de abandono familiar da criança pobre e, ao mesmo tempo, reduzir a capacidade sócio-política das camadas proletarizadas.

Esse processo ocorre por meio do rompimento com vínculos anteriores, a partir de então tidos como degenerativos, entre os adultos e as crianças, pela transmissão de saberes práticos para a qualificação para o trabalho produtivo e também pela limitação constante da liberdade de movimento e de agitação das famílias trabalhadoras, que eram entendidas pelos administradores públicos da época como o resultado da falta de velhas coerções comunitárias.

Em suma, a escolarização e a conservação da criança, e sobretudo da criança pobre, significou a "... transferência da soberania da família 'moralmente insuficiente' para o cargo dos notáveis filantropos, magistrados e médicos especializados na infância" (DONZELOT, 1980:80). Desse modo, o controle da infância resultaria em controle maior da família ou, na expressão de Donzelot, passamos do "governo das famílias" para o "governo através das famílias". (p.86)

### **3.1 Breve histórico das práticas de atendimento à infância pobre no Brasil**

São 500 anos de história do Brasil. Não obstante, reconhece-se que somente a década de 1990 é passível de um marco no que tange à política social destinada à infância e à juventude do país, por despontar perspectivas

de ações que extrapolam as até então experienciadas. Para compreender melhor essa colocação, será traçado breve histórico do que tem sido a atenção estatal às crianças e aos adolescentes pobres brasileiros.

Pode-se dizer que a primeira ação de proteção à infância no país deu-se logo após o seu descobrimento. As ações da Igreja Católica visavam, sobretudo, a “domesticar” e converter os índios brasileiros e suas crianças. Os séculos XVI e XVII são marcados por atitudes semelhantes. Os pequenos índios, então considerados “selvagens”, “embrutecidos”, “sem cultura”, tinham que aprender com o homem branco a instrução necessária à vida. Tinham que ser “educados”. Tal atividade se concretizou por intermédio da criação de colégios vinculados a congregações religiosas.

Ainda no período colonial, precisamente em 1738, uma pessoa de nome Romão de Matos Duarte teria doado a quantia de 32 mil cruzados (antiga moeda portuguesa) à Santa Casa do Rio de Janeiro, para a criação da **Casa dos Expostos** ou simplesmente **Roda**. Essa instituição objetivava acolher crianças abandonadas e prover-lhes assistência. A **Roda**, porém, não contava com estrutura suficiente para desenvolver o seu trabalho assistencial e uma triste estatística da época mostra que, em treze anos de existência, aproximadamente doze mil crianças passaram pela instituição e apenas mil sobreviveram. Contudo, a **Roda** teve o seu momento de expressão durante o Império, por ter sido uma das poucas instituições que zelavam pela infância abandonada na época.

Nesse período, as iniciativas privadas e as obras de caráter religioso foram as grandes protagonistas de ações educacionais e assistencialistas dirigidas à infância e à adolescência das classes mais populares. Durante o período colonial, Primeiro e Segundo Impérios, conforme a análise de COSTA (1983:14), verifica-se que:

“... não tivemos no país instituição pública que atendesse à chamada infância desvalida. Na divisão do trabalho social, esta tarefa, coube em primeiro lugar, à Igreja. Santas Casas de Misericórdia, Congregações e Confrarias formavam o conjunto de obras de benemerência com que, durante os quatro primeiros séculos de nossa evolução histórica, o Brasil enfrentou a questão do menor.”

Chegando ao século XX, durante as três primeiras décadas, o Brasil respira República e progresso das ciências. Com o avanço da medicina, diversas ações de higiene infantil e de puericultura foram desenvolvidas por entidades particulares e também pelo **Instituto de Proteção e Assistência à Infância**. No entanto, ações caritativas e assistencialistas continuavam existindo, sob a orientação das obras sociais da Igreja.

O Estado tem, no ano de 1913, a primeira iniciativa no que se refere ao atendimento aos “menores desvalidos” e infratores. Foi nesse ano que, através do Decreto 21.518, surgiu o **Instituto Sete de Setembro**, considerado um avanço por representar a primeira ação do Estado com atenção específica à problemática da criança, embora tenha sido ação isolada do governo e de abrangência restrita ao então Distrito Federal brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro.

Os anos de 1923 e 1927 apresentam-se como significativos no tocante à ação do poder público em relação à política de proteção à infância. Em 1923 foi aprovado o **Regulamento de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinqüentes** e, em seu bojo, criou-se, também no Distrito Federal, o **Juízo de Menores**. Foi o primeiro da América do Sul e tinha como principais objetivos, promover assistência, proteção, defesa, processo e julgamento em relação aos “menores abandonados e delinqüentes”. Já o ano de 1927 destaca-se neste contexto por ter sido o ano em que foi aprovado o primeiro **Código de Menores** do país, elaborado pelo Juiz Mello Mattos.

O período da República Velha foi marcado pela concepção correcional-repressiva, como forma de intervenção junto à infância pobre no Brasil. Segundo COSTA (1983:14):

“... a associação problema social/caso de polícia fez com que o atendimento ao menor nascesse sob o signo da mentalidade correcional-repressiva, forma de intervir que guardava grande coerência com a maneira de entender o problema.”

Com o objetivo de desenvolver, em todo o país, o amparo social aos menores abandonados e infratores, foi criado em 1941 o **Serviço de Assistência ao Menor – SAM**. Esse serviço veio cristalizar a concepção correcional-repressiva na forma de atendimento ao “menor”. O SAM durou vinte e três anos. Problemas de estrutura, métodos inadequados de atendimento e

uma grande mobilização da opinião pública geraram a sua desativação. Deste modo, em 1964, com o golpe militar, cria-se a **Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor** – FUNABEM, que nasceu com o principal objetivo de formular e implementar a **Política Nacional do Bem-Estar do Menor** – PNBEM.

Esse período autoritário de nossa história foi marcado por escasso investimento nas políticas sociais básicas e na adoção de políticas compensatórias, como forma de atender às demandas populares. Nessa fase, a política social brasileira apresentava as seguintes características: controle social; degradação das condições de vida; concentração de recursos e decisões; visão fragmentada do social; controlismo dispendioso; imediatismo; irracionalidade. (COSTA, 1983: 13)

Dentro dessa conjuntura, segundo o autor citado, a concepção correcional-repressiva de cunho jurídico-institucional, cede lugar à mentalidade assistencial-paternalista. Na prática, porém, estas duas visões e ações coexistiam e a FUNABEM começava a ser fonte de crítica de alguns setores da sociedade civil brasileira. Esses setores, a partir do final da década de 1970, período da abertura política, começavam a desenvolver projetos de atendimento às crianças e adolescentes com perspectivas alternativas, criticando, através da ação, as formas institucionais/oficiais de trabalho. Nesse momento, como ilustra o autor:

“O menino deixa de ser visto como um feixe de carências e passa a ser percebido como sujeito de sua história e da história de seu povo, como um feixe de possibilidades abertas para o futuro. Agora se pergunta o que ele é, o que ele sabe, o que ele traz e do que ele é capaz.” (p.14)

Esse movimento de educação progressista passava a ser absorvido pelo Estado, ao mesmo tempo em que convivia com as práticas correcionais-repressivas e assistenciais-paternalistas. Em 08 de Fevereiro de 1980 entrava em vigor o novo **Código de Menores**, reformulado no ano anterior. Esse mantém-se enquanto instrumento de controle social e com base doutrinária de ser o “menor” objeto de medidas judiciais. O novo Código dispunha sobre assistência, proteção e vigilância a “menores em situação irregular”. A legislação abandonara denominações consideradas estigmatizantes, tais como “expostos”, “abandonados” e “delinqüentes”, dentre outras. Contudo, passa a

adotar um conceito também abrangente que, por si mesmo, rotula e não recupera a igualdade entre esses e as crianças e adolescentes brasileiros: o conceito de “menor”.

A sociedade civil crescia, cada vez mais consciente e crítica. A partir de 1985, início do período designado Nova República, começava a se articular e organizar um movimento nacional independente, que buscava a defesa e a promoção dos direitos das crianças e adolescentes, chamado **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua** – o MNMMR. Nesse período, a FUNABEM procurou redirecionar suas ações de forma a acompanhar o movimento. Para isso, chegou a propor a descentralização do sistema de atendimento a crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro, através de **Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor** – CRIAM, do apoio à ação dos movimentos de defesa dos direitos das crianças e da discussão sobre a nova ordem jurídica destinada à infância e à juventude. Essa ação significava, em suma, tentativa de contribuir “... para uma efetiva promoção social dos beneficiários, ajudando-os a resgatarem o sentido de sua dignidade humana e de seus direitos fundamentais de cidadania.” (COSTA, 1983: 21)

Historicamente, as intervenções educacionais direcionadas às populações marginais, no caso os meninos e meninas de rua, são geralmente patrocinadas e realizadas por diferentes setores da sociedade. As instituições que são os braços executores de tais políticas trazem consigo um conceito do que seja o homem, a sociedade e a própria organização social. “Tais aspectos estão diretamente relacionados com o problema da ideologia, repercutindo sobre a própria prática educativa de tais organizações.” (BAZÍLIO, 1985: 23-24)

Desse modo, a lei 4.513 de primeiro de Dezembro de 1964 que criou a FUNABEM, entidade que viria a substituir o antigo **Serviço de Assistência ao Menor** – SAM, teve como objetivo institucional formular e implementar a PNBEM, através do estudo do problema e do planejamento da solução, sendo passível de fiscalização pelas autoridades que executavam tal política. Embora essa política faça algumas referências às condições sócio-econômicas, a culpa pela situação “irregular” do “menor” era, com freqüência, conferida à família desestruturada, escamoteando as verdadeiras causas sociais e políticas do problema. Como enfatizou BAZÍLIO (1985:50):

“A família, em última análise, é apresentada como a principal responsável pelo processo de desagregação e o conseqüente abandono dos filhos. Em nenhum momento questões fundamentais como distribuição de renda, mobilidade social, bem-estar social, acesso a emprego, educação, hospitais, são colocados como alternativas para a explicação do problema. A proposta, além de moralista, revela um profundo desconhecimento da realidade de vida e dos valores das classes sociais dominadas, na medida em que pretende criar cursos ou outros mecanismos para preparar para o casamento...”

Esse ponto de vista implica dizer que, para os técnicos da FUNABEM, existia um processo de desenvolvimento social “normal”, com padrões para ditar a pretensa normalidade. Também é sabido o fato de que a FUNABEM elaborou graus variados de “desvio de comportamento”, que vão desde o abandono até a conduta tida como “antisocial”. Outra coisa chama a atenção para o atendimento especializado dessa Fundação: a ampla utilização de uma terminologia da área médica para explicar fenômenos sociais, atuando numa perspectiva terapêutica de atendimento. Era preciso “tratar o jovem infrator”, “prevenir a marginalidade”, “terapia”; esses são conceitos constantes na documentação da FUNABEM. “A moral é clara: a sociedade é boa, o homem marginal é quem está doente” (p.52), complementa o autor.

As categorias sociais apresentadas pela Fundação também são questionáveis, tais como a noção de “carente”, “infrator”, “abandonado” dentre outras. Estas noções científicas tornaram-se a base do atendimento da FUNABEM, porém tais categorias não levavam em consideração fatores relacionados com a posição social de sua clientela, seus padrões culturais foram menosprezados e a instituição, baseada apenas neste tipo de conhecimento científico da realidade estereotipada, tirada das literaturas médica e jurídica, implementou suas ações.

A linguagem, os conceitos, os símbolos criados e desenvolvidos, ou simplesmente utilizados pela FUNABEM refletem sua concepção extremamente funcionalista da realidade. A marginalidade é vista como “disfunção social” ou “desvio de comportamento”, e a criança e a família são culpados por sua própria situação. Mas o que será mais interessante para o desenvolvimento posterior deste trabalho, no que diz respeito aos tipos de

conhecimento (tácito, prático, científico) é a seguinte afirmação de BAZÍLIO (1985:71-2):

“A idéia programada pelo modelo institucional adotado pela FUNABEM é de que a educação dos menores marginalizados é fruto do trabalho de uma elite pedagógica. Tal elite deve conduzir e guiar os menores numa perspectiva de redenção nacional.”

Certamente, o **Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua** viria questionar essa idéia, reafirmando outros tipos de conhecimento da realidade mais imediata dos “meninos”, outros meios de atuar junto a esta parcela da população brasileira, que tem se constituído, historicamente, enquanto problemática para a sociedade brasileira.

A partir do início dos anos 70, o problema dos meninos e meninas de rua, no Brasil, passou a ser alvo de atenção da imprensa e dos órgãos de comunicação. Em 1976 foi instaurada, na Câmara Federal, uma **Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI**, para avaliar as denúncias de violência contra essas crianças e adolescentes, e também para fazer balanço geral da situação. Em 1979, o **Código de Menores** foi reelaborado, substituindo o antigo, datado de 1927. No entanto, de acordo com GOHN (1997:117):

“...todas as iniciativas estatais pecaram pelo descompasso entre o [...] discurso civilizatório e o repertório de recomendações práticas e técnicas, que orienta o cotidiano das instituições públicas que trabalham diretamente com os menores.”

O mundo acadêmico também passa a se interessar pela problemática da criança “menor”, a partir do final da década de 1970. Surgem então várias pesquisas sobre o tema, as quais se avolumam no decorrer da década seguinte. O maior conhecimento da realidade cotidiana das crianças pobres possibilitou o surgimento de novas propostas de intervenção, baseadas em estudo da conjuntura político-econômica desigual do país. A concepção da infância começava a ser reconstruída, agora sob novo paradigma, bastante diferente do que havia até então predominado.

Nos anos 80, os “menores” começavam a se organizar na sociedade civil brasileira, o que se tornou fato inédito em nossa história. O agravamento do contexto econômico de crise, as péssimas condições de tratamento nas

unidades da FEBEM, o aumento do número de crianças e adolescentes vivendo nas ruas das grandes cidades e a decadência do sistema educacional oficial do país são fatores que levaram ao surgimento do movimento que veio a ter dimensão nacional. A essa situação, o Estado brasileiro respondeu promulgando o **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA, em 1990, e efetivando os **Conselhos Tutelares** municipais a partir de 1991. Em 1992, através de decreto, é elaborado o **Plano de Descentralização do Atendimento Sócio-Educativo do Adolescente**, autor de infração penal em regime de internação.

Foi, portanto, na década de 1980, que começaram a aparecer projetos alternativos de atendimento à infância de rua. Conforme atestou VARGAS (1990:22):

“Visando desenvolver ações que servissem de instrumento para se evitar a internação, estes projetos pautavam-se por voltarem-se para os ‘meninos de rua’, isto é, pela atuação em espaços não institucionalizados, privilegiadamente os espaços públicos. Boa parte destes projetos tem por prioridade ou evitar a transformação das ‘crianças pobres’ em ‘meninos de rua’, através de uma atuação direta nas comunidades, ou organizar as ‘crianças pobres’ em atividades que possibilitem a complementação da renda familiar – são os assim chamados projetos de ‘geração de renda’ – ou despertar nas crianças de rua a consciência de seu espaço na sociedade, através de uma atuação direta nas ruas, ou ainda atender de uma forma mais institucionalizada oferecendo, em locais fixos, educação, lazer e/ou moradia.”

O **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua** foi criado em 1985, a partir de uma rede organizacional composta por pessoas e instituições engajadas em programas alternativos de atendimento a meninos e meninas de rua. “Ele é considerado o primeiro interlocutor de âmbito nacional sobre a problemática” (GOHN, 1997:119). De acordo com o manifesto do próprio movimento, datado do ano de 1992 e citado pela autora acima:

“Com um propósito muito claro de lutar por direitos de cidadania para crianças e adolescentes, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua começa a denunciar a violência institucionalizada, provocada pela estrutura social caracterizada na omissão completa por parte do Estado em relação às políticas sociais básicas, enfatizando, porém, a violência exercida pelos aparatos de repressão e controle do Estado: policiais e delegacias de polícia.” (p.119)

Ou ainda, explorando a *homepage* da unidade do Movimento, em São Paulo, depara-se com a seguinte apresentação:

“O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua é uma organização não governamental fundada em 1985, composta por uma rede de educadores, ativistas e colaboradores, basicamente todos voluntários, e por uma rede de programas de educação social que buscam, com a participação das próprias crianças e adolescentes de camadas populares, a conquista e a defesa de seus direitos de cidadania. Num sentido mais amplo, deve ser considerado um movimento popular de defesa dos direitos humanos e cidadania.”  
(MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. Disponível em: <http://cogea.pucsp.br/~sircri/utilid/trabalha/destaq/mnmmmr.html>. Acesso em : 26 jun. 2000.)

Em 1986, o Movimento realizou o **I Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua**, do qual resultou o projeto **Meninos e Meninas de Rua em Contexto de Violência: sua proteção e defesa**, elaborado pelo UNICEF. Os projetos alternativos tinham como objetivos básicos estudar o fenômeno meninos e meninas de rua e propor políticas para o mesmo. Durante a Assembléia Constituinte, o Movimento atuou intensamente, sempre denunciando os maus tratos aos quais estavam sendo submetidas as crianças e os adolescentes de rua no país. Na cidade de Terezina, no Piauí, em 1987, o Movimento organizou o **Tribunal do Menor**, no intuito de caracterizar a situação real dessas crianças. No ano de 1988 foram desenvolvidos vários projetos com o apoio da Igreja Católica, através da **Pastoral do Menor**. Ainda nesse mesmo ano foi criado o **Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente** – FDCA, composto por diversas ONG's, inclusive o MNMMR.

Um dos pontos mais importantes de todo esse processo foi a pressão realizada em Brasília, em Setembro de 1989, quando se realizou o **II Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua**. Este evento, com grande repercussão na grande imprensa, chegou a contar inclusive com a presença de alguns presidentes da época. Mais de 700 meninos e meninas de rua ocuparam o plenário da Câmara dos Deputados e realizaram votação simbólica do projeto do **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Dessa maneira, diferentemente do **Código de Menores**, de 1979, que fora elaborado quase que exclusivamente por juristas, diversas ONG's e

grupos civis organizaram-se e pressionaram a votação e a aprovação, em Julho de 1990, do novo Estatuto. Durante os anos de 1988 até a década de 1990, vários outros projetos alternativos foram implantados por diversos grupos da sociedade brasileira <sup>7</sup>, no entanto, conforme atestou GOHN(1997:127):

“O ponto culminante da organização e mobilização no Brasil, em torno da criança e do adolescente nos anos 80 será a elaboração e promulgação, da lei 8.069 que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente, em Julho de 1990 [...]. O ECA se funda em três princípios: o da cidadania, o do bem-comum e o da condição peculiar de desenvolvimento.”

Entretanto, apesar dos avanços institucionais e práticos conseguidos pelo MNMMR e outras organizações sociais e pessoas, nota-se ainda, no contexto de vários jornais que circulam pelo país, o uso constante de expressões e termos estereotipados, relacionados à questão da infância e juventude pobre no Brasil, que não refletem a totalidade das opiniões, mas que podem gerar processos de exclusão social, de estigmatização e de relações de tensão e antagonismo. Tal fato apresenta-se como desafio posto à ciência da informação, na qual a informação jornalística pode ser apreendida enquanto *constructo*, artefato cultural e na qual se encontram representadas diversas visões (e excluídas outras) a respeito do fenômeno meninos e meninas de rua ou da infância pobre na sociedade brasileira.

### **3.2 Infância pobre, Estado e sociedade no Brasil moderno**

Seguindo intuitivamente o pensamento de ARIÉS (1978) e DONZELOT (1980), anteriormente citado, pode-se supor que a educação – principalmente a educação da infância pobre – nos primeiros anos da república no Brasil, teve dois objetivos fundamentais: o ensino técnico profissionalizante e o controle social sobre e através das crianças e suas famílias.

Essa proposição é reforçada por MELO (1990), para quem a educação brasileira, desde a emergência do Estado moderno no país, possuía duas

---

<sup>7</sup> Ver GOHN (1997: 119-122); VARGAS (1990); COSTA(1983, 1989 e 1992).

grandes finalidades: a) o ensino prático de qualificação para o trabalho agrícola e industrial; e b) o controle ideológico para a legitimação popular do novo regime (a república) – “Educar o povo era a proposta; domá-lo, a necessidade” (p.04), argumenta o autor.

Nesse contexto, a preocupação com a questão da criminalidade já se tornava evidente, estando a sua solução diretamente relacionada com a educação preventiva de crianças e adultos, e a coerção por parte do Estado. Nessa época, os adjetivos mais comuns para os indivíduos pobres brasileiros, os quais não mantinham relações estáveis de produção, eram: preguiçosos, instáveis, vadios e vagabundos:

“Só leis coercitivas dariam conta do problema, devendo ser promulgadas para transformá-los [os homens pobres] de vadios em trabalhadores úteis, passando, se possível, por algum tipo de educação prática e de primeiras letras.” (MELO, 1990:89-90)

Em 1903, tendo à frente o industrial e primeiro governador de Minas Gerais, João Pinheiro da Silva, realizou-se em Belo Horizonte o **Congresso da Lavoura, Comércio e Indústria** no qual, dentre vários assuntos ligados à indústria, comércio, transportes, agricultura e sistema bancário, destacavam-se as discussões acerca da educação prática como necessária à produção de operariado e camponês mais competente e de melhor rendimento.

Nessa perspectiva, a educação formal da infância e do indivíduo pobre brasileiro atuava no sentido de manter a situação social dos trabalhadores primários, controlados por legislação coercitiva. Tornava-se necessário coibir a vadiagem em nome do bem público e do progresso da nação. O vadio da época era o não proprietário, o não mantenedor de uma relação de trabalho ativa e permanente. Segundo o autor citado:

“... coibir a vadiagem era imperioso essencial para salvar a nação da decadência moral e social que o crescimento da pobreza; ou seja, do homem a ser proletarizado, estava a promover. Nessa situação, a educação primária não passaria de meio a inculcar, ao lado das primeiras letras, os conceitos de trabalho e família, contrapostos ao conceito de vadio e degenerado/dissoluto.” (p.124)

Via de regra, tornava-se premente aos administradores da república considerar o trabalho obrigatório e, com isso, evitar que homens válidos

ficassem desocupados, provocando crimes, assaltos e pilhagens. Para tanto, era preciso coibir o trabalhador faltoso através, principalmente, da solidariedade entre os patrões e da capitulação como crime a situação de vadiagem.

Em seu estudo, Melo mostra algumas medidas freqüentemente adotadas contra a vadiagem em Minas Gerais (e no Brasil), nos primeiros anos do Estado republicano:

- Adoção de cadernetas de trabalho, com porte obrigatório;
- Na caderneta seriam anotadas as boas e más condutas do portador;
- Na caderneta constava: nome, origem, características físicas, datas de entrada e saída das fazendas;
- Quem não fosse registrado não poderia trabalhar;
- Criação de polícia municipal;
- Controle sobre a circulação: o trabalhador não domiciliado num distrito só poderia ficar ali, caso desempregado, por oito dias. Depois disto, seria expulso sob medidas policiais e proibido de retornar por dois anos, sob pena de prisão em colônias especiais (ditas correcionais) com oficinas para recuperação de vadios. (p.135)

O autor também cita a “Conclusão N° 51” do congresso de 1903:

“É necessária a decretação de leis rigorosas para a repressão da vadiagem, tanto nos povoados como nos campos, declarando o Congresso, ser esta uma das maiores e mais palpitantes necessidades do comércio, lavoura e indústria.” (p.136)

Portanto, as propostas educacionais dos primeiros representantes da república brasileira pautavam-se pela criação de escolas práticas de comércio, indústria e correcionais para a educação de vadios. Também as escolas primárias deveriam ser adaptadas para o ensino prático que, juntamente com leis bastante coercitivas, pretendiam resolver o problema da vadiagem e, conseqüentemente, fazer surgir o cidadão ideal, respeitador do trabalho e dos costumes sociais da época.

Paralelamente à preocupação com os vadios adultos – criminosos, prostitutas, mendigos, desempregados – encontra-se também a preocupação

com as crianças pobres e abandonadas. Em sua análise sobre a implantação da república em Minas, enfatizando a questão da infância pobre no Estado, ANDRADE (1987) destacou a seguinte argumentação da época:

“Existe no Estado um grande número de meninos órfãos, criados às leis da natureza e que crescem e tornam-se homens entregues à vadiagem, verdadeiros párias levando uma vida de miséria e necessidade, instruindo-se apenas em todos os vícios e que, quando não se tornam mais tarde, verdadeiros criminosos, jamais poderão prestar à sociedade e à si mesmos os serviços de que seriam capazes.” (p.100)

E de jornais locais, as citações comprovam a preocupação com a infância pobre em Belo Horizonte, no início do século XX <sup>8</sup>:

“Pediram-nos para que reclamássemos da policia providencias no sentido de não continuarem os moleques a investir contra os passageiros á chegada dos trens para tomar malas e fazer o carroto dellas.[...] Ora, isso, além de um mal é uma escola de gatunagem em que os moleques estão se exercitando com prejuizo para a sociedade.

Esperamos que a policia os prohiba á chegada dos trens de se aproximarem dos carros.” (RECLAMAÇÕES. **Diário de Noticias**, Belo Horizonte, 04 Set. 1907.)

“O dr. Chefe de policia tendo conhecimento que vagava a esmolar pelas ruas um menor italiano de nome Lincoln, mandou chamal-o a sua presença e fez entregar o mesmo ao coronel Lopes de Figueiredo, no Grande Hotel, officiando imediatamente o dr. juiz de direito para as providencias legais.” (NOTAS policiaes. **Jornal do Povo**, Belo Horizonte, 18 Fev. 1900.)

“A elle [chefe de policia] se deve pedir com instancia que, quanto antes, ponha cobro a tão descabidas e criminosas liberdades, a bem da ordem. Exige a tranquillidade publica que a soltura prejudicial destes meninos abandonados seja coarctada. Não mister vigilancia e esperamos que o Dr. Chefe de Policia o faça.” (PRECISAM de correção. **O Horizonte**, Belo Horizonte, 17 nov. 1923.)

“Endereçou [o chefe de policia] uma circular a todos os delegados de policia ordenando a internação, nos nucleos agricolas, de todos o vadios, desocupados e alcoolatras.

---

<sup>8</sup> Grafia da época.

Não podemos deixar de aplaudir semelhante acto, tanto mais quanto já tivemos ocasião de chamar a atenção do governo para esse problema, aliás de facil solução. Lembramos a idéa de serem isentados do serviço militar todos aquelles que estivessem occupados, effetivamente, em qualquer trabalho produtivo.” (REPRESSÃO á vadiagem. **Correio da Tarde**, Belo Horizonte, 20 dez. 1917.)

“Bello Horizonte, muito particularmente o populoso bairro da Floresta, está infestada de menores vagabundos, merecendo uma energica providencia da parte das autoridades competentes.

A liberdade de que gozam esses pequenos desoccupados é um forte incentivo á delinquencia, razão que levou moradores daquelle bairro a pedir-nos chamemos a atenção do sr. juiz de menores para elles, geralmente orphãos de pae e mãe, ás mais das vezes sem uma unica pessoa que véle por elles.

E’ recolhendo esses menores desamparados aos abrigos apropriados e as escolas de regeneração, que se formarão homens de bem, que poderão ser uteis á Patria.” (PEQUENOS desoccupados. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 18 mar. 1928.)

Dessa forma, é possível perceber como a infância pobre brasileira era entendida, representando basicamente um risco social grave, principalmente de acordo com os objetivos da república então emergente. Atualmente, o conteúdo dessa preocupação – as mentalidades – permanece mais ou menos difuso, porém com outra roupagem, outras formas de dizer quase o mesmo a respeito das crianças e adolescentes marginalizados.

#### 4 INDO À FONTE DOS FATOS: pesquisa qualitativa em jornais

---

“Chega mais perto e contempla as palavras.  
Cada uma  
tem mil faces secretas sob a face neutra  
e te pergunta, sem interesse pela resposta,  
pobre ou terrível, que lhe deres:  
Trouxeste a chave?”

Carlos Drummond de Andrade – *Procura da poesia*

Ao informar sobre um fato, os jornais diários utilizam-se de um procedimento que lhes é bastante peculiar – a linguagem jornalística. O texto da notícia freqüentemente deve ser rápido, claro e objetivo. Nesse sentido, a informação jornalística representa um campo específico da comunicação, configurando-se enquanto tipo *sui generis* de transmissão de informação/conhecimento. Para cumprir seus objetivos, os jornais devem tratar os fatos e informá-los à população.

De modo geral, o discurso da notícia nos jornais encontra-se estruturado de forma temática e esquemática: a estrutura temática refere-se ao texto como organização dos tópicos sobre os quais versa a notícia. Já a estrutura esquemática do texto jornalístico constitui-se de duas categorias principais, que

são a manchete e o *lead*. Elas exprimem ou inferem sobre o sentido global do texto:

“A categoria manchete tem forma e posição fixa em artigos noticiosos. Ela expressa o tópico mais importante da notícia e se situa no topo desses artigos. Enquanto o *lead* é um relato condensado de fatos e que responde a cinco questões básicas: que, quem, quando, onde, como/porque. Estas questões determinam a estrutura da informação jornalística.” (MEDEIROS, 1999:351)

O *lead* – texto da notícia – configura-se como uma das categorias superestruturais da informação jornalística, uma vez que é dotado de sentido e incorpora e transmite determinadas visões de mundo. Assim, segundo o autor citado, “... as formas estruturais e os sentidos globais de uma notícia não são arbitrários” (p.351). Com efeito, o texto de natureza jornalística pode ser tratado para fins históricos e sociológicos, revelando o retrato da sociedade em determinada época, ao ser analisado de maneira sistemática, através de algumas abordagens metodológicas possíveis.

#### **4.1 Método de pesquisa: a análise do discurso**

Para o estudo da notícia enquanto discurso – discurso jornalístico – torna-se necessário a investigação transdisciplinar, que envolva tanto a análise lingüística em seus vários matizes, assim como a análise sócio-histórica do discurso informativo e dos processos jornalísticos.

Compreende-se que o ponto de articulação das ideologias e, no caso específico desta pesquisa, das mentalidades que compõem a linguagem jornalística é o discurso. A linguagem enquanto discurso não representa apenas instrumento de comunicação. Representa também um modo de interação e produção social, elemento de mediação entre o homem e sua realidade imediata, lugar de conflito, não devendo, por isso, ser analisado fora dos processos sociais e históricos que influenciam e, em muitos casos, determinam sua produção.

Nesse sentido, o discurso é a combinação de elementos da linguagem (palavras, frases) utilizados pelo homem com o propósito de exprimir seus

pensamentos e sentimentos com relação ao mundo que o cerca, além de agir sobre ele.

De forma geral, a língua constitui-se como fato social e sua existência baseia-se nas mais diversas necessidades de comunicação e interação humanas. Já a linguagem pode ser considerada como uso social da língua, que comporta variados tipos de enunciados. O que interessa basicamente, do ponto de vista da análise do discurso, enquanto método empregado nesta pesquisa, é a parte não verbal do enunciado jornalístico, ou seja, o contexto da enunciação, da fala.

Por ser um fenômeno bastante complexo, que pode ser abordado através de várias perspectivas analíticas, a linguagem compreende aspectos individual e social, além de conter aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos, dentre outros. Entretanto, pode-se considerar a linguagem e sua variante discursiva – o enunciado – em dois níveis fundamentais, quais sejam, sua dimensão autônoma (individual) e sua dimensão estrutural (social), ambas em constante interação. De acordo com BRANDÃO (1998:10):

“Essa visão da linguagem como interação social, em que o *outro* desempenha papel fundamental na constituição do significado, integra todo ato de enunciação individual num contexto mais amplo, revelando as relações intrínsecas entre o lingüístico e o social. O percurso que o indivíduo faz da elaboração mental do conteúdo, a ser expresso à objetivação externa – a enunciação – desse conteúdo, é orientado socialmente, buscando adaptar-se ao contexto imediato do ato da fala e, sobretudo, a interlocutores concretos.”

Como forma de conferir sentido à realidade, a linguagem tende a distanciar a coisa representada do signo que a representa. “É nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação sógnica que reside o ideológico”, complementa a autora (p.10).

A palavra, por seu turno, se entendida enquanto signo ideológico – produto da interação social – possui característica polissêmica, retratando e revelando diferentes formas de ver a realidade, de acordo com determinados pontos de vista daqueles que falam. Assim, a palavra, componente essencial do discurso, configura-se enquanto espaço de lutas, onde diferentes vozes querem fazer-se ouvidas.

Portanto, a linguagem humana não deve ser encarada apenas de forma abstrata e sim como o lugar em que as ideologias, as mentalidades, os desejos e os valores de cada agrupamento social específico se manifestam de forma concreta, tomando corpo, se objetivando, enfim, revelando sua materialidade. Nas palavras de BAKHTIN (1988), tem-se que:

“Cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo.” (p.19)

No discurso, então, torna-se possível a verificação de duas dimensões opostas, mas complementares, de seu processo de estruturação: o campo da “manipulação consciente” (a sintaxe <sup>9</sup>) e o campo da “determinação inconsciente” (a semântica <sup>10</sup>). De acordo com FIORIN (1998:18):

“A sintaxe discursiva é o campo da manipulação consciente. Neste, o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor. O falante organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens [...]. É em razão desse complexo jogo de imagens que o falante usa certos procedimentos argumentativos e não outros [...]. O campo das determinações inconscientes é a semântica discursiva, pois o conjunto de elementos semânticos, assimilados por cada homem ao longo de sua educação, constituem a consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar o mundo. Por isso, certos temas são recorrentes na maioria dos discursos [...]. A semântica discursiva é o campo da determinação ideológica propriamente dita.”

Com efeito, as idéias – as mentalidades – e, em seu bojo, os discursos (científico, jurídico, jornalístico, dentre outros) são formas de expressar a vida real. “A realidade exprime-se pelos discursos”, argumenta o autor acima (p.33).

---

<sup>9</sup> “*Sintaxe*: é o conjunto de princípios que presidem à combinatória dos elementos lingüísticos com vistas à construção da frase ou à combinação das frases com a finalidade de produzir o discurso. A sintaxe é de natureza conceptual, ou seja, produz também significados.” (FIORIN, 1998:83)

<sup>10</sup> “*Semântica*: é o investimento de conteúdo que preenche o conjunto de relações sintáticas abstratas. Por exemplo, a uma estrutura sintática tal que artigo + nome + verbo + artigo + nome podem corresponder investimentos semânticos como a menina rega a planta, o jardineiro colhe a rosa.” (FIORIN, 1998:83)

O discurso jornalístico, enquanto materialização de certas formações mentais (imaginárias), pode ser influenciado ou até mesmo determinado por elas. O texto jornalístico configura-se como o lugar da manipulação consciente em que o jornalista e/ou o editor organizam os elementos lingüísticos disponíveis para produzir e veicular seu discurso. Nesse sentido, o texto jornalístico, por exemplo, pode ser individual, enquanto o discurso jornalístico é social. Isso porque, o indivíduo que fala (profere o discurso) utiliza-se de elementos sintáticos abstratos (temas, figuras, imagens) que materializam valores, carências, desejos, explicações, justificativas e racionalizações presentes em seu contexto social. Por isso, a análise do discurso aponta a formação discursiva à qual pertence determinado tipo de discurso, isto é, os temas, opiniões e figuras que compõem a visão de mundo que ele engendra. Ainda segundo FIORIN (1998: 149-150):

“O que importa para o analista é que todo discurso desvela uma ou várias visões de mundo existentes numa formação social. O homem não escapa de suas coerções nem mesmo quando imagina outros mundos. Na ficção científica, por exemplo, em que o homem cria outros universos, revela os anseios, os temores, os desejos, as carências e os valores da sociedade em que vive.”

Produzir um discurso e divulgá-lo é também agir em sentido mais amplo. Ao enunciar um discurso, o falante pode contribuir tanto para a manutenção das estruturas sociais vigentes, como para a construção de outras. Isso porque a sociedade se movimenta através da produção incessante de discursos que se cruzam, se esbarram, se anulam ou se complementam. Essa dinâmica tem seu momento crítico quando o discurso-texto se materializa e é captado pelo receptor. Este, por seu turno, “lê” o discurso a partir do seu universo social e dialoga com ele, assimilando-o ou não. Como afirmou BACCEGA (1995: 21-22):

“O embate entre os discursos ocorre tanto em nível sincrônico como diacrônico. As permanências históricas, muitas vezes sob a forma de mitos, provérbios, estereótipos, valores ‘positivos’ ou ‘negativos’, também constituem parte importante desse diálogo.”

Desse modo, do ponto de vista da análise do discurso, deve-se considerar a linguagem não apenas como a manifestação individual dos sentidos, e sim devem-se perceber os deslocamentos destas significações: "... a produção de sentido está na sociedade, na história", adverte a autora (p.27).

Finalizando, a língua, a linguagem e o discurso não devem ser considerados apenas meros instrumentos de transmissão de informação/conhecimento. Esses fenômenos abarcam o movimento da sociedade e, por isso, podem representar conflitos de ordem ideológica/imaginária. Os discursos trazem inscritas as diferenças de interesses e as propostas de caminhos diversos para os processos social e histórico da humanidade. A análise do discurso infere sobre a visão de mundo dos sujeitos enunciadorees e depois mostra o que determinou ou influenciou essa visão nele revelada.

#### **4.2 Coleta e organização dos dados**

O objeto de estudo da presente pesquisa refere-se às representações sociais (as imagens, as falas) sobre a infância pobre no Brasil, contidas e veiculadas pelo jornal **Folha de São Paulo**, no período de 1994 a 1998. Esse período de tempo é, estatisticamente, representativo da visão de mundo que os vários agentes discursivos, presentes no contexto do jornal, construíram a respeito do tema em questão entre os anos de 1990 e 2000, isto é, um recorte temporal que incide sobre a representação das crianças pobres não apenas na década passada, como na atual, ou seja, a contemporaneidade. Busca-se então, nesta pesquisa, capturar as mentalidades mais atuais sobre a questão da infância pobre e como elas interferem no processo de produção, organização, seleção e disseminação de informações jornalísticas na sociedade.

O período de tempo recortado – 1994 a 1998 – representa um contexto social marcado pela intensa discussão em torno do significado do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, de julho de 1990, e das possibilidades e

expectativas de sua implementação na sociedade brasileira. Representa, pois, um período de transição, onde vários setores sociais (progressistas) buscavam alternativas de atendimento à criança e ao adolescente “em situação de risco”. No entanto, ao mesmo tempo, esses setores deparavam-se com enormes problemas associados ao público infanto-juvenil e, como conseqüência, deparam-se também com inúmeras resistências aos seus projetos, principalmente por parte de outros setores sociais tidos como mais tradicionais, tais como as instituições jurídicas, policiais e algumas classes de políticos e empresários nacionais.

Em suma, o período de tempo compreendido entre os anos de 1994 e 1998 significa, com relação ao tema infância pobre, no Brasil, o embate entre mentalidades de cunho conservador (repressivas) e mentalidades progressistas (científicas), assim como mentalidades de natureza religiosa. Assim, os dez anos de história do **Estatuto da Criança e do Adolescente** podem ser assim subdivididos:

- 1990 – promulgação do Estatuto;
- 1994 a 1998 – tentativas de implementação do Estatuto (criação de programas governamentais de atendimento e discussão legal da questão do “menor”);
- 2000 – avaliação do Estatuto (resultados dos dez anos de existência).

Os dados desta pesquisa foram coletados a partir da leitura sistemática dos artigos/matérias jornalísticas publicadas no período especificado, contendo informações a respeito do tópico em questão.

A opção pelo jornal **Folha de São Paulo** deveu-se a duas questões metodológicas centrais: a representatividade do jornal e a viabilidade da pesquisa. A **Folha de São Paulo** surge no cenário político e informacional como o maior diário do país e um dos mais notórios representantes da imprensa escrita nacional, circulando praticamente em todo o território brasileiro. É um diário tradicional – existe desde 1921 – que serve de referência tanto para o cidadão comum quanto para o pesquisador da ciência.

Outra questão diz respeito à viabilidade técnica da pesquisa, tendo em vista a complexidade de um jornal, o qual contém inúmeras informações, organizadas e estruturadas de diversas maneiras. O jornal **Folha de São Paulo** produz o **CD-ROM Folha**, base de dados com textos integrais de todos os fatos noticiados pelo jornal durante determinado período de tempo. Nesta pesquisa foi utilizado o **CD-ROM Folha – edição 99**, o qual, dentre outras coisas, disponibiliza mais de seiscentos mil textos jornalísticos sobre política, economia, esporte, cultura, lazer e vida urbana <sup>11</sup>. Todas as reportagens e comentários podem ser localizados em segundos a partir de um programa de busca.

Para efeito de maior relevância na busca pelas informações utilizadas neste trabalho, foram listadas dez expressões de busca (ou palavras-chave) para a pesquisa no CD-ROM, as quais, logicamente, não esgotam as possibilidades de recuperação da informação, mas são numericamente representativas, conforme pesquisa piloto realizada no próprio CD-ROM. Desse modo, foram utilizadas duas medidas bastante comuns na ciência da informação para expressar relevância na recuperação de informações em sistemas eletrônicos: revocação e precisão. A revocação é a taxa de documentos relevantes recuperados sobre o total de documentos relevantes do arquivo, ou seja, é a capacidade de o sistema recuperar documentos relevantes. Já a precisão é a taxa de documentos relevantes recuperados sobre o total de documentos recuperados ou, em outros termos, a capacidade do sistema de filtrar, de não recuperar documentos não relevantes para a pesquisa. Quanto maior a taxa de revocação, menor a taxa de precisão dos documentos recuperados, e vice-versa. Assim, para fins específicos desta pesquisa, foi privilegiada a taxa de precisão em detrimento da taxa de revocação, no sentido de delimitar com maior rigor o tema a ser investigado no jornal. Para tanto foram listadas, como dito anteriormente, dez palavras-chave específicas que abarcam a questão da infância e adolescência marginalizadas no Brasil. As expressões utilizadas como vocabulário de busca foram os seguintes:

---

<sup>11</sup> O “CD-ROM Folha 99” contém 99,1% dos textos jornalísticos publicados entre 01/01/1994 e 31/12/1998, exceto cadernos regionais, material gráfico, fascículos e anúncios.

- *Meninos e meninas de rua*
- *Menor abandonado*
- *Menor carente*
- *Menor delinqüente*
- *Menores drogados*
- *Menor infrator*
- *Estatuto da Criança e do Adolescente*
- *Menor de rua*
- *Trombadinha*
- *Pivete*

O CD-ROM da **Folha de São Paulo**, então, disponibilizou 446 artigos jornalísticos sobre a questão central investigada, tendo-as organizado por título, data, autor, editoria, página, edição, seção, assunto e vinheta. A relação entre expressão de busca (palavra-chave) e editoria do jornal destacou-se como a mais relevante, por ser possível localizar os falantes indiretos – as pessoas e instituições que falam através do jornal – e, principalmente, se a fala atinge um público determinado, em nível nacional ou regional, uma vez que não são todos os cadernos que circulam pelo território brasileiro – o recorte espacial desta pesquisa.

Tendo em vista que os diversos cadernos que compõem um jornal possuem pesos diferenciados e determinam a qualidade da edição diária, a opção pela relação apontada justifica-se, também, pela possibilidade de captar as percepções sobre a infância pobre que circularam pelo país, no intuito de compreender os valores e as expectativas de segmentos relevantes da sociedade brasileira, cujos discursos são veiculados estrategicamente em editorias especializadas.

A editoria **Cotidiano** é a que contém maior número de notícias sobre a questão estudada – 321 artigos no total –, além de outros assuntos de interesse nacional. Essa editoria divide-se em três subgrupos de notícias de acordo com sua circulação/edição: **Cotidiano/Nacional**; **Cotidiano/São Paulo** e **Cotidiano/ Paulistana**. Como a pesquisa previu a representação social da infância pobre no âmbito do território brasileiro, ficou definido que somente a editoria **Cotidiano/Nacional** fosse utilizada para fins de coleta de dados,

descartando-se as notícias dos outros dois cadernos citados, que contêm, juntos, apenas 96 artigos sobre a criança “menor”, além de serem de circulação restrita ao Estado e Município de São Paulo, respectivamente.

O quadro a seguir aponta o resultado geral da busca efetuada no referido CD-ROM, após o recorte estabelecido para esta pesquisa:

**TABELA 1. Relação quantidade de notícias X editoria X expressão de busca no CD-ROM Folha 99, do jornal Folha de São Paulo (1994 – 1998)**

<b>Expressão de busca</b> <b>Editoria</b>	Meninos meninas de rua	Menor abandonado	Menor carente	Criança de rua	Menor delin-Quente	Menores drogados	Menor infra-tor	ECA	Menor de rua	Trom-badi-nha	Pive-tes	<b>Total de no-tícias</b>
Cotidiano	4	69	40	19	2	-	67	18	87	7	8	<b>321</b>
Folhinha	1	7	-	2	-	-	-	-	1	-	-	<b>11</b>
Brasil	1	5	10	-	-	-	-	1	-	2	6	<b>26</b>
Opinião	-	1	2	-	1	-	-	-	2	3	3	<b>12</b>
Folhateen	-	3	-	-	-	-	1	5	7	3	1	<b>20</b>
Mais	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	3	<b>5</b>
Imóveis	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>6</b>
Esporte	-	-	2	-	-	-	-	-	-	5	1	<b>8</b>
Ilustrada	-	-	1	-	-	-	-	1	-	2	11	<b>15</b>
Dinheiro	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-	<b>3</b>
Mundo	-	-	-	-	-	-	5	1	2	-	-	<b>8</b>

TV folha	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	<b>1</b>
Turismo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	<b>4</b>
Revista folha	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	1	<b>4</b>
Cad. Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>86</b>	<b>63</b>	<b>21</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>73</b>	<b>27</b>	<b>100</b>	<b>29</b>	<b>37</b>	<b>446</b>

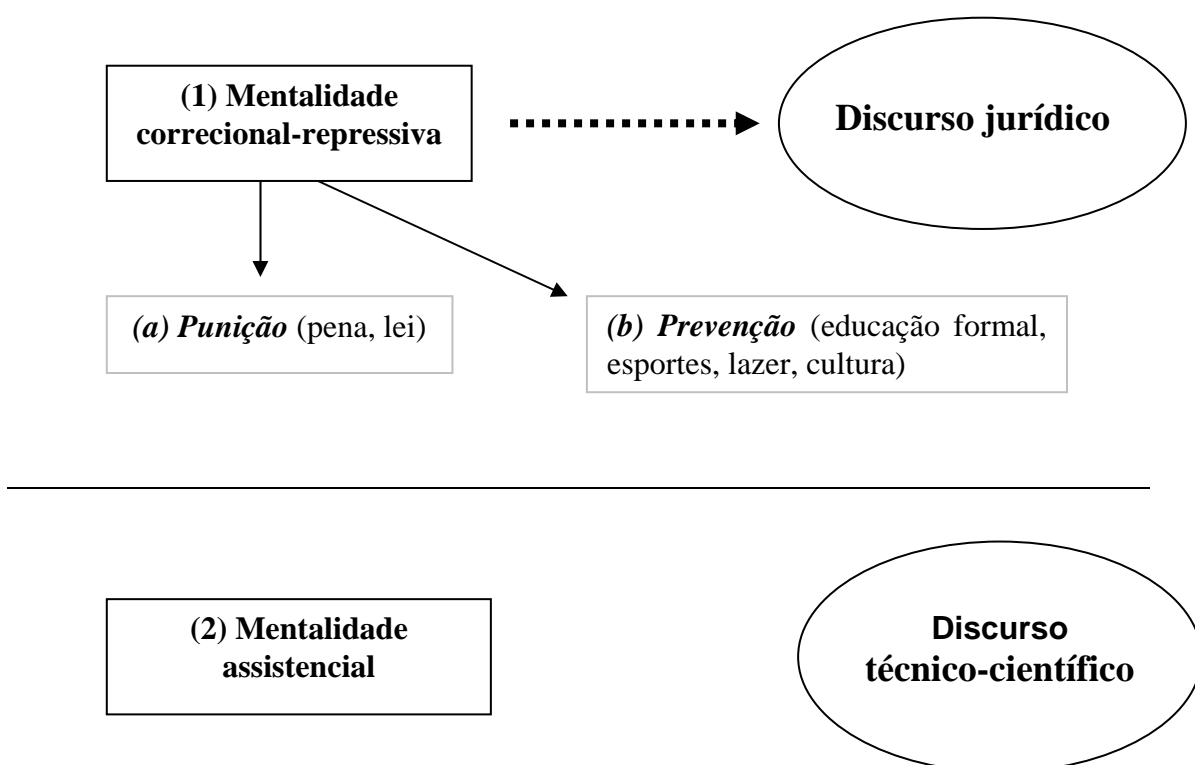
Dos 321 artigos selecionados do jornal **Folha de São Paulo** que pertencem à editoria **Cotidiano**, 225 artigos referem-se à essa mesma editoria, porém de circulação nacional – **Cotidiano/Nacional**. Portanto, o universo da pesquisa constituiu-se da seguinte forma: **225 artigos (textos integrais)** do jornal **Folha de São Paulo**, sobre a questão da infância pobre no Brasil, publicados na editoria **Cotidiano/Nacional**, no período de **01/01/1994 a 31/12/1998**, selecionados a partir de vocabulário contendo dez expressões de busca pré-determinadas, recuperados no CD-ROM Folha 99, banco de dados eletrônico do jornal.

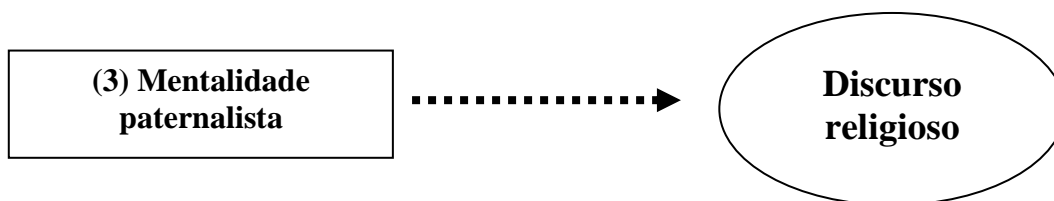
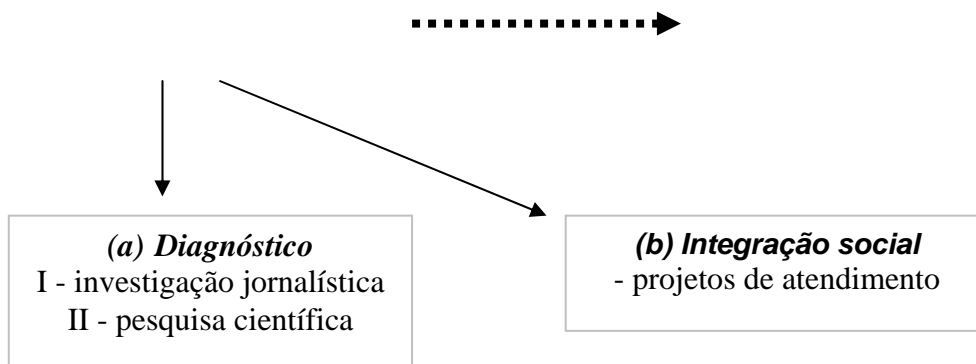
Para fins de coleta e organização dos dados, foi realizada leitura sistemática dos 225 artigos selecionados, os quais foram apreendidos, do ponto de vista das ciências sociais, através de técnica qualitativa de análise de texto, denominada análise do discurso. Como visto anteriormente, essa técnica busca a compreensão do processo produtivo do discurso e seu objetivo principal é “...realizar uma reflexão geral sobre as condições de produção e apreensão da significação de textos produzidos nos mais diferentes campos” (MINAYO, 1993:211). Configurando a abordagem transdisciplinar, a análise do discurso se pautou pela verificação das mentalidades expressas em diferentes linguagens, de forma consciente ou não, sobre a problemática da infância pobre no país.

Os dados da pesquisa foram então organizados em três grandes categorias, as quais serão demonstradas, de maneira mais sistemática, no capítulo seguinte: (1) a mentalidade correcional-repressiva, citada por COSTA (1989 e 1992), amparada pelo discurso jurídico, visando à punição do “menor infrator” ou dos pais do “menor de rua” e prevenção da criminalidade, à qual as crianças pobres estariam mais propensas; (2) a mentalidade assistencial, amparada pelo discurso técnico-científico, visando a diagnosticar a situação social das crianças pobres (contá-las, identificá-las, discriminá-las, etc.) e

propor projetos de atendimento patrocinados pelo Estado e empresas, concebidos e implementados por “especialistas” – (técnicos de várias áreas do conhecimento científico) e (3) a mentalidade paternalista, tendo por base o discurso religioso-cristão. Essas categorias constituem-se numa tipologia que serve para demonstrar, em parte, as relações que se evidenciam entre o processo de geração de informação sobre a infância pobre no Brasil e as mentalidades que influenciam e, em certos casos, determinam esse processo no contexto do jornal **Folha de São Paulo**. As três categorias gerais foram subdivididas em categorias mais específicas, na tentativa de enriquecer a divisão feita por Costa, desdobrando-as em subdivisões, de acordo com o desenvolvimento da pesquisa. Essa classificação está representada no quadro a seguir:

QUADRO 1. *Classificação das mentalidades acerca da questão das crianças e adolescentes pobres no Brasil veiculadas pelo jornal **Folha de São Paulo** (1994 – 1998)*





O quadro abaixo demonstra a quantidade de notícia/informação selecionada, presente em cada tipo de categoria listada (as preocupações com a infância pobre no Brasil):

QUADRO 2. *Relação mentalidades X quantidade de notícias divulgadas pelo jornal **Folha de São Paulo** sobre a questão das crianças e adolescentes pobres no Brasil (1994 – 1998)*

Mentalidade	Preocupação	Quantidade de notícias	
(1) Correcional-repressiva	(a) Punição	30	
	(b) Prevenção	11	
(2) Assistencial	(a) Diagnóstico	I. Investigação jornalística	84
		II. Pesquisa científica	49
	(b) Integração social – projetos	49	
(3) Paternalista	Caridade cristã	02	

---

<b>Total</b>	<b>225</b>
--------------	------------

---

As categorias acima foram determinadas em função das atribuições da infância pobre brasileira. Tais atribuições (ou atributos) foram verificadas nas notícias da **Folha de São Paulo** através da análise do discurso e classificadas de acordo com três itens: as caracterizações da infância pobre; sua designação (ou nomeação); e suas atitudes (ações sociais), configurando, dessa forma, as três mentalidades verificadas na pesquisa.

As características “negativas” da infância pobre são, a todo momento, lembradas, faladas, mostradas, enfim, parece existir, no âmbito das informações divulgadas pelo jornal **Folha de São Paulo**, a necessidade do combate aos padrões de vida e comportamento tidos como socialmente “degenerativos” e “antisociais”. É o que será demonstrado a seguir.

## **5 APRESENTANDO OS FATOS: crianças e adolescentes pobres nas páginas do jornal Folha de São Paulo**

---

“Chega estampado, manchete, retrato  
Com venda nos olhos, legenda e as iniciais  
Eu não entendo essa gente, seu moço  
Fazendo alvoroço demais ...”

Chico Buarque – *O meu guri*

A pesquisa realizada no jornal **Folha de São Paulo**, no período de 1994 a 1998, na editoria **cotidiano/nacional**, já anteriormente mencionado, revelou a existência de três mentalidades acerca da questão da infância pobre no país: a mentalidade correcional-repressiva; a mentalidade assistencial; e a mentalidade caritativa. Essas categorias de mentalidades foram subdivididas em preocupações diferentes, de acordo com cada grupo de pessoas e instituições que falaram para e através do jornal, e que, de certa maneira, contribuíram para a construção da imagem e de um conhecimento público especializado a respeito do assunto.

## 5.1 A mentalidade correcional-repressiva

Constituída e disseminada quase que exclusivamente através do discurso jurídico-institucional, a mentalidade correcional-repressiva surge nas páginas do jornal **Folha de São Paulo**, evidenciando a preocupação com a punição ao “menor infrator” e disseminando a necessidade de aplicação da lei penal ou das medidas sócio-educativas previstas no **Estatuto da Criança e do Adolescente** de 1990.

Outra preocupação relacionada a essa mentalidade diz respeito à prevenção da criminalidade, através da oferta às crianças pobres (“carentes”) de mecanismos de assimilação das regras e valores sociais tidas como “normais” na sociedade, buscando livrá-los das influências “negativas”, as quais seriam inerentes à sua própria condição socioeconômica:

“O Promotor de Justiça da Infância e da Juventude, Ebenézer Salgado Soares, concorda que a música possa estar colaborando para diminuir as fugas no complexo do Tatuapé da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) [sobre o **Projeto Guri** da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, o qual ensina música aos ‘internos’ da Febem e que teria ajudado a reduzir as fugas da instituição em 41%]. No entanto, ele diz que o aumento da segurança dentro da Febem é um dos principais fatores que contribuíram para a redução de dois terços dessas fugas. Segundo Soares, esses dados não são excepcionais, uma vez que, segundo ele, garantir boas condições para os internos ‘não é mais do que obrigação da Febem’. ‘A Febem tem que dar escolaridade, profissionalização e atividades externas aos internos. Isso está previsto na própria lei’.

Soares explica também que a diminuição das fugas se deve à instalação de inquéritos policiais contra a direção da fundação. ‘Esses inquéritos foram abertos para apurar se houve facilitação de fugas, que é crime’.” (SCHNEIDER, L. Promotor concorda com tática. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 jun. 1997.)

Conforme mencionado no capítulo 3 deste trabalho, a história do atendimento ou da preocupação com a infância pobre no Brasil, desde o início da república – que representou a ascensão da burguesia agrária e industrial no país – tem sido caracterizada pela lógica da punição formal e exemplar, além da prevenção da criminalidade. Partindo da concepção funcionalista da

sociedade, essa lógica, construída e sustentada através do discurso jurídico, principalmente, tende a considerar como válidos somente os tipos de comportamento condizentes com as normas, regras e valores instituídos a partir de determinada estrutura sociohistórica, efetiva e simbolicamente dominante.

Desse modo, evidencia-se a relação entre a estrutura social vigente e o crime, na qual os fatos “normais” seriam representativos das formas gerais da sociedade, o tipo de comportamento que se confunde com o tipo médio, sendo que todo desvio com relação à esse padrão tende a ser denominado de “patológico” (ou criminoso). Implica dizer que, para o fato ser considerado como “patológico”, só o pode ser em relação ao tipo médio de conduta social, que funciona como critério de comparação entre o que é considerado “saudável” e o que é “doentio” em determinado contexto social e histórico.

Então, tem-se que o “normal” é considerado como todo fenômeno que é útil ou necessário a determinado modelo de desenvolvimento social. Já o “patológico” é o fenômeno que não segue o padrão de conduta oficial e que, por isso mesmo, não é, nesses termos, tido como útil ao ideal de funcionamento da sociedade. Essas caracterizações do “normal” e do “patológico” necessitam ser disseminadas e assimiladas pelos indivíduos, como instrumento de manutenção de determinada ordem social. Daí, a importância dos empreendimentos jornalísticos, particularmente como meios de divulgação dos valores societários e culturais, na transmissão de informação/conhecimento que, por seu turno, configura-se enquanto referência fundamental para os indivíduos atuarem de forma consciente no meio em que vivem.

O jornal **Folha de São Paulo**, reportando ao tema deste trabalho, divulga, dentre outros, a fala deste grupo bastante específico da sociedade brasileira: a classe jurídica nacional:

“Desde agosto de 95, os adolescentes infratores de Pernambuco, que aguardam julgamento e os que foram sentenciados ao regime de internação vivem confinados em um presídio de segurança máxima em Paulista (Grande Recife). Apesar de admitir que presídios não são o local ideal para recuperar adolescentes infratores, o governo de Pernambuco e a Vara da Infância e da Juventude consideram a transferência positiva.

De setembro de 95 para cá houve uma redução de 32% nas infrações praticadas por adolescentes no Estado. 'É a melhor notícia dos últimos tempos. Só conseguimos isso porque não há mais fugas como antes', disse o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Recife, Luiz Carlos Figueirêdo." (INFRATOR vai para presídio em Pernambuco. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 out. 1996.)

Como corolário, percebe-se nas notícias sobre a infância e a adolescência pobre no país, a mentalidade da punição aos infratores e a prevenção da criminalidade a partir do combate moral. O discurso jurídico, publicado nas páginas do jornal, tende a considerar que a grande carência das crianças pobres brasileiras é de ordem moral, espiritual e menos de ordem material, devido à condição de miséria e de degradação social e cultural em que vivem. Prega esse discurso o culto a valores tidos como fundamentais na sociedade, tais como a família, a religião, o trabalho, a educação formal, além do acesso por parte das "crianças carentes" aos aparelhos de saúde, lazer e cultura, estatais ou particulares. Com isso, tem-se que a criança pobre torna-se problema social devido às "faltas" (as carências) a que estão submetidas. Esse discurso parte do suposto de que o Estado brasileiro e a sociedade civil estão ausentes da vida dessas crianças e adolescentes, e, quando essa estrutura se fizer presente, o problema estará solucionado.

### **(a) A lógica da punição**

Desde o início do período republicano brasileiro, o entendimento da questão da "criança-menor" esteve associada à criminalidade, potencial ou efetiva, a que estaria sujeita essa criança, especialmente devido à sua condição de pobreza material e conseqüentemente moral.

Partindo da visão funcionalista da sociedade – segundo a qual os indivíduos compartilham espontaneamente valores e expectativas comuns, criando normas sociais que regem a vida coletiva e determinando padrões de comportamento social considerados "normais", como dito acima – a mentalidade correcional-repressiva parte do pressuposto de que o indivíduo que não participa do ideal moral da sociedade tende a ser considerado como

socialmente inadaptado – “marginal” – e, por isso, pode ser, no caso do criminoso efetivo, excluído do grupo social. Como penalidade, esse indivíduo deve ser exilado em instituições especializadas na reeducação/ressocialização de pessoas “desajustadas”.

Desse modo, levado a cabo pelos especialistas da ciência do direito, encontram-se nas páginas do jornal **Folha de São Paulo**, reportagens acerca da necessidade de punição do “menor infrator”, repletas da linguagem jurídica presente no contexto da informação jornalística. Essa mentalidade, vigorando nos dias atuais, remete a mentalidades repressivas anteriores, especialmente ao contexto da implantação da república brasileira, no início do século passado:

“A Secretaria Estadual da Criança, Família e Bem-Estar Social assinou termo de cooperação com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para informatizar dados sobre os menores infratores e interligar as informações de seus processos. Com isso, os menores infratores terão acesso livre às considerações dos juizes sobre sua permanência na Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), sua transferência de unidades ou sua desinternação e reintegração à família.

As unidades de infratores terão à sua disposição computadores com as informações sobre os processos de cada menor, que poderão ser acessadas pelos próprios adolescentes internos por meio de um cartão magnético. [...]

Após a informatização, a Febem pretende conseguir advogados para dar andamento aos processos dos menores infratores. A intenção da Febem, segundo Silva [Eduardo Roberto Domingues da Silva – Presidente da Febem/SP] é colocar os menores cada vez mais em contato com a sociedade e devolvê-los às suas famílias o mais rápido possível. ‘Nada melhor do que viver com a família. A burocratização atrasa os processos e a saída da Febem. Às vezes, ninguém sabe qual a situação de um menor. A informatização acaba com isso.’ (BLANCO, A. Menor poderá acessar processo por computador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 fev. 1996.)

Verifica-se na notícia acima, o uso intensivo de expressões estigmatizantes, como por exemplo “menor”, “menores infratores”, “unidades de infratores”, “adolescentes internos”. O uso dessas expressões pode significar a necessidade de identificação, de delimitação sobre quem se fala – o objeto da informação/conhecimento. Não se trata de uma criança “normal”, mas sim de um “menor” e, pior ainda, de um “menor infrator” e um “interno” na Febem. Em

outras palavras, a notícia não trata das criança e do adolescentes “médios”, mas daqueles que cometeram crimes e que, por isso, torna-se razoável, para algumas instituições, que estejam sendo punidos pela lei, separados do corpo da sociedade.

É interessante notar que a necessidade de asilamento da “criança-menor” está baseada numa idéia de reeducação/ressocialização/reintegração, segundo a qual, somente dessa maneira, a criança estaria apta a retornar ao seio familiar, à escola e ao trabalho produtivo, em breve ou no futuro. Porém, antes de seu retorno à sociedade (de onde nunca saiu, uma vez que é produto dela), o “menor” deve passar pelo processo jurídico que, no caso da notícia citada, está sendo agilizado pela informatização da Febem paulista.

Outro fato verificado na notícia acima, que se torna recorrente na grande maioria desse tipo de informação jornalística, capturada nas páginas da **Folha de São Paulo**, é que esse tipo de discurso/linguagem pode contribuir para a construção de uma imagem “negativa” da infância pobre, perpetuando o processo de marginalização, uma vez que supõe ser a criminalidade consequência do mero desajuste social: “Nada melhor do que viver em família” – acrescenta o presidente da Febem paulista no final da matéria analisada.

Essa informação predispõe o público leitor a pensar que o “menor” é criminoso porque sua família não foi capaz de educá-lo dentro do padrão de conduta instituído e, por isso, cabe ao Estado, considerado pelas instituições jurídicas como o representante da vontade soberana do povo brasileiro, substituir a família nessa situação.

Trata-se, em suma, do mito da família desestruturada e, como praxe, o discurso jurídico, impresso nas páginas do jornal, não tende a levar em conta, no caso das crianças marginalizadas, as causas estruturais – históricas, econômicas, culturais, psicológicas – que pode interferir no processo de criminalização da infância pobre brasileira.

Ainda a respeito da notícia em questão, tomando-a como exemplo de vários outros casos de transmissão de informação/conhecimento sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil, os falantes não questionam se a punição é, ou não necessária, apenas informam que o processo penal está se desburocratizando e que isso, de alguma forma, estaria contribuindo para a solução da problemática do “menor infrator” na sociedade brasileira, agilizando

seu eventual retorno à família. As causas do menino ter abandonado a família, ou ter sido abandonado por ela, são questões que parecem não ser consideradas como importantes pelas instituições de direito criminal, no trato da infância e adolescência marginalizadas no país.

A mesma lógica da internação/asilamento da criança e do adolescente marginalizados é verificada em outras notícias da **Folha**, onde, como dito acima, não se discute a necessidade ou não da punição, mas apenas o seu formato.

Noticiando/informando sobre o fato de que um “ex-menino de rua” (a formação lingüística “ex” designa o indivíduo marginalizado) ter defendido uma tese na Universidade de São Paulo (USP), retratando de forma crítica a vida de crianças internas em orfanatos do Estado de São Paulo, o jornal **Folha de São Paulo** publicou as palavras do presidente da Febem paulista, Eduardo Domingues, que na ocasião disse estar tentando reestruturar a instituição, justamente devido às críticas apontadas na referida tese:

[...] Para tanto, diz [o presidente da Febem/SP] que impôs à sua gestão quatro metas principais:

- Desativar os grandes complexos de internação, substituindo-os por unidades menores.
- Diminuir o tempo que as crianças carentes e abandonadas passam dentro do internato. “Procuramos, primeiro, devolver os internos às famílias biológicas. Se não conseguimos, tentamos entregá-los para outras famílias por meio de guarda ou adoção.
- Manter infratores longe dos meninos e meninas sem antecedentes criminais.
- Evitar a separação de irmãos.”

(ANTENORE, A. Tese flagra modelo que não funciona. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 nov. 1996.)

Nota-se, na matéria acima, que a criança é tratada como “coisa”, objeto de intervenção do Estado. Expressões como “devolver os internos para as famílias biológicas” e “entregá-los para outras famílias” reitera a mentalidade repressiva, disseminada através da informação jornalística: a criança, “carente e abandonada”, torna-se objeto das instituições de justiça – inclusive criminal – e, em último caso, essas instituições acabam por determinar o futuro dessa criança, analisando seu passado e seu presente, sempre pela ótica funcionalista da sociedade.

Verifica-se também, nesse tipo de informação jornalística, a subcategorização das crianças e adolescentes marginalizados: “infratores”, “meninos e meninas sem antecedente criminal”. Esses termos inferem sobre a necessidade de se discriminarem (no sentido de selecionar, separar) as crianças-sujeitos, tornadas objetos. As crianças são classificadas a partir de categorias estruturais e históricas, de base valorativa e, por conseguinte, simbólica-imaginária. Busca-se distinguir a “criança normal” das “outras crianças” e, para isso, são criadas e divulgadas, nos discursos jornalísticos, através do uso da linguagem jurídica, uma tipologia das formas de anormalidade ou desvios sociais, empreendidos, potencial e efetivamente, pelas referidas crianças e adolescentes.

Essa classificação da infância marginalizada, no Brasil, que está representada nas páginas do jornal **Folha de São Paulo**, é de ordem não apenas qualitativa (através do uso de expressões carregadas de sentido moral), mas também quantitativa. As qualidades do “menor infrator” são destacadas pela variedade e pela quantidade de crimes que as crianças e adolescentes são capazes de cometer: roubo, assalto, estupro, assassinato, tráfico de drogas etc., assim como o número de “menores” que cometem essas categorias de crimes:

“O presidente da Febem (Fundação Estadual do Menor), Eduardo Roberto Domingues da Silva, acha que pelo menos 20% dos menores infratores internados em unidades da instituição não deveriam estar ali. ‘Pelo menos 20% desses internos (620 menores) poderiam ter atendimento adequado no sistema de liberdade assistida (sem estar recluso)’, disse Domingues.

Quem determina a medida de internação é o juiz da Vara da Criança e do Adolescente. Até o último dia 15, as unidades de internação da Febem [...] abrigavam 3.094 menores – um quinto do total de presos condenados (15.859) que cumprem pena em distritos policiais e cadeias públicas do Estado de São Paulo. A maioria dos infratores internados é proveniente da capital: 46,12% segundo os últimos dados da Febem. Da região metropolitana, vêm 19%.

A maioria dos internos tem entre 17 e 18 anos (56,5%). Segundo a Febem, a principal infração cometida por eles é o roubo (57,4%). Em seguida vem o furto (10,2%) e o tráfico de drogas (9,38%). Os casos de homicídio ficam em quarto lugar, com 5,26% das ocorrências. Os estupros, por exemplo, não ocorrem com frequência – representam 0,33% dos casos.” (LOZANO, A. Para Febem, 20% deveriam ser soltos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 1997.)

## **(b) A lógica da prevenção**

Permeando a mentalidade correcional-repressiva, encontra-se também, nas informações divulgadas pelo jornal **Folha de São Paulo**, a preocupação com a prevenção da criminalidade, com relação às crianças e adolescentes pobres no Brasil. Essa lógica da prevenção possui duas vertentes básicas: a ação social/institucional, implementada por órgãos públicos (principalmente as instituições de justiça criminal); e programas de atendimento às crianças e adolescentes pobres, através da criação de instrumentos – teóricos e práticos – que oferecem cultura, lazer, esportes e educação formal (escolar).

Nessa perspectiva, o conhecimento que se cria sobre a criança pobre tem como base a noção de “carente” que, como anteriormente falado, parte da visão funcionalista da sociedade, e infere que, para a completa inserção social da infância pobre na comunidade, é necessário que ela participe das atividades “normais” da vida social, como a educação e a prática de esportes, por exemplo. A falta dessas atividades tende a ser considerada, nessa visão, como aproximação com outros modos de vida, tidos como “marginais”. Daí, a associação que geralmente os aparelhos de justiça do Estado fazem – e os jornais ajudam a divulgar – entre criminalidade e pobreza:

“ O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) procura uma forma efetiva de engajar-se no trabalho de recuperação e amparo às crianças e adolescentes. Para tanto, elabora projeto para criação de um órgão pluralista, sob a égide da presidência do TJSP, destinado a integrar o trabalho do Poder Judiciário ao da comunidade.

A idéia surgiu quando do lançamento da campanha presidencial de combate á prostituição infantil. O desembargador Renato Laércio Talli foi então nomeado para realizar os estudos necessários e apresentar o projeto de constituição do que foi chamado inicialmente Conselho Estadual de Amparo ao Menor Abandonado (CEAMA). [...]

Talli desenvolveu o esboço inicial do que virá a ser o conselho e está recolhendo subsídios junto aos diversos segmentos da sociedade para o projeto final. Este projeto será submetido à apreciação do órgão especial do TJSP – instância máxima de deliberação do tribunal – no começo de fevereiro. [...]

O desembargador Talli sugere que o CEAMA seja presidido por um desembargador, indicado pelo presidente do TJSP. Além

deste, integrariam o conselho um juiz da Infância e da Juventude, um membro do Ministério Público, um advogado da Ordem dos Advogados do Brasil, um membro da Associação Comercial, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), da Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban), da Polícia Militar, da Polícia Civil e três cidadãos de boa reputação e reconhecida competência na área. 'Acredito que uma boa representação do mundo empresarial no conselho deve contribuir para a criação de oportunidades de trabalho digno para os jovens infratores, criando reais oportunidades de integração à sociedade', diz o desembargador.

Para ele, sem este tipo de solução, a repressão penal tenderá a debilitar-se cada vez mais, colocando em sério risco os bens jurídicos que o Estado procura resguardar e defender. 'Atacam-se os efeitos e não as causas. Se a criança não for amparada, nada mais resta senão puni-la', diz Tralli." (NUNES, E. Comissão do TJ (Tribunal de Justiça) de SP dará amparo à menores carentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 dez. 1995.)

A ação institucional, noticiada pela matéria acima, trata da atuação conjunta de algumas organizações sociais – civis e militares – porém, nenhuma dessas organizações diz respeito às entidades que trabalham cotidianamente com a infância marginalizada no país, como por exemplo o **Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua**, a **Pastoral do Menor**, dentre outras. São apenas as organizações da elite jurídica e empresarial nacional, as quais assumem, através das informações divulgadas pelo jornal, o papel público de redentores da infância "carente" brasileira. Principalmente os empresários, os quais devem proporcionar, segundo o desembargador Tralli, citado na notícia acima, "trabalho digno para os jovens infratores".

Nessa lógica, de caráter funcionalista, o trabalho é visto como forma de prevenir a criminalidade infanto-juvenil, servindo para ocupar as crianças e adolescentes, seja através de cursos profissionalizantes ou a criação de oportunidades de emprego. A integração à sociedade acontece, ainda nessa perspectiva, somente pela atividade produtiva, o que caracteriza o indivíduo sem ocupação formal como potencialmente perigoso para a "saúde pública", isto é; para a ordem estabelecida.

Nas notícias divulgadas pelo jornal **Folha de São Paulo**, encontra-se também uma vertente de cunho educativo no combate à criminalidade infantil:

“A orientação educacional extra-escolar para mais de 50 crianças carentes – um trabalho comunitário inovador elaborado por policiais militares gaúchos – será retomada a partir desta semana em Porto Alegre (RS).

O 1º Batalhão da Polícia Militar criou em abril passado, na capital gaúcha, o projeto ‘Nossas Crianças’, que proporciona a participação em eventos culturais e esportivos, com alimentação e orientação educacional. [...]” (GERCHMANN, L. Polícia gaúcha dá orientação a mais de 50 crianças carentes. **Folha de São Paulo**, 27 set. 1997.)

Nota-se, no jornal **Folha de São Paulo**, através de suas notícias, a preocupação premente de se retirarem as crianças das ruas, como forma de prevenir a criminalidade. A rua tende a ser considerada como o local do desregramento moral-social, cuja oposição ideal seria a família, a escola e o emprego formal. Geralmente, a preocupação maior, transmitida por essas notícias, diz respeito ao fato de as crianças e adolescentes permanecerem nas ruas e não os motivos históricos, econômicos e sociais que as levaram para lá:

“A prefeitura de Juiz de Fora (MG) lançou uma campanha publicitária de combate á doação de esmolos com o objetivo de tirar crianças carentes da rua. [...]

O promotor de Defesa da Infância e Juventude, Otávio Ribeiro Furtado, afirmou que a esmola incentiva a criança a ficar na rua. ‘Enquanto as crianças receberem esmolos, terão motivo para ficar na rua. Se não tiverem esmolos, voltam para casa’, declarou. [...]” (CAMPANHA estimula os moradores de Juiz de Fora a não dar esmolos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 1995.)

“[...] Além de ter reduzido o índice de criminalidade em alguns bairros, a Polícia Comunitária também já retirou das ruas meninos e meninas que pedem esmolos, fazem pequenos serviços e assaltam motoristas nos semáforos.

Segundo a PM, cerca de 200 crianças e adolescentes já foram afastados dos semáforos dos bairros da Barra, Graça, Ondina, Rio Vermelho e Pirajá. ‘Desses, cem foram encaminhados ao 5º Batalhão da Polícia de Salvador, onde participam do projeto Esporte Comunitário’, disse o Comandante do batalhão, coronel Souza Filho.” (PM tira 200 crianças das ruas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 dez. 1997.)

Desse modo, é formatada a imagem estigmatizante da criança de rua, sujeita a todos os vícios que esse local – a rua – pode oferecer. Em contraposição à rua, têm-se a família e a casa. Na falta desses equipamentos

sociais, o Estado é que se sente na obrigação de assumir o cuidado com a “criança carente”, proporcionando-lhe acesso à atividades de educação, lazer e cultura, como premissas básicas do processo de (re)socialização infantil.

## 5.2 A mentalidade assistencial

A necessidade de atendimento à infância pobre está presente na história do Brasil, praticamente, desde a época colonial, em que o portugueses pretendiam “domesticar” os índios e suas crianças <sup>12</sup>.

No jornal **Folha de São Paulo**, na época atual, essa mesma necessidade surge de forma intensa, evidenciando a preocupação de diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo profissionais das ciências humanas e sociais, assim como médicos e advogados, com a questão da criança e do adolescente pobres. Nessa perspectiva científica, as crianças e adolescentes são tecnicamente considerados em situação de risco pessoal e social.

Essa preocupação acaba-se materializando em projetos específicos de atendimento, de diversos matizes, levados à cabo por órgãos do governo (através da implantação de programas de políticas públicas), organizações não governamentais (ONG's), associações de bairro, de classe, profissionais voluntários e facções religiosas. Enfim, tais projetos tornam evidente a preocupação social com a questão da infância pobre no país, os quais, ao terem divulgado pelos grandes jornais diários, sob o formato de informação jornalística, o conteúdo de seus programas, assim como suas metodologias, contribuem para reforçar determinadas construções simbólicas sobre essas crianças, as quais, por seu turno, influenciam e até determinam a relação que a própria sociedade estabelece com esse público.

Marcada pelo discurso técnico-científico, a mentalidade assistencial, percebida nas notícias, procura deixar claro para o público que cabe particularmente aos especialistas da ciência tratar da questão da infância pobre, seja através do “diagnóstico preciso” da situação, ou da implementação de programas de atendimento com vistas a (re)inserir as crianças na sociedade, criando, para isso, instrumentos de transmissão da cultura formal –

educação, artes, esporte, lazer, trabalho – sem a qual o desenvolvimento pessoal e social das crianças e adolescentes pobres estaria, em vários sentidos, comprometido.

O diagnóstico da situação social, econômica e cultural da infância pobre é constante nas informações transmitidas pelo jornal **Folha de São Paulo**, podendo esse diagnóstico ser classificado de duas maneiras: a) a investigação de cunho jornalístico, propriamente dita, na qual o repórter é o agente da pesquisa, faz descobertas e, a partir delas, desenvolve seu trabalho de noticiar o fato; e b) a pesquisa científica, de cunho qualitativo e, principalmente, quantitativo, pois nota-se o uso intensivo de mensurações estatísticas, contando e discriminando as crianças e adolescentes de acordo com determinadas variáveis sociais, na tentativa de produzir uma radiografia da situação do “menor”, conceituá-lo e sugerir soluções para o problema.

#### **(a) A lógica do diagnóstico**

A preocupação em diagnosticar a situação social dos “menores”, para depois propor soluções para os problemas a eles relacionados, possui duas vertentes principais, verificadas nas notícias divulgadas pelo jornal **Folha de São Paulo**, no período determinado: a investigação jornalística e a pesquisa científica.

#### **I) A investigação jornalística**

O repórter/jornalista, muitas vezes, faz um trabalho sério de investigação, antes de noticiar/publicar um fato à sociedade. Para tanto, ele se utiliza de técnicas específicas, relativas à sua profissão, que ele aprende e desenvolve ao longo de sua formação teórica e prática. Os dados que o repórter-investigador coleta são determinados por seu interesse particular e, também, muito provavelmente, de seu editor.

---

<sup>12</sup> Item 3.1 deste trabalho: Breve histórico das práticas de atendimento à infância pobre no Brasil.

Em muitos casos, pode o jornalista criar e/ou reproduzir, em sua matéria informativa, imagens intensamente carregadas de significações construídas por seu contexto social (sua cultura), às quais ele atribui sentido de verdade. Os termos, as perguntas, as respostas dos entrevistados, os destaques conferidos pelo editor, enfim o processo jornalístico pode vir a reforçar determinados estigmas, criar expectativas, proporcionar o medo perante situações de desequilíbrio social:

“Cerca de 350 menores infratores tentaram fugir do presídio Muniz Sodré, em Bangu (zona Oeste do Rio), ontem de madrugada, provocando uma rebelião.

Os internos quebraram móveis, equipamentos, celas, salas e derrubaram parte de uma parede. Alguns atearam fogo a colchões. O prédio foi cercado por cerca de cem policiais militares que acabaram controlando a rebelião.

Bombeiros conseguiram combater o incêndio. O quebra-quebra durou cerca de duas horas. Um funcionário do presídio calculou que dez salas foram totalmente depredadas. Equipamentos como computadores foram quebrados. Até pedaços de grades das celas foram arrancadas. Apenas alguns internos se feriram superficialmente, segundo funcionários. [...]

Essa é a segunda rebelião desses menores em menos de um mês. Segundo um funcionário que não quis se identificar, o grupo promove tumulto para tentar ser transferido, já que fugir dali seria mais difícil.” (ADOLESCENTES fazem rebelião. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 05 maio 1998.)

“Três menores morreram na manhã de ontem por causa de queimaduras sofridas após uma briga no Instituto Central de Menores, da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) em Porto Alegre (RS). O instituto abriga internos considerados de alta periculosidade.

A direção da Febem divulgou que quatro menores tiveram um desentendimento na madrugada de segunda-feira no quarto que ocupavam no instituto. No local, dois deles teriam espancado um colega de quarto. Os monitores do instituto retiraram do quarto o menor ferido. Os outros três tiveram uma briga e queimaram colchões.

O menor Roger Souza de Freitas, 17, Márcio José da Silva, 17, e Isaías Laphis Neuschrack, 16, morreram devido às queimaduras. Neuschrack foi retirado morto do quarto. Os outros dois ainda receberam atendimento médico, mas morreram no hospital. [...]

A superlotação é apontada como principal motivo dos conflitos [...]. O secretário [Iradir Pietroski – Secretário do Trabalho] disse que a situação vai melhorar em abril, quando deve entrar em funcionamento duas novas casas para abrigar menores infratores no Estado.” (HAHN, S. 3 meninos morrem queimados na Febem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 mar. 1998.)

As notícias acima transmitem e reforçam a idéia de que o adolescente marginalizado é capaz de cometer atos brutais, inclusive assassinar seus próprios colegas de internato. Acaba por reforçar o medo coletivo e a necessidade de maior vigília e repressão por parte das autoridades e das pessoas comuns. O adolescente infrator torna-se monstro, mesmo quando apenas três ou mais meninos tenham começado um “tumulto” de conseqüências trágicas.

A investigação jornalística também se reporta às ruas da cidade, retratando o “submundo” e o cotidiano dos meninos e meninas que vivem ou ficam nas ruas. O repórter relata ao seu público leitor as características sócio-econômico-culturais dos meninos, seus sonhos e, principalmente, suas atitudes:

“A rua Antônia de Queiróz, na Consolação, é o principal ponto de concentração de meninos de rua. É lá que eles dormem, ao relento, e de onde sai a maioria das reclamações dos moradores.

As crianças preferem a rua porque lá funciona uma casa aberta, mantida pelo governo estadual. [...]

Para os moradores da rua Antônia de Queiróz, a casa aberta é o vizinho mais indesejável. Até abaixo-assinado, pedindo o fechamento do local, já foi endereçado ao secretário de Segurança Pública.

Um grupo de cerca de 20 crianças e adolescentes montou ‘acampamento’ pela rua. ‘Eles não são violentos, mas fazem muita algazarra e sujeira’, reclama Florinda Bergamashi, que colocou sua casa á venda.

Os comerciantes estão contratando seguranças para tentar evitar prejuízos causados pelos meninos. Na rua Oscar Freire, seguranças ficam de plantão durante a noite. ‘Muitas lojas estavam sendo arrombadas e ficamos com medo de arrastões’, justifica Jorge Zarif, 36, vice-presidente da associação dos comerciantes da rua. ‘Mais de 70% dos furtos e arrombamentos na região são cometidos pelos menores’, diz o capitão PM José Everardo da Silva.” (CASTRO, D. Lojas contratam seguranças. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jul. 1994.)

“Menores de rua de São José do Rio Preto estão fazendo miniarrastões para furtar produtos de linhas populares de lojas do calçadão. A maioria dos comerciantes não vai à polícia pelo baixo valor das mercadorias.

O objetivo dos menores é a compra de cola para cheirar [...]. (MENORES fazem arrastão em calçadão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 set. 1994.)

Através da investigação, o jornalista traça o quadro de uma realidade que ele próprio ajuda a delimitar. A infância pobre, marginalizada, passa a ser caracterizada não só pela criminalidade potencial e efetiva, como também pela sua condição de miséria, a qual seria a causa fundante do problema:

“Um combinação explosiva de fome, infortúnio, drogas e um aborto após três gestações estão fazendo a ex-doméstica, Elisângela da Cunha Santana, 21, cogitar a possibilidade de entregar os três filhos, com idades que variam de 1 a 5 anos, para uma entidade pública. [...]

Elisângela, que não sabe há quanto tempo está desempregada, vive com a mãe, Eunice Cunha Santana, 48, os três filhos e cinco irmãos num cômodo do casarão que foi de Santos Dumont, em Campos Elíseos (região central de São Paulo), invadido por um grupo de sem-teto no dia 9 de março. [...]

Pessoas ligadas à Elisângela, entretanto, disseram que ela resolveu interromper a gestação, então com dois meses, quando estava sob efeito de crack. [...]” (OLIVEIRA, M. Mãe quer deixar 3 filhos em entidade. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1997.)

“Os seis últimos casos de abandono de recém-nascidos registrado na Grande São Paulo na última semana deixa uma pergunta no ar: o que pode levar uma mãe a chegar ao ponto de desistir de um filho e deixá-lo na rua? [...]

As mulheres entrevistadas citam o medo, a falta de amor, de estrutura familiar ou simplesmente o desespero como causas que quase as levaram a abortar ou abandonar um filho. [...]” (OLIVEIRA, M. Pobreza não é a única causa de abandono. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1997.)

Nas notícias acima, vão sendo detalhadas as vidas dos indivíduos pobres, suas mazelas são constantemente expostas à opinião pública nacional e, com isso, suas identidades, individuais e coletivas, tendem à deterioração. Esse processo culmina na estigmatização desses indivíduos, rotulados a partir de referências estereotipadas que conduzem à formação de um pensamento único, numa sociedade essencialmente heterogênea como a do Brasil.

Na pior das hipóteses, a própria condição de miséria em que vive a população pobre brasileira surge, no contexto informativo dos jornais diários, como a causa dos problemas sociais tais como a criminalidade, a prostituição, os assaltos, dentre outros. Esse fato pode vir a provocar o sentimento de desconfiança da sociedade em relação à essa parcela da população nacional.

## II) A pesquisa científica

Outra forma de diagnosticar a situação dos “menores” na sociedade brasileira, que aparece constantemente nas matérias informativas do jornal **Folha de São Paulo**, é a pesquisa científica, elaborada e executada por alguns “especialistas da área” – tais como sociólogos, psicólogos, psiquiatras, pedagogos e assistentes sociais – a partir de pressupostos teóricos e empíricos específicos, de cunho sistemático e generalizante.

Essas pesquisas traduzem a visão de mundo que a sociedade em geral, através da linguagem da ciência – essencialmente técnica e racional – possui a respeito da infância pobre, principalmente a que vive nas ruas das grandes cidades brasileiras:

“[...] O sociólogo Rubens Adorno distingue os adolescentes por dois tipos de ‘circuitos’: o de rua e o de bairro.

O circuito de bairro é aquele que se refere ao menor infrator. ‘O infrator surge nos bairros. A falta de equipamentos públicos e educação, cultura e lazer, que ocupam o tempo dos adolescentes, faz com que menores passem a delinquir’, afirmou Adorno. ‘O adolescente de classe média vai para a aula de inglês, para a ginástica, para o shopping. O jovem de classe baixa não dispõe desses atrativos, por isto está mais sujeito aos atos infracionais’.

Esses adolescentes vivem, na maior parte dos casos, conforme mostrou a pesquisa, com suas famílias em casas razoáveis e em locais com boa infra-estrutura básica, embora com carência de estruturas sociais e educativas.

Para o sociólogo, crianças e adolescentes inseridos no chamado circuito de rua não são, necessariamente, infratores. ‘São crianças mais novas que as do circuito de bairro, que buscam liberdade e autonomia. Atualmente são atraídos por uma grande grife, o crack’, afirmou Adorno. (LOZANO, A. Menor de rua nem sempre é infrator, diz sociólogo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 out. 1997.)

“Uma pesquisa inédita desenvolvida pela Faculdade de Saúde Pública da USP (Universidade de São Paulo), com financiamento do Ministério da Justiça, derruba dez mitos relacionados às crianças de rua e suas famílias. ‘A pesquisa mostra que, ao contrário do senso comum, as famílias das crianças em situação de rua são estruturadas e seus membros não são desempregados, vagabundos ou malandros’, disse o

sociólogo Rubens Adorno, professor da Faculdade de Saúde Pública e coordenador da pesquisa. [...]

A pesquisa ouviu 390 familiares de menores, entre março e junho deste ano. Esses são, segundo Adorno, os mitos desbancados pelo estudo:

1 - As famílias que geram crianças de rua não habitam lugares precários: 77,7% delas moram em locais com infra-estrutura completa (com água, esgoto, coleta de lixo, asfalto e iluminação). Das famílias que moram em casas (52,7%), 86% habitam residências da alvenaria. Apenas 15,4% vivem em favelas.

2 - Os pais de menores de rua moram em casa própria (66,8%).

3 - A maior parte das crianças que optam pela rua vive com os pais legítimos (74%).

4 - No momento da internação na Febem, as crianças não viviam sozinhas nas ruas (19,2%), mas com suas famílias (68,5%).

5 - Os infratores não moram em casas superlotadas. 78% das casas tem até três pessoas por cômodo.

6 - Os infratores não resultam de famílias com muitos filhos, que não teriam estrutura para cuidar de tantas crianças: 62% das famílias tem entre um e dois filhos.

7 - Não são criados em lares miseráveis, mas 'apenas pobres' (56,8% dos pais recebem entre um e cinco salários mínimos).

8 - A grande maioria dos pais era assalariada (72,6%) mas o impacto do desemprego reduziu este índice para 35,5%. Desempregados passaram de 2,3% para 17,3%, mas nunca chegaram a ser maioria.

9 - A maior parte dos pais é de São Paulo (56,6%) e não de outros estados. Os nordestinos, por exemplo, são minoria (14,4%).

10 - Por último, os pais dos infratores têm a religião como a principal atividade comunitária: 44% freqüentam cultos evangélicos e 24%, cultos católicos.

'Os dados mostram que não é a estrutura familiar que gera crianças em situação de rua, mas a falta de locais públicos de lazer, cultura e educação, que deveriam preencher o tempo ocioso desses jovens', disse Adorno." (LOZANO, A. Estudo derruba mitos sobre o menor de rua. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 out. 1997.)

"Metade (48%) dos meninos de rua do Brasil consome diariamente algum tipo de entorpecente. A informação consta de pesquisa feita pelo Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) divulgadas ontem, no entanto, tem uma incidência ainda maior entre essa população: 72% dos pesquisados afirmaram ter consumido algum tipo de droga nos 30 dias que antecederam a entrevista. Foram entrevistados 530 meninos de rua. Desses, 88% afirmaram ter consumido entorpecente pelo menos uma vez na vida. [...]

A pesquisa sobre uso de drogas entre meninos de rua foi feita no ano passado em seis capitais (São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza, Rio de Janeiro, Recife e Brasília). Segundo o

professor Elisaldo Carlini, coordenador do Cebrid, esses dados indicam que, entre meninos de rua, o uso de entorpecentes não é apenas esporádico. 'Parece ser um comportamento muito presente no cotidiano dessas crianças, gerando problemas orgânico, psicológico e social'.

Uma das vertentes apontadas pela pesquisa é o elevado número de entrevistados que relataram tentativas de suicídio. Em São Paulo, o número chegou a 26%. Em Brasília a 22%. Os números são próximos aos da população da Holanda (27%), segundo o Cebrid. De acordo com o instituto não parece existir relação de causa e efeito entre o consumo de drogas e a tentativa de suicídio. Tanto que, em média, apenas 30% dos meninos que disseram ter tentado o suicídio estavam sob o efeito de drogas, em sua maioria maconha. As tentativas de suicídio estariam relacionadas, segundo o relatório, 'ao próprio fato de viver em situação de rua'.

### São Paulo

Segundo o levantamento, aumentou o número de usuários de crack entre os menores de rua da cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo, entre os pesquisados, caiu o uso de solventes e de maconha, embora essas substâncias continuem aparecendo entre as mais consumidas nas ruas de São Paulo. No levantamento, a cola de sapateiro ainda aparece como a droga mais consumida em São Paulo. Em segundo lugar, empatados, aparecem os derivados de cocaína (o crack, em especial, seguido pelo pó aspirado) e pela maconha em forma de cigarro.

No caso do crack em São Paulo, ele passou de 25,2% entre as preferências, no primeiro levantamento, realizado em 1987, para 50% nesta pesquisa. Em São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Brasília, o uso de cocaína é mais freqüente. Nas outras cidades pesquisadas, Recife, Fortaleza e Brasília, foi observado um elevado número de usuários de medicamentos, especialmente ansiolíticos (tranqüilizantes), como o Rophynol." (FRANÇA, W. 88% dos meninos de rua já usaram droga. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 out. 1998.)

Pode-se observar, nos relatos sobre as pesquisas acima, a intensa preocupação com a cientificidade por parte do jornal, sempre citando a fonte dos dados apresentados, isto é, a instituição que realizou a pesquisa e os pesquisadores com seus respectivos cargos e funções. O enunciado jornalístico enfatiza a veracidade em sua narrativa, no intuito de demonstrar a "verdade dos fatos", e nada melhor, do ponto de vista da história das sociedades modernas ocidentais, do que o respaldo científico para isso. Percebe-se a articulação entre o discurso jornalístico e o científico em torno do sentido da verdade.

Tanto o jornal **Folha de São Paulo**, quanto as instituições especializadas nas questões sociais precisam justificar-se junto ao público, apresentando seus discursos formatados a partir da linguagem tecnicista, repleta de números (quantificação) e criando, com isso, estereótipos dos mais diversos e confusos ordenamentos. Esse tipo de informação jornalística repassa e cria classificações, descrições lingüísticas que se fundem em imagens difusas sobre a infância pobre no Brasil.

Ao correlacionar a infância e adolescência pobre às mais perversas situações sociais, como corolário da miséria ou da própria condição de viverem nas ruas, a informação jornalística contribui para a criação de um conhecimento restrito e preconceituoso, associando à essa infância valores “negativos”, que degradam a identidade cultural dos meninos, tais como a ociosidade, o uso de drogas, a prostituição e a violência em geral, cientificamente comprovados através de várias pesquisas, cujos relatórios são amplamente divulgados pelos jornal em análise.

### **(b) A lógica da integração social**

A outra vertente da mentalidade assistencial, com relação à infância pobre no Brasil, impressas nas páginas do jornal **Folha de São Paulo**, diz respeito à preocupação com a integração social dessa infância, principalmente através de projetos de atendimento especializado (profissional), implementados por órgãos do governo, associações civis de caráter filantrópico, geralmente financiadas por empresas nacionais e internacionais.

Partindo das noções de “carente” e “abandonado”, em que a criança e o adolescente pobres tendem a ser considerados em situação de risco (pessoal e social), sujeitos à violência tanto em casa como na rua, essa lógica da integração social expressa a necessidade de conservação do estado “natural” da infância, considerado “puro”, “saudável”, como pressuposto para a construção de um ideal de futuro, não apenas para as crianças, como também para a sociedade em geral.

A criança, nessa lógica, é vista como projeto futuro de cidadão produtivo e participativo do mundo social, sendo preciso, para garantir a realização desse

ideal, cuidar de seu desenvolvimento físico, intelectual e moral no presente, especialmente, no caso da infância pobre, através de projetos sociais que venham a suprir as “faltas” que lhe são apontadas, isto é; a não participação dessa parcela da população brasileira como cliente das políticas sociais da nação, tais como educação formal, saúde, lazer, esporte, cultura, dentre outras.

Os projetos sociais de atendimento à infância pobre no Brasil, verificados nas informações transmitidas pela **Folha de São Paulo**, no período de 1994 a 1998, apresentam-se como ações alternativas à lógica da punição e prevenção da criminalidade, observadas na mentalidade correcional-repressiva. Embora os projetos sociais tendam a atuar como instrumentos de prevenção da criminalidade infanto-juvenil, o que diferencia essas duas concepções é que os projetos sociais geralmente buscam, através da intervenção direta de vários agentes – empresários, sindicatos, governos, associações comunitárias, dentre outros – reverter o quadro de “abandono” e “carência” verificada no dia-a-dia dessa infância.

Esses agentes sociais partem da visão progressista da sociedade, incentivando o trabalho produtivo formal e a solidariedade entre os diversos segmentos sociais, através da união de recursos financeiros e humanos para a realização de projetos de atendimento. A integração social das crianças pobres, nessa lógica, ocorre através da inserção dessas crianças no mundo do trabalho, principalmente, e também pelo acesso à educação, lazer, etc.:

“O Projeto Meu Guri do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ganhou ontem à tarde a adesão de mais uma empresa: a Metal Leve.

A primeira empresa a aderir foi a Elevadores Atlas, dia 25 de setembro, um dia antes do lançamento da campanha. O projeto visa tirar as crianças das ruas de São Paulo, oferecendo assistência em período integral, para posteriormente reintegrá-las à sociedade. Uma das propostas iniciais do Meu Guri é convencer empregadores e empregados de que a união de esforços pode trazer resultados satisfatórios.

Em empresas com mil funcionários, por exemplo, seriam adotadas duas crianças: uma pela empresa e outra pelos empregados. [...]

Segundo Paulo Pereira da Silva, presidente do Sindicato, a idéia é conscientizar as pessoas de que a sociedade pode se mobilizar para eliminar os problemas atuais.” (PROJETO Meu Guri recebe adesão da metalúrgica Metal Leve. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1997.)

“Quinze meninos carentes estão trabalhando na estação rodoviária de Florianópolis (SC) como guias mirins, em um projeto que envolve prefeitura, governo do Estado e empresas. As crianças dão informações, organizam carrinhos de bagagem e conduzem as pessoas às lojas da rodoviária. O Deter (Departamento de Estradas e Rodagem do Estado) paga meio salário mínimo por quatro horas de trabalho diárias. A associação dos comerciantes da rodoviária paga as refeições no período de trabalho. Todos os meninos têm carteira de trabalho assinada e estudam em escolas públicas.

A coordenadora do projeto, Ivonete Terezinha, 42, diz que 23 meninos esperam por uma vaga para também trabalharem na rodoviária.” (PROJETO dá emprego a crianças em rodoviária.

**Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 1995.)

“O projeto social Vila Olímpica, da escola de samba Mangueira, começou a se desdobrar com o lançamento ontem do Centro Sócio Cultural Barracão Mangueira, de apoio a crianças carentes do Rio. A festa de lançamento [...] contou com a presença do ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé.

Com o apoio de empresas privadas, do ministério e do governo do Estado, o projeto pretende, inicialmente, dar orientação educacional, esportiva e profissionalizante para 200 crianças e adolescentes.

Os trabalhos deverão começar na segunda quinzena de janeiro. Haverá postos de saúde e do Juizado de Menores para a retirada de documentos, cursos esportivos, educativos e profissionalizantes, como de datilografia, entre outros. [...]

Segundo o juiz titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, Siro Darlan de Oliveira, que ontem esteve no lançamento do Centro, a Vila Olímpica vem mostrando resultados animadores, pois há seis anos o juizado não registra casos envolvendo adolescentes infratores da Mangueira. ‘Os traficantes agora estão importando crianças de outras comunidades, uma vez que as da Mangueira, por estarem inseridas nesse projeto socioeducativo, não participam da delinqüência infanto-juvenil’, afirma. (MANGUEIRA lança novo projeto para crianças. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 dez. 1995.)

Nota-se também, nas informações jornalísticas acima, a necessidade do jornal **Folha de São Paulo** em localizar o falante, ou seja, a pessoa responsável ou participante do projeto social em pauta. Essa necessidade representa a tentativa de atribuir às notícias/informações um sentido ou critério de verdade, a prova de que a sociedade, e não apenas o jornal, se preocupa com a questão da infância pobre no país.

Fica patente a criação do fato social ou jornalístico a partir da noção de novidade. Coisas banais como a acesso ao computador e a ida à uma sessão de cinema tornam-se assuntos adequados ao registro jornalístico. Tais fatos

demonstram que a integração social das crianças pobres está baseada em padrões de comportamento e vivências sociais historicamente tidas como “normais”, as quais todas as crianças deveriam assimilar:

“Crianças carentes estão aprendendo a usar o computador na Estação Ciência – museu da USP que oferece exposições e experimentos científicos a escolas e ao público em geral. Segundo as educadoras Cecília Tolosa, 37, e Dirce Pranzetti, 36, crianças que não sabem ler nem escrever apresentam rendimento surpreendente ao computador.

Os irmãos Keila, 10, e Rubens de Souza, 7, passaram o dia ontem na Estação Ciência. Eles moram em Francisco Morato (zona oeste) com os pais e não estudam. ‘Rubens é apelido. O meu nome é Rubinho Barrichelo’, diz o garoto sem pronunciar a letra R. As educadoras trabalham com ele noções de alfabetização, ensinando-o a escrever o nome no computador. Ele se recusa a escrever o nome da mãe. ‘Não quero, ela só me bate’, disse.

Às 17h:30, Rubens sentiu fome – disse que só comeu uma fatia de mortadela antes de sair de casa. Ele tirou moedas de R\$0,10 do sapato e foi comprar cachorro-quente na praça em frente ao museu. ‘Lá em casa não tem comida’, explicou. Comeu metade e levou a outra metade para a irmã. [...]

O trabalho começou em outubro de 1995 e, desde então, 120 crianças carentes em passagem pelo museu já foram catalogadas.” (SANCHES, P. A. Menor aprende a usar computador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 maio 1996.)

“Uma sessão especial do filme ‘Ace Ventura: Um Maluco na África’, ontem, às 11 h, reuniu 250 crianças e adolescentes internos da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor), no cine Marabá (Centro de São Paulo). A sessão é resultado de uma parceria entre a Febem e a rede Circuito Sul de cinemas e faz parte de um novo projeto que visa tirar as crianças das instituições e integrá-las à sociedade. ‘Estamos em contato com várias empresas para conseguir parcerias que possibilitem a realização de programas culturais e de lazer com as crianças’, disse o presidente da Febem, Eduardo Roberto Domingues da Silva. O passeio de ontem foi o primeiro a um cinema. Mas desde dezembro, as crianças já visitaram o Playcenter, o Parque da Mônica e foram a shows.

Para os menores carentes e infratores, de 4 a 18 anos, a sessão de ontem foi um ‘presente pelo bom comportamento’. Muitas estavam entrando em um cinema pela primeira vez.” (FEBEM leva internos a sessão de cinema. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 jan. 1996.)

A preocupação principal com relação à infância pobre, na mentalidade assistencial, transmitida pelas informações da **Folha de São Paulo**, é que os projetos de atendimento devem ser profissionais, engendrando a visão

empresarial e revelando novamente o valor do trabalho produtivo como base da sociedade brasileira atual. Tais projetos buscam superar a lógica paternalista/assistencialista e procura fornecer ao “menor carente” as condições econômicas e culturais para que ele venha a superar a condição social em que vive:

“A profissionalização da assistência social é a principal preocupação do Instituto C&A de Desenvolvimento Social, que investe anualmente cerca de US\$ 2 milhões em programas de ensino e proteção a crianças carentes. ‘Não fazemos doações nem manutenção de creches. Buscamos apenas parcerias cujo resultado represente uma maior independência da entidade’, disse Antônio Carlos Martinelli, do instituto. [...]

Martinelli argumentou que as creches têm estruturas próximas às de empresas e por isso devem buscar equilíbrio entre recursos e dívidas. ‘Elas têm clientes, direção e recursos humanos’, afirmou. Observou ainda que o instituto, que começou a três anos realizando campanhas do agasalho, tem uma postura diferente da prática conhecida como assistencialismo.” (ASSISTÊNCIA à criança deve ser profissional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 01 ago. 1994.)

“Empresas e entidades de apoio a crianças já se organizam para encaminhar ao mercado de trabalho adolescentes que vivem nas ruas. Um exemplo foi a criação do CIP (Centro de Iniciação Profissional), organizado pela Construtora OAS, e o Projeto Axé, que atua em Salvador (BA). A parceria entre ambos foi o tema da palestra ‘O empresário e o trabalho social’, promovida pela Folha, em seu auditório, no dia 5 de Julho. [...]

A OAS é a principal parceira do Projeto Axé e contribui em média com US\$ 70 mil por mês, além de dar apoio técnico-administrativo. [...] Durante a preparação, o adolescente é avaliado. [...] La Rocca [presidente do Projeto Axé] compara essa etapa a uma câmara de descompressão, usados pelos mergulhadores quando voltam à tona. ‘A passagem da rua para o trabalho e a escola deve ser uma subida suave para o adolescente abandonar antigos hábitos’, diz [...]. ‘Partimos do princípio que uma criança de rua perdeu uma característica fundamental da infância: a capacidade de sonhar’, observa.

A postura da empresa em relação ao adolescente foi tratada por Sobrinho (diretor da Construtora OAS). Ele disse que a absorção de um adolescente não deve se limitar apenas à contratação. ‘A empresa deve criar estrutura para atender o adolescente’.

Suarez (vice-presidente da Construtora OAS) previu que as empresas tenderão a ter um comportamento pragmático na absorção de adolescentes. ‘A participação do empresário vai ser motivada pelo conhecimento de novas experiências’. (EMPRESAS discutem na Folha trabalho social. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 jul. 1994.)

### 5.3 A mentalidade paternalista

Na informações construídas e divulgadas pelo jornal **Folha de São Paulo**, pode-se notar, além da preocupação com a infância pobre por parte do Estado – poder público –, especialmente através das instituições de justiça criminal; e também da sociedade civil, representada por organizações e projetos sociais de atendimento; a preocupação por parte de instituições de natureza religiosa, sobretudo da Igreja Católica, representada apenas por duas notícias verificadas no jornal, no período especificado.

Essas notícias, nas quais o jornal fala da Igreja, trazem ao público leitor o enunciado religioso, de caráter essencialmente caritativo-cristão, que tende a considerar a criança pobre como criatura de Deus e, por isso, as autoridades governamentais devem agir no sentido de preservar essa condição original que, em geral, diz respeito à vida humana como dádiva e propriedade divinas.

Representa também – o discurso religioso – o culto a valores cristãos como a família, a caridade, a ordem e o progresso humano e espiritual. No entanto, a Igreja Católica procura não se aprofundar contextualmente, no intuito de discutir questões de ordem econômica, histórica e social que permeiam a problemática das crianças e adolescentes marginalizados no Brasil e cuja imagem vai sendo paulatinamente constituída de elementos simbólicos das mais variadas ordens, e que são publicadas/transmitidas na forma de informação/conhecimento para o público em geral através do suporte jornalístico.

No caso da mentalidade paternalista, – baseada em valores cristãos/católicos –, a infância pobre brasileira tende a ser descontextualizada e, com isso, a lógica da caridade procura induzir a prática do bem pelo bem, como redenção da vida e da sociedade:

“Dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana (MG), e membros da Pastoral do Menor pediram ontem que a justiça altere os critérios que permitem internações temporárias de menores, sobretudo daqueles vindos do interior do Estado, nas unidades da Febem da Grande São Paulo.

Segundo Dom Luciano, muitos juizes do interior do Estado mandam para a capital menores que praticaram delitos leves, o que contribui para a superlotação das unidades da Febem na Grande São Paulo e afasta as crianças dos pais. O arcebispo visitou, há alguns dias, o complexo da Febem na Rodovia dos Imigrantes e ficou espantado com as condições precárias do local e com o excesso de meninos mantidos ali. 'É preciso criar estruturas municipais ou regionais para evitar que o menino do interior do Estado seja mandado à capital', disse Dom Luciano. 'Não podemos continuar amontoando meninos nas unidades da Febem'.

O padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Menor, disse que desconfia que haja na Justiça uma espécie de 'tolerância zero' no trato dos menores delinqüentes. 'Qualquer delito, ainda que pequeno, é considerado caso de internação', disse Lancellotti. As penas alternativas à reclusão do menor, como o trabalho comunitário, quase nunca são empregados ou estimulados, segundo a pastoral." (D. LUCIANO critica internação na Febem. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 06 maio 1997.)

Na notícia acima, o "menor delinqüente" é representado como um coitado, afastado dos pais e "amontoado com outros delinqüentes" nas unidades da Febem. No entanto, o discurso religioso limita-se a apontar as falhas no sistema de atendimento ao "menor", abstendo-se de propor soluções objetivas para a questão.

A outra notícia que representa a lógica da caridade, transmitida através das informações do jornal **Folha de São Paulo**, sobre a criança e o adolescente pobre brasileiro é a seguinte:

"Salvador (Bahia) foi uma das três cidades escolhidas pelo Vaticano para ganhar abrigos para menores. O anúncio foi feito ontem na praça São Pedro, Vaticano, pelo cardeal colombiano Alfonso Lopez Trujillo, presidente do Conselho Pontifício para a Família da Santa Sé. Compareceram ao encontro cerca de 150 mil fiéis.

Outras cidades escolhidas foram Manila, nas Filipinas e uma cidade ainda indefinida em Ruanda – país que atualmente está em guerra civil. Desde ontem, essas cidades são consideradas 'da criança' pelo Vaticano.

O anúncio foi feito no início da missa que encerrou as atividades do Ano Mundial da Família da Igreja Católica, lançado em 93 pelo papa João Paulo 2°. Durante a missa, o cardeal citou a 'matança dos que ainda estão para nascer, mais numerosa do que as guerras mundiais'.

Falou também do direito de toda criança a uma família que inspirou a criação dos centros de ajuda à criança abandonada e pediu que se desse continuidade. Antes de encerrar a missa, o cardeal pediu continuidade aos encontros familiares e

afirmou que João Paulo 2º é o ‘papa da família e da vida.’”  
(VATICANO escolhe Salvador para ganhar abrigo destinado a  
crianças. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 1994.)

## 6 INFORMAÇÃO, MENTALIDADES E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

---

“O furo  
esvaziou  
o  
conteúdo”

César Pedroso – *Software notícia*

Historicamente, a questão da infância pobre, por se tratar de um fenômeno social relacionado ao processo de marginalização, apresenta estágios de evolução ou graus variados de apresentação. Inicia-se, pois, com a criança em vias de marginalização, geralmente pela sua condição de pobreza material, e culmina com a criança e o adolescente infratores, considerando a criminalidade no grau máximo desse processo.

Uma das etapas de marginalização da criança e do adolescente pobre no Brasil refere-se diretamente à representação social das crianças e adolescentes, presente tanto no âmbito das notícias veiculadas pelos jornais diários como, também, historicamente, nas representações contidas em leis específicas promulgadas sobre o assunto. Essas representações constituem-se como problema a ser colocado à ciência da informação, uma vez que as atividades informativas são produzidas por legítimas instituições sociais, de grande relevância econômica, política e cultural nas sociedades onde foram e são constituídas. Isto é, através da ciência da informação, é possível detectar as linhas de força antagônicas que permeiam os imaginários sociais e que interferem no processo de geração, seleção, organização e disseminação/uso da informação sobre diversos assuntos importantes na sociedade, especialmente as informações/conhecimento sobre grupos sociais historicamente marginalizados.

De acordo com VARGAS (1990), ao utilizarem o termo “menor”, por exemplo, os jornais tendem a penalizar a pobreza e, com isso, a criança pobre brasileira passa a ser caracterizada “...como se ela fosse um ‘tipo especial’ de criança e não correspondesse à grande maioria da população infantil nacional” (p.30). Desse modo, nas palavras de BRANT (1989:6-7)<sup>13</sup>, citado por VARGAS (1990:30), tem-se que:

“O termo ‘menor’, que a princípio deveria designar todos os brasileiros até 18 anos, acaba sendo usado para designar apenas uma parte desses brasileiros, exatamente aquela menos favorecida da população que, qualificada enquanto ‘menor’, carrega o estigma da exclusão e da marginalização, como se pôde constatar em uma notícia de jornal (do Rio de Janeiro) [...] cujo título dizia: ‘Menor assalta criança na porta da escola’.”

O termo “menor”, no imaginário popular brasileiro, refere-se a uma parcela bem definida da população infantil: é a parcela pobre, oriunda das camadas populares, vítima de sua condição sócio-econômica e cultural, sujeita às mais variadas formas de violência, desde o ambiente doméstico até a rua, violência também praticada por instituições que, historicamente e em tese,

---

<sup>13</sup> BRANT, L. M. **Notas sobre o “menor” e a “criança” na recente legislação brasileira.** Rio de Janeiro, [s.ed.], 1989. (Mimeo).

deveriam cuidar de seu bem-estar social. As outras crianças, as das camadas média e alta da população não são consideradas “menores” – são “crianças”. Suas identidades sociais e pessoais são outras.

Associadas ao termo “menor”, outras representações permeiam o nosso imaginário social: “infrator”, “trombadinha”, “pivete”, “pixote”, dentre outros. Um dos maiores responsáveis pela estigmatização dessas crianças foram os próprios órgãos públicos encarregados de atendê-los. Além disso, GOHN (1997) chama a atenção para a terminologia presente também nas leis, decretos e programas de instituições, onde “... o segmento social das crianças na faixa da pobreza aparece como: carente, abandonado, desassistido, desamparado, infrator, criança de conduta antisocial, menores em situação de risco, etc.” (p.112)

Tornou-se notório o fato de que, nas últimas décadas do século XX, “...tem-se observado uma mobilização mundial pela ampliação e aplicação dos direitos civis a crianças e adolescentes” (ROSEMBERG, 1993:17). Apesar da evidência histórica de violência adulta contra crianças, e de esta não ser uma prerrogativa das sociedades modernas, diversas organizações sociais, governamentais ou não, nacionais e internacionais, têm-se empenhado em denunciar a crueldade e a extensão de situações específicas de risco em que têm vivido milhares de crianças e adolescentes em todo o planeta. Os problemas apontados por tais organizações passaram a ser objetos de investigações científicas, metas de políticas públicas, estímulo à solidariedade coletiva e bandeiras de campanhas em determinadas mídias.

No entanto, é importante destacar alguns pontos que permanecem como problemas a serem enfrentados. Um desses problemas, e talvez um dos mais contundentes, diz respeito à recorrência da violência simbólica cometida contra as crianças e adolescentes pobres, muitas vezes, no caso do Brasil, em contraposição aos avanços jurídicos do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, de 1990. O novo estatuto traz em seu contexto não apenas informações de ordem jurídica, mas também serve como referência para a construção de um novo tipo de conhecimento a respeito do problema da criança e do adolescente “menor”, em substituição aos conhecimentos estereotipados e estigmatizantes de que determinada elite pedagógica e jurídica vem-se utilizando no decorrer da história brasileira.

A carta constitucional da nação não é apenas um documento solene, mas o principal documento que expressa a garantia jurídico-formal das liberdades e dos direitos dos cidadãos brasileiros. A **Constituição Federal** (1988), introduz novo ordenamento social:

“I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
II – garantir o desenvolvimento nacional;  
III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.” (BRASIL, 1988. art.3º.)

Essa nova ordem social deveria ser consolidada através de um reordenamento político institucional das competências das esferas de governo federal, estadual e municipal. Descentralização e municipalização são resultantes dessa meta maior de consolidação da república federativa no Brasil. Somente com a **Constituição** de 1988 é que os municípios brasileiros são reconhecidos pela primeira vez como “entes” da nação e *loci* privilegiados das atenções básicas aos cidadãos; a participação da sociedade civil como expressão e garantia de um Estado democrático.

Nessa perspectiva, o Estado só se torna público com a participação da sociedade e do governo nas decisões e controle de suas ações. Em 1990, o Brasil promulgou sua nova legislação de defesa, proteção e desenvolvimento integral de suas crianças e adolescentes: o **Estatuto da Criança e do Adolescente** – ECA, lei complementar federal nº 8069, de 13/07/90. O ECA representa a expressão de amplo movimento instituinte – emergente na década de 1980 – que lutou e luta pelos direitos da população infanto-juvenil.

Assim, esse movimento de educação progressista apresentou, em 1986, à **Assembléia Nacional Constituinte**, duas emendas constitucionais de iniciativa popular: **Criança – Prioridade Nacional** e **Criança e Constituinte**. Essas emendas foram incorporadas à **Constituição** de 1988, com expressiva maioria de votos dos parlamentares, sendo 435 a favor e apenas 8 contra:

“É dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (BRASIL, 1988. art. 227.)

O ECA substitui o **Código de Menores**, de 1979, e se constitui em ampla legislação de defesa, proteção e desenvolvimento da criança e do adolescente no Brasil.

A proteção e o desenvolvimento desse segmento da população passam a ser projeto/ação em movimento; projeto/ação a ser gestado e protagonizado pelos governos e sociedade, a partir dos municípios, articulados com a região e a nação (BRASIL, 1990. art. 86). Para viabilizar essa co-participação, o ECA prevê no artigo 88, a criação dos **Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente** em níveis federal, estadual e municipal, como órgãos compostos paritariamente de representantes governamentais e da sociedade civil, com funções deliberativas e de controle. No artigo 131 do novo estatuto, é prevista a criação dos **Conselhos Tutelares**, de âmbito apenas municipal, composto por pessoas escolhidas democraticamente pela comunidade, encarregados de executar a política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Os conselhos são a materialização da participação social que se quer efetivar.

No entanto, a lei, por si só, não modifica a realidade. Ela se constitui como referência normativa, a qual, governantes e sociedade civil devem construir o novo Estado de Direito para as crianças e adolescentes. A operacionalização do ECA supõe que os agentes reconheçam que essa lei compõe, com outros textos sub-constitucionais, proposta política de construção do Estado Social de Direito no país. Introduce novo conceito de criança e adolescente. Legisla pela primeira vez para todo o universo da infância e juventude, sem discriminar os diferenciados pela “situação de risco” ou “situação de pobreza”.

Finda, com o ECA, a era da “situação irregular” – da criança e adolescentes minorizados –, e funda a era da “proteção integral” – da criança e adolescentes cidadãos. Em suma, o novo estatuto representa a emergência da nova forma de conhecimento/informação da realidade das crianças e dos adolescentes. Dessa maneira, torna-se de extrema importância a seguinte argumentação de WAINWRIGHT (1998):

“Todos os políticos, partidos políticos e governos tecem hipóteses – geralmente inconscientes, profundamente enraizadas nas instituições que os cercam – sobre o conhecimento: que tipo de conhecimento necessitam, sobre o que, de quem, sob que forma.” (p.14)

Partindo da afirmação acima, pode-se pensar que todas as vezes que alguma autoridade pública, administradores públicos, seja do governo ou de partidos políticos, sentam-se à mesa para elaborar algum tipo de projeto ou programa de política social, essas pessoas necessitam, antes de tudo, de informação, ou melhor, de conhecimento acerca da realidade imediata onde vivem e atuam os clientes de sua políticas. No caso do atendimento aos meninos e meninas de rua no Brasil, como visto, esse esteve baseado na maior parte do tempo de nossa história republicana num tipo de conhecimento que, ao que parece, esteve muito distante de representar a realidade vivida por esses meninos.

A visão correcional-repressiva do Estado, que reinou até o alvorecer do **Estatuto da Criança e do Adolescente**, em 1990, estava fundamentada num tipo de conhecimento científico de caráter funcionalista e linear, um conhecimento do social que se utilizava abundantemente de conceitos das literaturas médica e jurídica. Tal tipo de conhecimento era então considerado o único legítimo, hegemônico, representativo do todo social. Com relação à FUNABEM, afirmou BAZÍLIO (1985:71):

“A linguagem desenvolvida pela FUNABEM no período de 1965-1978 reflete sua concepção funcionalista da sociedade brasileira. A marginalidade é entendida como disfunção ou desvio e o menor e a família são responsabilizados pela sua própria situação. A instituição recorre de forma intensa a conceitos de natureza médica e jurídica. Parte-se do pressuposto que o menor é socialmente inadaptado e que necessita de diagnóstico, terapia e custódia para se inserir na sociedade.”

Portanto, no caso da FUNABEM, entidade criada pelos militares brasileiros para tentar resolver o problema do “menor”, tendia a tratar a marginalidade como se fosse doença social, que corroía as bases “normais” de organização da sociedade. Nessa ótica, tanto o “menor” quanto sua família seriam os verdadeiros culpados de sua condição precária, não levando em

conta outros fatores sociais, políticos, culturais e econômicos, como o processo de acumulação de capital e exploração do trabalho, que podem ser decisivos para se entender a questão.

O que é mais interessante para esta análise, como recorte teórico-metodológico circunstancial, é a questão da importância do conhecimento prático, da informação mais detalhada para a formulação de políticas sociais destinadas às populações socialmente excluídas e marginalizadas. No caso dos novos movimentos sociais – esquerdas alternativas –, eles vieram demonstrar que o conhecimento prático essencial pode ser social ou socializado, que as informações a respeito do conhecimento da vida cotidiana, da prática comunitária podem ser combinadas, discutidas, reelaboradas, colocadas à disposição em prol de grupos de pessoas que possuem alguns interesses comuns. Enfim, mesmo sendo o conhecimento prático algo próprio da individualidade humana, na prática, nada impede que tal conhecimento possa ser compartilhado em favor de uma causa comum.

No caso do conhecimento científico, esse, por si só, dificilmente é capaz de dar conta de qualquer realidade social. Os novos movimentos sociais entram em cena para dizer que é possível combinar os diversos tipos de conhecimento, para conferir melhor orientação para a ação política:

“Na prática, esses novos movimentos estão se rebelando contra as autoridades oniscientes do Estado e da corporação. Além disso, em suas formas de organizar e pensar, demonstraram o valor de se compartilhar o conhecimento cotidiano e combinar e testar seus pontos de vista com os do conhecimento teórico. O movimento estudantil e o movimento contra a guerra no Vietnã desafiaram a confiança das elites ocidentais (e do leste) em que o conhecimento científico era capaz de mostrar o caminho para o progresso do desenvolvimento social.” (WAINWRIGHT, 1998: 27)

Nessa perspectiva, pode-se pensar o mesmo com relação ao Estado militar brasileiro, e também, os regimes republicanos anteriores. Além disso, não se constitui como exagero pensar que tal visão organicista da sociedade, hierarquizada e linear, esteja permeando, até os dias de hoje, a mente de políticos, pesquisadores, pais de família e a maioria dos setores da sociedade brasileira.

A **Constituição Federal** (1988), o **Estatuto da Criança e do Adolescente** (1990) e a criação dos **Conselhos de Defesa dos Direitos da**

**Criança e do Adolescente**, assim como os **Conselhos Tutelares** e o próprio MNMMR, efetivamente funcionando nos dias atuais, são marcos de uma grande virada na questão da infância pobre e, também, da informação/conhecimento. O MNMMR veio denunciar a opressão e a violência causadas pelas políticas que eram baseadas apenas num tipo de conhecimento, de certa elite pedagógica a serviço da **Ideologia de Segurança Nacional**. Seus executores não conheciam a realidade prática dos meninos, assim como pouca gente, hoje, conhece.

Mas não se trata apenas de conhecer ou não a realidade dos meninos e meninas de rua, e sim de combinar diferentes tipos de informação/conhecimento, prático, tácito, vivido, técnico, científico e, a partir dessa combinação, implementar uma ação política consciente dos seus próprios percursos e possibilidades.

Em vista disso, a ciência da informação tem-se deparado, historicamente, com a dificuldade de definir as relações entre informação e conhecimento, apesar dos estudos empreendidos pelos pesquisadores da área. Um desses esforços diz respeito aos estudos sobre o uso social da informação, termo que pode ser utilizado para definir a responsabilidade exercida por indivíduos, departamentos e organizações para avaliar e utilizar documentos relevantes, no intuito de prover necessidades de informação de determinado grupo de usuários.

Toda informação veiculada por qualquer meio representa um conhecimento público especificamente selecionado, analisado, avaliado e, possivelmente, reestruturado e reelaborado para fins de servir a alguma tomada de decisão imediata, solução de problemas e necessidades de informação de clientela definida ou grupo social que, por sua vez, deve estar habilitado efetivamente a acessar e usar esse conhecimento. Os critérios de seleção, avaliação, reestruturação e reempacotamento do conhecimento são derivados da clientela em potencial. Pode ser um texto ou uma mensagem propositadamente estruturada de um conhecimento público existente para afetar o conhecimento privado e as decisões individuais, coletivas e institucionais.

No entanto, a partir do substancial foco no usuário da informação, a discussão em torno de sua produção e utilização tem procurado levar em

consideração o “objeto percebido”, o objeto do conhecimento que está sendo transmitido. É interessante perguntar sobre a natureza do conhecimento – como ele é produzido e sobre que bases (históricas, políticas, ideológicas, culturais). O conhecimento público não é homogêneo, como atestam vários filósofos e cientistas contemporâneos. E a questão torna-se ainda mais complicada quando o objeto do conhecimento, que é selecionado, analisado e avaliado, são grupos de pessoas dos mais variados matizes.

Dito isso, pode-se adicionar às pesquisas sobre as atividades de geração, organização e disseminação da informação a seguinte pergunta: o conhecimento produzido na sociedade é conhecimento de quem sobre o que ou quem? Quem comunica o que para quem?

Levando-se em conta que a comunicação seja o processo pelo qual a informação é transmitida entre os membros da população, através de um sistema comum de símbolos – a linguagem –, todo processo comunicacional seria perfeito, se os símbolos comunicados pertencessem à uma convenção geral de valores, sentidos, experiências e expectativas. No entanto, do ponto de vista das ciências humanas e sociais atuais, essa convenção total não existe. Mesmo no âmbito da língua comum, os sentidos atribuídos às palavras, às entonações, às construções discursivas diferenciam-se em número, gênero e grau. Parece haver mais “ruído” no processo de comunicação do que comumente costuma ser pensado. Isso porque, na prática, o que vemos são grupos humanos comunicando-se com outros grupos humanos. A informação é o processo que ocorre entre homens e grupos de homens, portanto, entre pessoas e grupos que pensam diferentemente acerca de várias coisas e questões e, por isso, agem, vivem e sobrevivem de formas diferentes. E tudo se torna ainda mais difícil quando, como foi dito antes, o objeto da comunicação, a coisa ou evento a ser comunicado é outro agrupamento humano.

Desse modo, as atividades informacionais devem vincular a percepção e a análise da informação/conhecimento às diversas realidades sociais, isto é, às dimensões sócio-históricas e às representações simbólicas que instituíram e instituem a sociedade:

“Nesse sentido, entende-se que as realidades sociais não são obras do acaso, mas construções decorrentes das ações dos homens, nos seus jogos e interesses e no confronto entre os diferentes saberes e poderes, dentro de um ciclo comunicativo que absorve as formas que concentram e transportam informação.” (LIMA, 1998:158-9)

É através de suas ações que os homens, reunidos em sociedade, em processo contínuo de aprendizagem e ensino – processo de transmissão da cultura – elaboram e reelaboram diferentes formas de conhecer e interpretar o mundo. Com efeito, todas as ações humanas, de acordo com a sociologia do conhecimento, estão comprometidas com determinadas visões de mundo, com o modelo/projeto de sociedade que produz, voluntária e involuntariamente, relações de conflito e de poder.

Essas relações de tensão – as diferenças socioculturais, políticas, econômicas – interferem, direta e indiretamente, no processamento das informações, muitas vezes mediado por sistemas conceituais (simbólicos/imaginários) que nos apresentam modelos ideais de mundo. Produzem, de acordo com LIMA (1998:159):

“... uma matriz conceitual que lhe serve [ao sujeito social] de referência para emissão, recepção e decodificação de mensagens e para condicionar a sua agregação a grupos que compartilhem dos mesmos interesses e que tenham a mesma visão de mundo e de sociedade.”

Uma vez que os indivíduos e grupos/instituições constroem para si um código particular de entendimento e apreensão do mundo, esse código remete a imagens, valores, símbolos que expressam o seu posicionamento frente aos outros indivíduos e grupos que compõem a sociedade, delimitando assim seu território virtual. Com isso, pode-se estabelecer relação segura entre informação e estrutura social, reconhecendo a informação como “...um mecanismo de transmissão, assimilação ou rejeição de significados, símbolos e signos culturais.” (LIMA, 1998:159)

Nesse sentido, a própria atividade informativa já é representação, pois é a tradução na prática de sistemas de valores, padrões e concepções de vida, expressos em diversos tipos de discursos. Assim, a compreensão, a aceitação e a formulação de regras sociais passam sempre pelo crivo simbólico, pelas representações dos agentes culturais. Pode-se afirmar que os produtos

culturais só são considerados como tais porque, tanto a ação que os engendra, quanto seus resultados, implicam a disposição e o uso da representação simbólica do sistema de códigos inerentes a determinada sociedade.

O termo cultura, nesse contexto, passa a se referir a tudo aquilo que marca a semelhança e a diferença entre os indivíduos e os povos. A identidade dos seres humanos, pensados isoladamente ou em grupo, adquire caráter singular. Em decorrência da multiplicidade de suas referências constitutivas, ora localistas, ora globalistas, a identidade cultural nas sociedades complexas é a tradução da diversificação das experiências sociais e de seus sistemas de representação, apontando para o fato de coexistirem em situação de contato formas cada vez mais recorrentes, distintas e, às vezes, divergentes em termos de conceber e agir sobre o mundo, inaugurando um processo permanente de negociação e comunicação.

Acrescente-se a esse quadro o fato de que, mesmo em sociedades que delimitam com maior rigor o espaço da autonomia individual, inexistem um processo de socialização único e integral dos indivíduos do mesmo grupo ou sociedade. O indivíduo pode viver diferentes padrões e dinâmicas culturais, sendo possível afirmar que para além da homogeneidade e da complexidade, marca a dinâmica cultural moderna a maneira diferenciada com que os indivíduos dela participam e produzem seus meios de comunicação de informação/conhecimento e transmissão de cultura.

### **6.1 Informação e mentalidades: imagens da infância pobre nas notícias do jornal Folha de São Paulo**

Esta pesquisa teve como objetivo geral o estabelecimento da relação entre o processo de geração de informações jornalísticas sobre a questão das crianças e adolescentes pobres no Brasil e as mentalidades que permeiam esse processo, interferindo num aspecto ou outro.

Em outros termos, este trabalho pautou-se por verificar as representações sociais da infância pobre no país, que foram divulgadas através das notícias do jornal **Folha de São Paulo**, entre os anos de 1994 e 1998. Desse modo, através do método de análise do discurso, foi possível traçar um

paralelo entre a ciência da informação, a história das mentalidades e a antropologia social, tendo como pano de fundo a discussão em torno das imagens, dos símbolos, enfim, do imaginário coletivo acerca das crianças e adolescentes marginalizados no Brasil.

A questão da infância pobre brasileira configura-se como fenômeno social e histórico relevante e de difícil solução. Historicamente, a “criança-menor” sempre foi considerada, ao menos por grande parte da população nacional, especialmente as elites jurídicas, industriais e intelectuais, como objeto de intervenção do Estado, isto é, “caso de polícia”, conforme afirmou COSTA (1989).

No entanto, com o correr da história, essa situação foi-se alterando, a sociedade civil foi se mobilizando gradativamente em torno da questão e, atualmente, tem-se um quadro geral confuso, não muito bem definido, no qual vários setores da sociedade tentam articular-se no sentido de melhorar as condições de milhares de crianças e adolescentes que vivem em situação de miséria e abandono social. Porém, muitos projetos de atendimento a esse público têm falhado devido, principalmente, à compreensão limitada do problema, baseada em determinadas práticas e visões de mundo específicas, as quais dificultam ou impedem a efetivação de suas propostas originais.

Essas visões de mundo – as mentalidades – de natureza essencialmente histórica e cultural (simbólica), podem ser percebidas através das falas dos sujeitos que lidam, direta e indiretamente, com o problema do “menor”. Ao se pronunciarem sobre a questão, os falantes costumam colocar-se como “especialistas” no assunto e, na ânsia de explicar o fenômeno infância pobre, acabam por revelar-se a si próprios no discurso. Revelam suas expectativas, seus valores, suas mentalidades.

Assim, linguagem, mundo, realidade, percepção, significação, cognição são como enigmas que levam o pesquisador a revisitar um antigo e problemático tema, situado no entroncamento entre a lingüística, a semiologia, a antropologia, a sociologia do conhecimento e a ciência da informação: a relação entre língua, pensamento, conhecimento e realidade:

“Até que ponto o universo dos signos lingüísticos coincide com a realidade ‘extralingüística’? Como é possível conhecer tal realidade por meio de signos lingüísticos? Qual o alcance da

língua sobre o pensamento e a cognição?” (BLIKSTEIN, 1983:17)

Até que ponto as mentalidades – as construções mentais, imaginárias, imagéticas – a respeito do fenômeno infância pobre no Brasil coincide com a realidade prática, efetiva dessa infância, de modo a tornar-se conhecimento socialmente aceito como verdade? Quais são as lutas em torno desse sentido de verdade? Como e quando a informação publicada pode representar um conhecimento de fato? Essas são algumas perguntas que a presente pesquisa procurou responder, tendo como categoria analítica central a questão das mentalidades.

## 6.2 Resultados da pesquisa

Em síntese, a pesquisa realizada demonstrou que a “degeneração moral e social” das crianças e dos seus familiares é constantemente exposta nas notícias, formatando, dessa maneira, o retrato da realidade construída pelos jornalistas, editores, entrevistadores, entrevistados, fotógrafos, dentre outros agentes sociais.

Ao ler as matérias do jornal, inicia-se o processo de fabricação de imagens mentais, formuladas sobre o tema em questão. Essas imagens, ou algumas delas, foram recuperadas no texto da **Folha de São Paulo**, entre os anos de 1994 e 1998. Elas encontram-se representadas e classificadas no quadro a seguir, de acordo com o enfoque conferido por este trabalho – a relação entre o processo de geração de informações e as representações sociais (mentalidades) que, de uma forma ou outra, interferem nesse processo:

QUADRO 3. *Mentalidades e representações sociais sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil veiculadas pelo jornal **Folha de São Paulo** (1994 – 1998).*

Mentalidade / preocupação	Atributos da infância pobre no Brasil – jornal <b>Folha de São Paulo</b> – Cotidiano/Nacional – 1994 a 1998		
	Características	Designação	Atitudes

<p><b>(1) Mentalidade correcional-repressiva</b></p> <p>(a) Lógica da punição</p>	<p><i>Morando sozinha na rua; estão na rua com a família; usam o espaço público como sobrevivência e moradia.</i></p>	<p><i>Menor; menores infratores; adolescentes internos; crianças carentes e abandonadas; internos; meninos e meninas sem antecedentes criminais; menores; infratores internados</i></p>	<p><i>Roubo; furto; tráfico de drogas; homicídio; estupro;</i></p>
<p><b>(1) Mentalidade correcional-repressiva</b></p> <p>(b) Lógica da prevenção</p>	<p><i>Não vêem o sol há meses; não tem área de lazer; maltratadas pelos familiares; os pais não possuem condições de sustentá-la; ficam na rua; são sujos</i></p>	<p><i>Menor abandonado; jovens infratores; crianças e adolescentes que sofreram maus tratos, crianças carentes</i></p>	<p><i>Pedem esmolas, fazem pequenos serviços; assaltam motoristas nos semáforos; ameaçam os motoristas com cacos de vidro</i></p>

<p><b>Mentalidade / preocupação</b></p>	<p>Atributos da infância pobre no Brasil – jornal <b>Folha de São Paulo – Cotidiano/Nacional</b> – 1994 a 1998</p>		
	<p><b>Características</b></p>	<p><b>Designação</b></p>	<p><b>Atitudes</b></p>

<p><b>(2) Mentalidade assistencial</b></p> <p>(a) Lógica do diagnóstico</p> <p>I. investigação jornalística</p>	<p><i>Morrem queimados na Febem; fome; infortúnio; drogas; medo; falta de amor; pobreza; falta de estrutura familiar; desespero</i></p>	<p><i>Menores infratores; menores; meninos; internos considerados de alta periculosidade; menor ferido; meninos de rua; crianças; grupo de crianças e adolescentes</i></p>	<p><i>Tentam fugir do presídio; provocam rebelião; quebram móveis, equipamentos, celas, salas e derrubam parte de uma parede; ateiaram fogo em colchões; quebra-quebra de duas horas; depredam salas; espancam colega de quarto; dormem ao relento; promovem tumultos; fazem muita algazarra e sujeira; não são violentos; causam prejuízos; arrombam lojas; miniarrastões; cheiram cola; aborto</i></p>
<p><b>(2) Mentalidade assistencial</b></p> <p>(a) Lógica do Diagnóstico</p> <p>II. pesquisa científica</p>	<p><i>Falta de equipamentos públicos de educação, lazer, cultura, que ocupariam o seu tempo; não dispõe de atrativos; vivem com suas famílias em casas razoáveis e em locais com boa infraestrutura básica, embora com carência de estruturas sociais e educativas; lares pobres; tempo ocioso; vivem em situação de rua; problemas orgânico, psicológico e social</i></p>	<p><i>Adolescentes de rua; infrator; jovem de classe baixa; não são, necessariamente, infratores; crianças e adolescentes inseridos no circuito de rua; menor de rua; crianças de rua; menores internados na Febem; crianças em situação de rua; pesquisados; entrevistados; meninos; usuários de crack; usuários de medicamentos</i></p>	<p><i>Passam a delinquir; atos infracionais; buscam liberdade e autonomia; são atraídos pelo crack; escapar da rua; já usaram drogas; consomem diariamente algum tipo de entorpecente; suicídio; estavam sob efeito de drogas; uso de solventes e de maconha; derivados de cocaína; cola de sapateiro; ansiolíticos (tranquilizantes), como o Rophynol</i></p>

<p><b>Mentalidade / preocupação</b></p>	<p>Atributos da infância pobre no Brasil – jornal <b>Folha de São Paulo – Cotidiano/Nacional</b> – 1994 a 1998</p>		
	<p><b>Características</b></p>	<p><b>Designação</b></p>	<p><b>Atitudes</b></p>

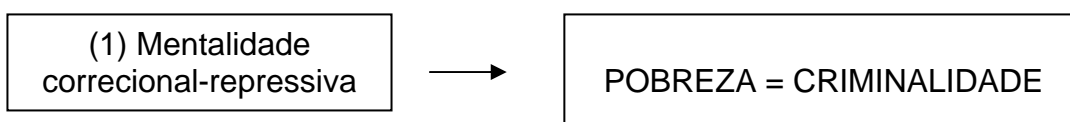
<p><b>(2) Mentalidade assistencial</b></p> <p>(b) Lógica da integração Social (projetos)</p>	<p><i>A mãe bate na criança; sentem fome; não tem comida em casa; não sabe ler nem escrever; não estudam; vivem nas ruas; perdeu a capacidade de sonhar</i></p>	<p><i>Guri; crianças; meninos carentes; crianças carentes; crianças e adolescentes; adolescentes infratores; menor; garoto; adolescentes que vivem nas ruas; criança de rua; internos; menores carentes e infratores</i></p>	<p><i>Ganham meio salário mínimo por quatro horas de trabalho diárias; têm carteira de trabalho assinada; estudam em escolas públicas; esperam por uma vaga para trabalharem; recebem orientação educacional, esportiva e profissionalizante; delinquência infanto-juvenil; apresentam rendimento surpreendente ao computador; foram catalogadas; encaminhados ao mercado de trabalho; é avaliado; passa por período de adaptação; abandonar antigos hábitos; presente pelo bom comportamento</i></p>
--	---	--	---

<p><b>Mentalidade / preocupação</b></p>	<p>Atributos da infância pobre no Brasil – jornal <b>Folha de São Paulo – Cotidiano/Nacional</b> – 1994 a 1998</p>		
	<p><b>Características</b></p>	<p><b>Designação</b></p>	<p><b>Atitudes</b></p>
<p><b>(3) Mentalidade paternalista</b></p> <p>Lógica religiosa (caridade cristã)</p>	<p><i>Condições precárias na Febem; excesso de meninos; meninos do interior do estado mandado à capital; direito à família; encontros familiares</i></p>	<p><i>Menores; meninos; menores delinquentes; menor; crianças; criança abandonada</i></p>	<p><i>Praticam delitos leves; se afastam dos pais; penas alternativas á reclusão; matança impiedosa de crianças; centros de ajuda</i></p>

Essas informações sobre crianças e adolescentes pobres, publicadas no jornal **Folha de São Paulo**, representam uma abordagem confusa a respeito do tema, uma vez que as mesmas classificações da infância e adolescência perpassam mais de um tipo de mentalidades. No entanto, é possível notar

algumas particularidades com que essa infância é tratada segundo determinados pontos de vista:

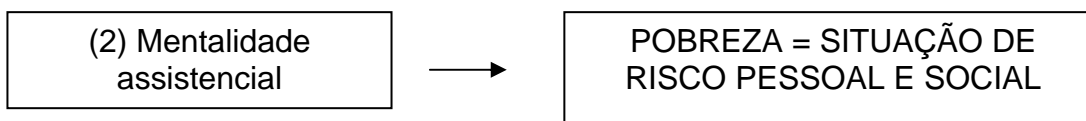
QUADRO 4. *Resumo da relação informação X mentalidades a partir das notícias veiculadas pelo jornal **Folha de São Paulo** (1994 – 1998)*



(a) lógica da punição formal → “menor infrator”

(b) lógica da prevenção moral → “menor abandonado”

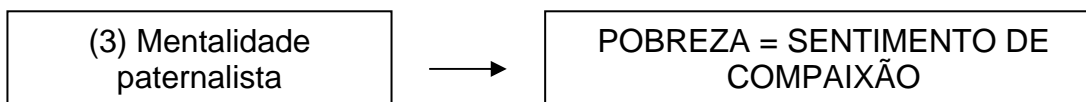
---



(a) lógica do diagnóstico → “menor carente”

(b) lógica da integração social → “menor cidadão” (ECA)

---



A leitura sistemática dos 225 artigos selecionados sobre a questão da infância pobre no Brasil, publicados pelo jornal **Folha de São Paulo**, editoria **Cotidiano**, edição nacional, entre os anos de 1994 e 1998, possibilitou algumas “descobertas”, listadas abaixo:

- 1) Mentalidades antigas, de caráter correccional-repressivo, que vigoraram hegemonicamente no Brasil à época da Proclamação da República (fins do século XIX e início do século XX), com relação à questão das crianças e adolescentes pobres, atualmente continuam a permear o imaginário social, transmitidas, sobretudo, pelo discurso de cunho jurídico-institucional, baseado na linguagem da ciência do direito e no respaldo legal: se algo está contra a lei, tem-se necessariamente que corrigir e reprimir sua reincidência.

Aqui, os falantes são profissionais da justiça, como advogados, juizes, desembargadores, promotores, procuradores, oficiais militares e diretores de instituições carcerárias, dentre outros. As informações disseminadas pelos discursos, impressos nas páginas do jornal, contribuem para formatar um conhecimento específico sobre o assunto, tecnicamente fragmentado e moralmente apoiado em instituições históricas, tidas como fundamentais para a constituição e a preservação das sociedades modernas ocidentais: a família, a pátria, a educação e o trabalho formal. O indivíduo que não participa dessa lógica tende a ser considerado à margem do sistema – “marginal” – e torna-se premente, nessa lógica, resgatá-lo através da aprendizagem técnica e moral e também da punição formal.

- 2) A mentalidade assistencial-paternalista, apontada por COSTA (1989: 13-14), encontra-se fragmentada no jornal pesquisado, perdendo o caráter paternalista, responsável pela implementação de políticas sociais compensatórias, como forma de o governo atender as demandas populares, especialmente a partir de 1964. A partir da década de 1980 e, particularmente, de 1990 (quando da promulgação do ECA), as políticas destinadas aos “menores” procuram atender às suas necessidades básicas, ao mesmo tempo em que tentam anular as causas – sociais, econômicas, culturais – que geram essa demanda. Assim, tem-se que, no jornal **Folha de São Paulo**, são disseminadas mentalidades assistenciais, porém, com o viés alternativo da geração de renda e emprego, atividades de lazer, esporte e cultura, atendimento psicológico e ambulatorial, encaminhamento à comunidade de origem e à família, qualificação artística e profissional.

Todos esses temas são tratados em função de duas preocupações principais: a lógica do diagnóstico da situação real das crianças e adolescentes, seja através da investigação de cunho jornalístico ou da pesquisa científica; e da lógica da integração social através da criação de programas de atendimento alternativos à essa população. Essas podem ser ações isoladas por parte dos governos, ou ação integrada entre diversos setores da sociedade brasileira, tais como empresas, universidades, profissionais liberais, lideranças comunitárias, dentre outros.

Essa mentalidade assistencial é divulgada, principalmente, pelos “especialistas da ciência” – sociólogos, psicólogos, pedagogos, psiquiatras – os quais geralmente ocupam a posição de coordenação dos projetos e pesquisas sociais. As falas desses agentes contribuem para formatar uma imagem do menino pobre como vítima do próprio modo de vida em que se encontra inserido, sujeito às influências “negativas” da ociosidade e da falta de equipamentos sociais como escolas, hospitais, moradias, áreas de lazer, etc. Com efeito, as crianças e os adolescentes que participam integralmente da distribuição da cultura na sociedade atual, transmitida pelos equipamentos sociais citados, tendem a ser considerados como indivíduos inseridos ou socialmente adaptados, enquanto os que não usufruem de tais equipamentos são tidos como socialmente prejudicados em seu desenvolvimento físico, intelectual e moral. A categoria básica utilizada para formatar o conhecimento, estruturado nessa lógica assistencial, é a noção de “carente”, apesar do enfraquecimento notório do caráter paternalista, presente na história da assistência à criança pobre no Brasil.

- 3) A pesquisa realizada no jornal **Folha de São Paulo**, entre os anos de 1994 e 1998, mostrou, com referência ao tema infância pobre no Brasil, um surpreendente “fechamento” da instituição jornalística em relação ao discurso religioso, representante da mentalidade caritativa-cristã.

A mentalidade paternalista que, na história social do país, esteve mais presente durante o período da colônia e do império, gradativamente, com o avanço das instituições políticas e sociais, perdeu a posição privilegiada, devido ao processo de racionalização burocrática, uma das características

mais gerais das nações modernas do Ocidente. Dessa maneira, percebeu-se nas notícias da **Folha de São Paulo** a supervalorização do trabalho e do discurso das pessoas e instituições que se utilizam da lógica tecnicista-racional como meio de entender e resolver o problema social da infância, em detrimento do enunciado cristão, outrora o discurso “oficial” sobre a questão do “menor” no Brasil. Notou-se que o jornal privilegia a fala jurídica e científica e não fornece espaço suficiente para a manifestação lingüística da mentalidade religiosa. Cabe verificar – o pesquisador da ciência da informação e áreas correlacionadas – os motivos desse retraimento do jornal e a abertura facilitada aos enunciadores do direito e da ciência sobre a questão da infância pobre na sociedade brasileira. Sendo notória a articulação entre o poder público e a sociedade civil na prática, especialmente através das instituições religiosas como a **Pastoral do Menor** da igreja católica, o grupo **Jovens Com Uma Missão** – JOCUM – dos quadros protestantes e da organização **O Consolador**, de orientação espírita/kardecista, torna-se premente a investigação a respeito das motivações que levam os jornais diários – particularmente o jornal **Folha de São Paulo** – a não divulgarem as informações/conhecimentos produzidos por esses grupos sociais, de relevância reconhecida por todos aqueles que um dia se interessaram em conhecer a situação social em que vivem milhares de crianças e adolescentes pobres no país.

## ABSTRACT

This research discusses the relationship among information, culture and mentality based on the production of information about poor children in Brazil, made public by the journal **Folha de São Paulo** in the period of 1994 to 1998. Information is considered a cultural product (artifact) which places

man in direct contact with his reality, typifying a social experience in which myths, faiths and current and scientific convictions are approached as a process human communication. Inside the research line **Information and society**, through discourse analysis techniques, this research showed that in the news/information/knowledge communicated by the named journal it is developed a process of propagation of images, values, means in general actors discourses who have skilled about children. This news mean different mentalities which is present in the production, transmission and the social utility of information about poor children phenomena in this country.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALLEN, B. **Information tasks:** towards a user-centered approach to information systems. San Diego: Academic Press, 1996.

2. ANDRADE, L. I. de. **Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte;** (1897-1930). Belo Horizonte: FAFICH-UFMG, 1987 (dissertação, mestrado)
3. ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
4. BACCEGA, M. A. **Palavra e discurso: história e literatura.** São Paulo: Ática, 1995.
5. BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem;** problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1988.
6. BARRETO, A. de A. Mudança estrutural no fluxo do conhecimento. **Ciência da Informação,** Brasília, v.27, n.2, p.122-126, jul./dez. 1998.
7. \_\_\_\_\_. Perspectivas da ciência da informação. **Revista de Biblioteconomia da Universidade de Brasília.** Brasília, v.21, n.2, p.155-166, jul. / dez. 1997.
8. BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade.** São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1983.
9. BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
10. BAZÍLIO, L. C. **O menor e a Ideologia de Segurança Nacional.** Belo Horizonte: Veja – Novo Espaço, 1985.
11. BERGER, P., LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1996.
12. BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 04 de outubro de 1988.
13. \_\_\_\_\_. Lei 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 13 de julho de 1990.
14. BUCKLAND, M. K. Information as a thing. **Journal of the American Society for Information Science,** Berkeley: CA, v.42, n.5, p.351-360, June 1991.
15. BULIK, L. **Doutrinas da informação no mundo de hoje.** Londrina; São Paulo: UEL/Loyola, 1990.
16. CABRAL, A. M. R. Imprensa operária. In: CAMPELLO, B.S., CALDEIRA, P.T., MACEDO, V.A.A. (Orgs.) **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação.** Belo Horizonte: EB/UFMG, 1998. P.315 - 330.

17. \_\_\_\_\_. **A vez e a voz das classes populares em Minas**. São Paulo: ECA-USP, 1995. (Tese, doutorado).
18. CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e história do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1994.
19. CARDOSO, A. M. P. Retomando possibilidades conceituais: uma contribuição à sistematização do campo da informação social. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p.107-114, jul. / dez. 1994.
20. \_\_\_\_\_. Pós modernidade e informação: conceitos complementares? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.63-79, jan. / jun. 1996.
21. COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória de um mundo pós moderno. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.129-149, 1998.
22. COSTA, A.C. da. Ciência da Informação: o passado e a atualidade. **Ciência da Informação**, Brasília, v.19, n.2, p.137-143, jul. / dez. 1990.
23. COSTA, A. C. G. Infância, juventude e política social no Brasil. In: **Brasil criança urgente: a lei 8.069/90**. São Paulo: Columbus, 1989.
24. \_\_\_\_\_. Do avesso ao direito, de menor a cidadão. In: FAUSTO, A e CERVINI, R. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1992.
25. CHRISTÓVÃO, H. T., BRAGA, G. Ciência da informação e sociologia do conhecimento científico: a intertematicidade plural. **Transinformação**, Campinas, v.9, n.3, p.33-45, set. / dez. 1997.
26. DISCURSO de posse do Professor Antônio Carlos Gomes da Costa na presidência da FEBEM. Belo Horizonte: Centro FEBEM de Artes Gráficas, 1983.
27. DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
28. DURHAM, E. R. **A reconstituição da realidade**: um estudo sobre a obra etnográfica de Bronislaw Malinowski. São Paulo: Ática, 1990.
29. FALCON, F. A identidade do historiador. **Estudos Históricos**. Historiografia. Rio de Janeiro, v.9, n.17, p.7-30, 1996.
30. FARIA FILHO, L. M. de. **República, trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro – 1909-1930. Belo Horizonte: FAE-UFMG, 1991. (dissertação, mestrado)
31. FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1998.

32. FERNANDES, G.C. O objeto de estudo da ciência da informação. **Informare**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.25-30, jan./jun. 1995.
33. FOLHA DE SÃO PAULO. **CD-ROM Folha – edição 99**. Banco de dados eletrônico do jornal Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 1999.
34. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
35. \_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
36. \_\_\_\_\_. **Nietzsche, Freud e Marx**. Theatrum philosophicum. Porto: Anagrama, 1980.
37. FREIRE, I. M., ARAÚJO, V.M.R.H. A responsabilidade social da ciência da informação. **Transinformação**, Campinas, v.11, n.1, p.07-15, Jan./Abr. 1999.
38. GOHN, M.G.M. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.
39. JACOBI, P, NUNES, E. Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática. **Espaços e Debates**, São Paulo, n.10, 1984.
40. JARDIM, J. M. Informação e representações sociais. **Transinformação**, Campinas, v.8, n.1, jan. / abr. 1996.
41. LAVILLE, C., DIONNE, J. **A construção do saber**. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas / Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
42. LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. Brasília: DF: Briquet de Lemos Livros, 1996.
43. LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
44. \_\_\_\_\_ et al. **A nova história**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.
45. LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.
46. LIMA, R.M. de. Práticas pedagógicas e emancipação: os (des)caminhos da cidadania na sociedade brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.3, n.2, p. 157-173, jul. / dez. 1998.
47. MaCGARRY, K. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1999.

48. MAROTTA, C. O. A. **O que é história das mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
49. MARTELETO, R. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v.24, n.1, p. 89-93, jan./abr. 1995. (a)
50. \_\_\_\_\_. Cultura da modernidade: discursos e práticas informacionais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.23, n.2, p. 115-137, jul. / dez. 1994.
51. \_\_\_\_\_. Cultura, educação, distribuição social dos bens simbólicos e excedente informacional. **Informare**, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 11-23, jul./dez. 1995. (b)
52. MEDEIROS, R. Tratamento do texto jornalístico escrito à luz da análise documentária: o caso do resumo. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.19, n.2, p.346-353, jul. / dez. 1999.
53. MELO, C. F. B. de. **Pois tudo é assim...** Educação, política e trabalho em Minas Gerais – (1898-1907). Belo Horizonte: FAE-UFMG, 1990. (dissertação, mestrado)
54. MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1993.
55. MONCORVO FILHO, A. **História da proteção à infância no Brasil: 1500-1922**. [s.n.t], (Mimeo).
56. MOVIMENTO NACIONAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA. *Homepage* desenvolvida pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Apresenta textos sobre a história e as atividades do MNMMR. Disponível em: <http://cogae.pucsp.br/~sircri/utilid/trabalha/destaq/mnmmr.html>. Acesso em : 26 jun. 2000.
57. MORAES, D. **O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
58. PACHECO, L.M.S. A informação enquanto artefato. **Informare**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 20-24, jan./jun. 1995.
59. RIBEIRO, D. **Teoria do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
60. RIBEIRO, R.J. O risco de uma nova ortodoxia. **Revista da USP**, São Paulo, n.23, p.7-13, set./nov. 1994.
61. RICHARDS, D. Dissemination of information. In: DOSSET, P. **Handbook of special librarianship and information work**. London: ASLIB, 1992.

62. ROSEMBERG, F. O discurso sobre crianças de rua na década de 80. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.87, nov, 1993.
63. ROSETTO, M. Da função da informação à disponibilidade em catálogo on line de biblioteca. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2, BELO HORIZONTE, 1994, **Anais...** Belo Horizonte: ABMG, 1994, p. 275-293.
64. ROSSI, C. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
65. ROZADOS, H. B. F. O jornal e seu banco de dados: uma simbiose obrigatória. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.1, p.99-104, jan. / abr. 1997.
66. SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996.
67. \_\_\_\_\_. **Introduction to information science**. New York: R.R. Browker, 1970.
68. SCHWARCZ, L.M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
69. SHANNON, C. E., WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. Urbana III: University of Illinois Press, 1949.
70. SIMÕES, A.M. **A representação social da AIDS construída a partir das informações veiculadas nos jornais: análise da cobertura sobre AIDS no jornal Estado de Minas**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1997. (Dissertação, mestrado)
71. TEIXEIRA, N. Jornais: trajetória e possibilidades. In: CAMPELLO, B.S., CALDEIRA, P.T., MACEDO, V.A.A. (Orgs.). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1998. p. 287 – 314.
72. VARGAS, E. V. **Breve análise do trabalho desenvolvido junto às “crianças pobres” no Brasil**. Rio de Janeiro, 1990. (relatório da pesquisa *Quanto vale uma criança negra?* para o projeto *Direitos humanos entre urubus e papagaios*)
73. VOVELLE. M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
74. WAINWRIGHT, H. **Uma resposta ao neoliberalismo**. Argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
75. WERSIG, G., NEVELING, U. The phenomena of interest to information science. **Information Scientists**, v.9, p.127-140, 1975.



## ANEXOS

1. Texto integral das notícias do jornal **Folha de São Paulo** citadas na pesquisa